



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
(UFPI)**

**Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste
(TROPEN)**

**Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)**

**Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(MDMA)**

**A DIVERSIDADE ETNOBOTÂNICA NO QUILOMBO OLHO D'ÁGUA DOS PIRES,
ESPERANTINA, PIAUÍ, BRASIL**

ELDELITA ÁGUIDA PORFÍRIO FRANCO

TERESINA

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (MDMA)

ELDELITA ÁGUIDA PORFÍRIO FRANCO

**A DIVERSIDADE ETNOBOTÂNICA NO QUILOMBO OLHO D'ÁGUA DOS PIRES,
ESPERANTINA, PIAUÍ, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Biodiversidade e Utilização Sustentável dos Recursos Naturais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Roseli Farias Melo de Barros

Co-orientador (a): Prof^o Dr^o José Luis Lopes Araújo

TERESINA

2005

ELDELITA ÁGUIDA PORFÍRIO FRANCO

**A DIVERSIDADE ETNOBOTÂNICA NO QUILOMBO OLHO D'ÁGUA
DOS PIRES, ESPERANTINA, PIAUÍ, BRASIL**

Dissertação aprovada pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Biodiversidade e Utilização Sustentável dos Recursos Naturais.

Teresina, 29 de abril de 2005.

Profª. Dra. Roseli Farias Melo de Barros
Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Profª. Dra. Valdeline Atanázio da Silva
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Dra. Maria do Perpetuo Socorro Cortez Bona do Nascimento
EMBRAPA Meio-Norte (PRODEMA/UFPI)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

F825d Franco, Eldelita Águida Porfírio

A Diversidade etnobotânica no quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil / Eldelita Águida Porfírio Franco. – – Teresina, 2005.

104 p. il.

Dissertação (Mestrado) Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Piauí.

1. Etnobotânica – Piauí	2. Quilombolas – Piauí	3.
Meio Ambiente – Piauí	I. Título	

CDD 581.09

Aos meus amores:
Guilherme e Márcio Alberto

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir que tudo de bom em minha vida se realize.

Ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI), na pessoa da Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes, professores e funcionários, pelo empenho e dedicação a mim dispensada.

A minha “mainha” intelectual, Dra. Roseli Farias Melo de Barros, que sem me conhecer acreditou no meu sonho, sonhou comigo e ajudou-me a realizá-lo, rígida nas horas certas e amiga nas horas necessárias, perfeita como só uma mãe sabe ser.

Ao professor José Luis Lopes Araújo, pela preciosa co-orientação.

Ao Cláudio Henrique, Salvador dos Santos, Antônio Filho, Sr. Chico Zeferino, Sr. Borges, Sr. Luis dos Santos, Dona Jesus, D. Socorro, D. Chica, Navegantes e Socorro da Silva, bem como aos demais membros da Comunidade de Olho D’água dos Pires, por acreditarem e apoiarem meu sonho, como também pela hospitalidade calorosa, meu respeito e admiração, saibam este é o fruto de nosso trabalho, pois fui uma mera espectadora e vocês os atores principais.

À Dra. Laise de Holanda Cavalcante Andrade pelas valiosas críticas e sugestões que muito enriqueceram esse trabalho.

À Dra. Maria Cristina Amoroso, pelo envio de material bibliográfico para consulta.

À Dra. Maria Bernadete Costa e Silva, do Herbário IPA, pela presteza na identificação das espécies.

Ao Dr. Carlos Augusto (Caú), presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí, pelo apoio e confiança em mim depositada, dando-me a certeza de que eu conseguiria ser mãe, mulher, profissional e aluna sem falhar.

Ao amigo Carlos Gandára por ter me indicado o Quilombo como área de pesquisa e pelo apoio na pesquisa.

Aos amigos Rigoberto Albino, pelo pontapé inicial e Joxileide Mendes, pela ajuda nas identificações e ombro amigo nas horas de aflição.

A Gláucia Oliveira, Tatiana Georgia, Jardel Oliveira e Hélio Bispo, pela ajuda nos trabalhos árduos de campo.

Agradeço ao final, mas não por último, a meus pais Celso e Belisária, pelo exemplo de honestidade, coragem e perseverança, pelo grande amor e dedicação a mim, sendo os maiores incentivadores de meus sonhos.

Ao meu marido Márcio Alberto, pelo amor, compreensão, apoio e dedicação de pai e “mãe” ao nosso Guilherme nas minhas longas horas de ausência.

A meu filho Guilherme, minha maior conquista, tudo por você e para você.

A minha irmã Celbe e meus irmãos Celso Júnior, Márcio Henrique e Bruno, incentivadores e amigos inseparáveis.

As minhas cunhadas, hoje irmãs, Rachel e Jeslane e meus sobrinhos João Victor e Isadora pelo apoio e amizade.

A todos que direta ou indiretamente torceram pelo meu sucesso e que, não foram citados, meu muito obrigado.

RESUMO

A maioria dos estudos realizados no Brasil teve origem a partir de grupos indígenas. No Piauí, é extremamente importante que áreas representativas de vegetação nativa, ocupadas por populações tradicionais sejam estudadas com vistas a identificar os processos fundamentais de reprodução social, econômica, cultural e ambiental, analisando a utilização de recursos etnobotânicos e seus modos de preservação e conservação. Localizado no município de Esperantina (03°54'10''S e 42°14'18''W), o Quilombo Olho D'água dos Pires possui 127ha, onde residem 33 famílias, tendo como atividades econômicas principais a agricultura, pecuária e extrativismo. Devido às atividades desenvolvidas, parte da área do Quilombo foi convertida em pastagens e lavouras diversas. Com o objetivo de inventariar o conhecimento etnobotânico dos quilombolas, como forma de preservar e valorizar a cultura tradicional, realizou-se o levantamento quantitativo das espécies vegetais utilizadas, segundo categorias de uso. A metodologia aplicada deu-se em etapas de reconhecimento, seleção e descrição da área, através de entrevistas, coletas das etnoespécies, identificação de material botânico e tratamento dos dados. Foram realizadas excursões de campo, no período de abril/2003 a fevereiro/2004, onde foram coletadas 177 etnoespécies utilizando-se metodologia usual. O material foi incorporado ao acervo do Herbário Graziela Barroso (TEPB/UFPI). Identificaram-se 130 gêneros e 58 famílias, sendo as mais representativas Leguminosae (26 espécies), Euphorbiaceae (10), Myrtaceae (8), Anacardiaceae, Cucurbitaceae e Rutaceae (7), Arecaceae, Rubiaceae, Solanaceae (6), Alliaceae, Apocynaceae e Poaceae (5). Foram catalogadas em 12 categorias de uso, destacando-se a medicinal (34,7%), alimentar (27,3%), desdobramento em madeira (11,6%) e forrageira (10,2%). As espécies mais utilizadas pela comunidade foram *Attalea speciosa* Mart. ex Spreng. (babaçu), *Hymatanthus sucuuba* (Spruce ex Müll. Arg.) Woodson (janaguba), *Mauritia flexuosa* L. (buriti), *Bauhinia flexuosa* Moric. (cipó-de-escada do cerrado), *Bauhinia trichosepala* Wanderlin (cipó-de-escada do brejo) e *Bixa orellana* L. (urucum).

ABSTRACT

Most studies carried out in Brazil had their origin the indigenous groups. In Piauí it is extremely important that areas representative of the native vegetation occupied by traditional populations are studied with the objective of identifying the fundamental processes of social, economic, cultural and environmental reproduction, analyzing the ethnobotanics utilization and its biodiversity conservation and preservation methods. Located in the city of Esperantina (03°54'10''S and 42°14'18''W), the "Quilombo Olho D'agua dos Pires" has 127ha, where 33 families live, being agriculture, cattle rising and extractive activity as its main economical activities. Due to economic activities there developed, part of the area of Quilombo was converted into pasture and diverse crops. Aiming to make an inventory of the "Quilombolas" ethnobotanic knowledge, as a mean to preserve and value the traditional culture, a quantitative survey of the used plants species, according to use categories was carried. The applied methodology comprised a knowledge phase, area description and selection, through interviews, ethnospecies collection, botanic material identification and data treatment. Field expedition was carried out, from April/2003 to February/2004, when 177 ethnospecies were collected according to the usual methodology. The material was incorporated to the "Graziela Barroso" Herbarium (TEPB/UFPI). 130 genus and 58 families were identified, being the most representative: Leguminosae (26 species), Euphorbiaceae (10), Myrtaceae (8), Anacardiaceae, Cucurbitaceae e Rutaceae (7), Arecaceae, Rubiaceae and Solanaceae (6), Alliaceae, Apocynaceae and Poaceae (5). Twelve categories of use were found being distinguished the medicinal (34,7%), food (27,3%), wood (11,6%), cattle food (10,2%). The most used species by the community were: *Attalea speciosa* Mart. ex Spreng. (babaçu), *Hymatanthus sucuuba* (Spruce ex Mull. Arg.) Woodson (janaguba), *Mauritia flexuosa* L. (buriti), *Bauhinia flexuosa* Moric. (cipó-de-escada-do-cerrado), *Bauhinia trichosepala* Wanderlin (cipó-de-escada-do-brejo) and *Bixa orellana* L. (urucum).

LISTA DE FIGURAS

1. Mapa de localização da comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires no município de Esperantina, Piauí, Brasil.....	29
2 Distribuição percentual por faixa etária da população quilombola de Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil.....	30

ARTIGO 1

ETNOBOTÂNICA DOS QUILOMBOLAS DE OLHO D'ÁGUA DOS PIRES, ESPERANTINA, PIAUÍ.

FIGURA

PÁGINA

1 Mapa de localização do município de Esperantina, ressaltando a área da comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires.....	45
2 Famílias mais representativas no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil.....	47
3 Percentual de distribuição das etnoespécies levantadas conforme a categoria de uso, no quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil.....	48

ARTIGO 2

USO E DIVERSIDADE DE PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE OLHO D'ÁGUA DOS PIRES, ESPERANTINA, PIAUÍ.

FIGURA

PÁGINA

1 Mapa de localização do quilombo de Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil.....	73
2 Percentual de espécies citadas por grupo de doenças na comunidade quilombolas de Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil.....	76

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 1

ETNOBOTÂNICA DOS QUILOMBOLAS DE OLHO D'ÁGUA DOS PIRES, ESPERANTINA, PIAUÍ.

TABELA

PÁGINA

- | | | |
|---|--|----|
| 1 | Lista das espécies úteis na comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, com seus respectivos valores de uso..... | 49 |
|---|--|----|

ARTIGO 2

USO E DIVERSIDADE DE PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE OLHO D'ÁGUA DOS PIRES, ESPERANTINA, PIAUÍ.

TABELA

PÁGINA

- | | | |
|---|---|----|
| 1 | Lista das espécies com aplicações terapêuticas utilizadas no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, PI, com seus nomes vulgares, número de coletor (NC) (il = identificada no local), ocorrência (O) (p = plantada, c = comprada, e = espontânea, e* = espontânea sem material florido durante a coleta), valor de uso (VU), indicação de uso (IU), parte utilizada (PU) e forma de preparo (FP)..... | 77 |
|---|---|----|

SUMÁRIO

Agradecimentos
Resumo
Abstract

v
vi
vii

Lista de Figuras	viii
Lista de Tabelas	ix
1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1 Etnobotânica: ciência inter-disciplinar.....	14
2.2 População tradicional: o desafio de viver com sustentabilidade.....	22
2.3 Populações quilombolas no Piauí: uma breve perspectiva histórica.....	25
3 QUILOMBO OLHO D'ÁGUA DOS PIRES: CARACTERIZAÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL.....	27
4 REFERÊNCIAS.....	33
5 ARTIGOS.....	41
5.1 ETNOBOTÂNICA DOS QUILOMBOLAS DE OLHO D'ÁGUA DOS PIRES, ESPERANTINA, PIAUÍ.....	42
Resumo.....	42
Abstract.....	43
Introdução.....	43
Material e Métodos.....	44
Resultados e Discussão.....	46
Agradecimentos.....	64
Referências.....	64
5.2 USO E DIVERSIDADE DE PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE OLHO D'ÁGUA DOS PIRES, ESPERANTINA, PIAUÍ.....	69
Resumo.....	70
Abstract.....	71
Introdução.....	71
Material e Métodos.....	72
Resultados e Discussão.....	75
Agradecimentos.....	85
Referências.....	85
6 CONCLUSÕES.....	89
7 APÊNDICE.....	90
A Fotos ilustrativas do Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí.....	91
B Fotos ilustrativas das formas de construção e artesanato no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí.....	92
C Fotos ilustrativas das formas de uso extrativo, comemorações e áreas coletivas no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí.....	93
D Fotos ilustrativas de etnoespécies no Quilombo de Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí.....	94
E Correlação entre a classificação sintomatológica proposta pela OMS e a utilizada no Quilombo Olho D'água Dos Pires, Esperantina, Piauí.....	95
F Questionários utilizados na pesquisa de campo no Quilombo Olho D'água Dos Pires, Esperantina, Piauí.....	96
8 ANEXOS.....	98
I Normas para publicação na Revista Brasileira de Botânica.....	99
II Normas para publicação na Revista Brasileira de Plantas Medicinais.....	102

1. INTRODUÇÃO

O Brasil abriga uma das maiores biodiversidades mundiais, caracterizada pela variedade em ecossistemas, de espécies biológicas, endemismos e patrimônio genético. Devido à sua dimensão continental e à grande variação geomorfológica e climática, abriga em suas regiões sete biomas já classificados, e numerosos ecossistemas, possuindo a maior rede hidrográfica existente no mundo. Além disso, é um dos países de maior diversidade cultural (IBAMA, 2002).

O Estado do Piauí ocupa 2,95% da área nacional e 16,2% da área nordestina, com cerca de 250.934km², sendo o terceiro maior Estado do Nordeste. O processo de ocupação do solo piauiense teve início na segunda metade do século XVII: paulistas, baianos e pernambucanos foram os primeiros desbravadores do imenso espaço habitado por numerosas nações indígenas. Eles implantaram suas fazendas de gado numa terra conquistada palmo a palmo, a custo de sangrentas lutas. Como esta conquista se deu do sertão para o litoral, justamente ao contrário do que ocorrera nos demais Estados litorâneos brasileiros, o Piauí adquiriu um contorno geográfico irregular, estreito no litoral e alargado no interior (BRANDÃO, 1999).

Hoje o Piauí é resultado dos diversos componentes de sua formação histórica, étnica, social e econômica. Aliada fortemente a elementos físico-geográficos, sua população reflete a participação dos estoques raciais brasileiros primitivos – do branco, do negro e do índio – com uma economia centrada na atividade agropecuária de subsistência (BOAKARI; GOMES, 2000).

Na busca de uma análise mais aprofundada dos diferentes modos de como se estabelece e se processa a relação ser humano *versus* meio ambiente, diversas correntes procuram explicar como a mesma está se firmando frente aos modelos de desenvolvimento. Visando estudá-la, busca-se na etnociência o enfoque para pesquisar o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais.

Estendendo seu campo tanto para o estudo das populações tradicionais quanto das sociedades industriais, no relacionamento expresso entre as populações humanas e o ambiente botânico, surge a etnobotânica como um estudo interdisciplinar, uma vez que situa sua fronteira entre a botânica e a antropologia cultural (ALBUQUERQUE, 2002).

A maioria dos estudos etnobotânicos realizados no Brasil envolveram grupos indígenas amazônicos, devido à grande diversidade vegetal e cultural da região; em consequência, poucos estudos foram efetuados com outras comunidades tradicionais. De alguns anos para

cá, outras comunidades passaram a ser, também, alvo de estudos etnobotânicos, como, por exemplo, as rurais, formadas por caboclos, caiçaras e camponeses (SALES; LIMA, 1985; AMOROSO; GÉLY, 1988; KAINER; DURYEA, 1992; e AMOROSO, 1993); comunidades de pescadores e litorâneas (BEGOSSI et al., 1993; e FIGUEIREDO et al., 1993) e comunidades e grupos culturais negros (GUEDES et al., 1985; e SILVA; 1989).

Os trabalhos relacionados à etnobotânica de comunidades negras estão mais concentrados no Nordeste do Brasil, podendo-se citar os de Balée (1986), Camargo (1988a; 1988b), Berg (1991a; 1991b), Albuquerque e Chiappetta (1995; 1996), dentre outros.

No Piauí existe apenas um trabalho sobre conhecimento etnobotânico com quilombolas, realizado por Abreu (2000), na comunidade Mimbó, radicada no município de Amarante.

Existe, portanto, necessidade de se proceder a estudos que visem a resgatar o saber acumulado por comunidades tradicionais no Estado, observando que nestes sistemas não existe apenas a exploração econômica dos recursos naturais, mas, sim, um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos que podem levar à manutenção e ao uso sustentado dos mesmos.

Os negros foram introduzidos no Piauí a partir da instalação das chamadas “Fazendas Nacionais” utilizadas para criação de gado (LIMA, 2002), existindo atualmente oito comunidades negras (Mimbó, Tapuio, Sumidouro, Sítio Velho, Cana Brava dos Amaros, Tronco, Custanera e Olho D’água dos Pires), instaladas na zona rural dos municípios Amarante, Paulistana, Assunção do Piauí, Paquetá e Esperantina.

O quilombo Olho D’água dos Pires teve origem a partir de escravos descendentes de uma única família, vivendo há mais de 150 anos na localidade de mesmo nome, no município de Esperantina. Detentores de uma área de 127ha, com vegetação de transição entre cerrado, floresta estacional decidual e mata de babaçu, desenvolvem a agricultura de subsistência e extrativismo para os mais diversos fins. Devido à sua proximidade em relação à sede do município de Esperantina (cerca de 18km), o quilombo vem sofrendo um forte processo de aculturação, o que torna urgente o resgate do conhecimento que esta população detém sobre o ambiente em que vive.

Neste trabalho realizou-se um estudo sobre a diversidade etnobotânica na comunidade quilombola de Olho D’água dos Pires, visando a contribuir para o resgate e a manutenção do saber etnobotânico tradicional.

Esta dissertação encontra-se dividida em três partes: a primeira parte consta de informações gerais distribuídas nos tópicos de introdução, revisão bibliográfica e caracterização do quilombo. A segunda apresenta-se em forma de artigos científicos a serem

enviados a periódicos especializados, sendo sua organização fundamentada nas normas destes últimos. O primeiro artigo trata intitula-se “Etnobotânica dos quilombolas de Olho D’água dos Pires, Esperantina, Piauí” e o segundo, “Uso e diversidade de plantas medicinais na comunidade quilombola de Olho D’água dos Pires, Esperantina, Piauí”. A terceira parte consiste na conclusão do trabalho.

Espera-se que as informações aqui apresentadas possam servir de base para novos estudos etnobotânicos, a serem realizados em outras comunidades e ecossistemas associados. Podendo, ainda, serem utilizadas na conservação dos ecossistemas envolvidos, através do manejo sustentado de seus recursos.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Etnobotânica: ciência interdisciplinar

No curso da história, o ser humano vem acumulando informações sobre o ambiente que o cerca, preocupando-se desde a Antigüidade em analisar e catalogar os diversos usos dos recursos naturais, especialmente das plantas. Os naturalistas que acompanhavam as expedições exploratórias às terras do Novo Mundo referendavam as plantas sem, contudo, contextualizar seu manejo pelas sociedades consideradas primitivas (PIRES, 1984).

Prance (1987) considera que, a partir dos trabalhos de Carl Linnaeus, inicia-se a história da etnobotânica, pois em seus diários de viagem já havia dados referentes às culturas visitadas, os costumes de seus habitantes e modo de utilização de plantas.

Os primeiros estudos na América do Sul foram realizados a partir do enfoque da etnologia indígena, inicialmente por antropólogos, contando posteriormente com a participação de botânicos, agrônomos, farmacologistas e outros profissionais, sendo que vários deles foram compilados no *Handbook of South American Indians*, coleção publicada entre 1945 e 1950 (RIBEIRO, 1987).

O termo etnobotânica ficou por muito tempo atrelado à definição de Harshberger e que, em meados do século XX, este conceito passou a ser entendido como o estudo das inter-

relações entre povos primitivos e plantas, acrescentando o componente cultural a sua interpretação, pelo engajamento dos antropólogos (DAVIS, 1995).

A etnobotânica busca não só registrar o uso dos vegetais, mas também as formas de manejo que as comunidades tradicionais realizam para obter e manter os recursos de que necessitam, estudando assim, a total interação entre a comunidade tradicional e a vegetação ao seu redor. (MARTIN, 1995).

Segundo Amoroso (1996), toda sociedade humana acumula um acervo de informações sobre o ambiente que a cerca, que vai lhe possibilitar interagir com ele, para prover suas necessidades de sobrevivência, sendo neste acervo que se inscreve o conhecimento relativo ao mundo vegetal com o qual estas sociedades estão em contato.

Diversos pesquisadores apresentaram suas definições para o termo etnobotânica; cada qual refletindo a formação acadêmica dos seus propositores e que, sendo ela uma ciência interdisciplinar, é perfeitamente natural que isso aconteça, uma vez que se situa na fronteira entre a botânica e a antropologia cultural (COTTON, 1996).

Albuquerque (2002) relata que a obra *Origin of cultivated plants*, de Alphonse de Candolle, publicada em 1886, foi essencial para os estudos sobre plantas cultivadas e para a etnobotânica. Afirmar, ainda, que o termo etnobotânica foi formalmente utilizado por Harshberger, em 1895, tendo apresentado uma definição aceitável, ficando designado como o estudo do uso de plantas por comunidades aborígenes. Cita que no Brasil as pesquisas iniciaram no século XVII, no Nordeste, com os holandeses Guilherme Piso e Georg Marggraf, que coletaram plantas e registraram usos conhecidos pelos nordestinos; no século XIX, os alemães J. B. von Spix e Carl F. P. von Martius fizeram notas sobre o uso de plantas pelos índios no Brasil. O autor insere a etnobotânica no domínio mais amplo da etnobiologia e a considera como o estudo do conhecimento e da conceituação desenvolvida por qualquer cultura sobre os seres vivos e os fenômenos biológicos, ampliando seu campo de atuação para o estudo tanto das populações tradicionais, quanto das sociedades industriais, na inter-relação entre populações humanas e o ambiente botânico.

A etnobotânica brasileira registrou diversos estudos conforme relatos a seguir, na região Norte, em função da diversidade biológica encontrada na Floresta Amazônica e da existência das muitas nações indígenas convivendo com a floresta, utilizando seus recursos, tanto animais como vegetais.

Prance (1972) realizou um estudo comparativo na região amazônica junto às tribos Dení, Jamamadí, Makú e Waiká, registrando as espécies silvestres e cultivadas utilizadas para diversos fins, observando uma grande diversidade de recursos usados na alimentação, como

veneno para caça e pesca, materiais de construção, medicinais, pinturas corporais, entre outros.

Anderson (1977) concentrou suas pesquisas no uso de palmeiras em uma tribo Yanomami, registrando 20 espécies utilizadas nas categorias de uso alimentar, construção, madeira, cobertura de telhados, fabricação de arcos, pontas de flechas, armas, cestos e enfeites, observando também que muitas delas já não existiam com abundância, em função da imensa pressão exercida por sua utilização pelos índios.

Prance (1978) realizou estudos com plantas utilizadas na preparação de narcóticos e venenos, junto aos índios Dení, Paumarí, Jamamadi e Jarawara, localizados na região do rio Purus, sendo registradas duas espécies, *Virola elongata* Warb. e *Tanaecium nocturnum* Bureau & K. Schum. in Mart., usadas pelos Paumarí como alucinógenas; os outros grupos utilizavam uma mistura de *Nicotiana tabacum* L. e *Theobroma subincanum* Mart. para fumar. Os Demí também usavam um poderoso narcótico conhecido como Ayahuasca, feito de *Banisteriopsis quitensis* C.V. Morton.

Até o final da década de 70, os estudos etnobotânicos utilizavam apenas métodos qualitativos, abordando aspectos como identificação e formas de uso.

Carneiro (1978, apud PRANCE et al., 1987) foi o primeiro pesquisador brasileiro a trabalhar técnicas quantitativas, pesquisando os índios Kuikuro e estimando em 78% o emprego de árvores úteis em uma área de floresta no Alto Xingu.

A quantificação dentro da metodologia etnobotânica foi utilizada por outros autores, como: Anderson e Posey (1985), Baleé (1986), Prance et al. (1987), Amoroso e Gély (1988), Turner (1988), Kainer e Duryea (1992), Begossi et al. (1993), Phillips e Gentry (1993), Phillips et al. (1994), Stoffle et al. (1990), Silva (1997), Lima et al. (2000), Rocha-Silva (2000), Rodrigues e Carvalho (2001), dentre outros.

Anderson e Posey (1985) realizaram um trabalho com os índios Kayapó, no Pará, estabelecendo o percentual e o valor de uso das espécies indicadas, cujas principais categorias foram remédio (72%), atrativo para caça (42%), alimentação (25%), lenha (12%) e adubo (8%).

Baleé (1986) realizou estudos com os índios Ka'apor, no Maranhão e no Pará, e verificou que, para ambos, todas as espécies de árvores e cipós com diâmetro a altura do peito (DAP) maior ou igual a 10cm encontradas numa parcela de um hectare de floresta, eram de alguma forma úteis.

Prance et al. (1987), com o objetivo de auxiliar nas políticas de conservação da Amazônia, estudando as tribos Ka'apor e Tembé do Brasil, Chácobo da Bolívia e Parane da

Venezuela, encontraram os percentuais de 76,8%, 61,3%, 78,7% e 48,6% de espécies de árvores úteis com diâmetro a altura do peito (DAP) maior ou igual a 10cm, em um hectare de floresta, para cada tribo, valores estes menores que os já encontrados em trabalhos anteriores, por não considerarem como úteis espécies de uso indireto, como para a alimentação, a caça e a madeira para lenha.

Amoroso e Gély (1988) passaram a dedicar-se a trabalhos com outros grupos tradicionais, ainda concentrados na Amazônia, como os ribeirinhos, caboclos e camponeses, que também trazem consigo uma síntese do conhecimento sobre o ambiente onde vivem, derivando do saber indígena, adicionado às culturas portuguesa e africana, trazidas de fora, formando assim o saber popular brasileiro; estes autores concentraram-se na questão do conhecimento popular sobre o uso terapêutico das plantas e realizaram um levantamento das plantas medicinais em duas comunidades caboclas no município de Barcarena, no Pará, determinando a importância relativa das espécies para a comunidade.

Turner (1988), estudando grupos nativos no Canadá, propôs determinar o significado das espécies vegetais para o grupo cultural estudado, desenvolvendo um Índice de Significado Cultural (ISC) das plantas conhecidas. Para o cálculo deste índice, a autora formulou três componentes: qualidade de uso (q), que se refere à natureza do papel cultural de uma planta; intensidade de uso (i), ao impacto que uma planta causa no cotidiano de uma cultura humana e exclusividade de uso (e), à localização de uma planta sobre as outras para um determinado uso, resultando na fórmula: $ISC = \sum (q \times i \times e)$. Atribuindo para cada componente valores relacionados à importância das plantas. Todas as espécies coletadas foram classificadas segundo seu ISC em seis categorias de uso, tendo-se encontrado resultados nas espécies estudadas variando de alto significado cultural até insignificante culturalmente.

Posteriormente, Stoffle et al. (1990) modificaram o modelo proposto por Turner (1988), por acharem que a componente qualidade de uso (q) era subjetiva, apresentando a percepção do pesquisador e não do informante, passando a utilizar o número de usos e/ou parte usadas de uma planta para um propósito específico (p/u). Na componente exclusividade de uso (e), aboliram a categoria de menor valor, por considerarem que uma espécie pode ser preferida para determinado fim, mesmo havendo outras espécies como fonte para tal. Adicionaram ainda um novo componente ao ISC, a contemporaneidade de uso (c), que se refere à atualidade de utilização de uma planta, contendo duas categorias, a de plantas utilizadas quotidianamente e as de uso conhecido, mas não utilizadas. Com essas adaptações a fórmula passa a ser $ISC = \sum (p/u \times i \times e \times c)E_1$, para um determinado grupo cultural.

Estudos com mulheres seringueiras na Reserva Extrativa de Cachoeira, no Acre, foram realizados por Kainer e Duryea (1992) onde registraram 150 espécies utilizadas como alimentos, temperos, bebidas, remédios, lenha, material de construção e diversos usos.

Begossi et al. (1993) inventariaram as plantas usadas pela comunidade de pescadores da Ilha de Búzios, no litoral de São Paulo, tendo as plantas apresentado um papel importante na vida da comunidade; apesar de terem como atividade principal a pesca, foram registradas 61 espécies utilizadas na alimentação, 57 como medicinais e 32 usadas na construção de canoas, casas e artesanato, entre cultivadas e não-cultivadas.

Avaliando dados etnobotânicos sobre a importância relativa das espécies lenhosas utilizadas por populações de mestiços em Tambopata, na Amazônia peruana, Phillips e Gentry (1993) registraram 600 espécies em sete parcelas de um hectare de floresta onde desenvolveram uma nova técnica quantitativa, através da qual se pode estimar a importância relativa de diferentes espécies e famílias, comparando-as entre si em relação a todos os usos e determinando o valor e a importância para cada uma das diferentes famílias utilizadas nas várias categorias de uso registradas; destacaram-se as Arecaceae como de maior valor relativo e dentre as categorias teve prioridade o uso para material de construção, seguido de comestível, tecnológico e comercial.

Phillips et al. (1994), aplicando o mesmo método para comparar a utilidade de seis diferentes fisionomias florestais, a partir das informações obtidas da população mestiça de Tambopata, Peru, sobre as espécies encontradas naquelas áreas que são úteis à comunidade, descobriram que todas as fisionomias apresentam acima de 85% de espécies úteis; o valor de uso variou entre 0,98 e 1,88, e referem que 12 espécies possuem valor de uso igual ou maior que 3,00, como *Iriartea deltoidea* R & P e *Euterpe precatoria* Mart.

Empregando o ISC proposto por Stoffle et al. (1990), Silva (1997) no trabalho de análise da importância das plantas existentes numa área de mata serrana e as cultivadas nas aldeias para o grupo indígena Xucuru, de Pesqueira, Pernambuco. Utilizou o índice, propondo algumas adaptações na categoria de intensidade de uso (*i*) e na classificação dos ISC em categorias com intervalos de classe homogêneos, utilizando as categorias adotadas por Turner (1988); a autora concluiu que as plantas com maior significado cultural para os Xucuru são introduzidas, tendo como a de maior significado cultural a *Musa paradisiaca* L. (banana), com ISC no valor de 120; as espécies nativas apresentaram um ISC baixo, refletindo assim a aculturação da tribo.

Lima et al. (2000) registraram o conhecimento etnobiológico de dez comunidades continentais da APA de Guaraqueçaba, cujos resultados preliminares trazem citações de 215

espécies, pertencentes a 160 gêneros e 79 famílias botânicas, distribuídas em 14 categorias de uso, tendo se destacado as de uso medicinal, alimentício e desdobramento em madeira.

Enquanto, Rocha-Silva (2000) desenvolveu pesquisa sobre a utilização de vegetais por comunidades situadas na Zona do Litoral-Mata de Pernambuco e com diferentes perfis sócio-econômicos; foram registradas 392 espécies úteis, enquadradas nas categorias alimentação, comércio, construção, mágico, medicinal, tecnológico e outros.

Rodrigues e Carvalho (2001) levantaram, no domínio do cerrado, as plantas medicinais utilizadas pelas comunidades rurais em cinco municípios do sul de Minas Gerais, sendo registradas 55 famílias e 167 espécies, utilizadas para os mais diversos fins terapêuticos.

Trabalhos desta natureza foram desenvolvidos em outras regiões do Brasil, como os de Schardong e Cervi (2000) e Amorozzo (2002), em Mato Grosso, e Jacoby et al. (2002), no Paraná. Para o Nordeste, destaca-se o de Sales e Lima (1985), que realizaram o levantamento das plantas utilizadas para diversos fins na Microrregião de Soledade, Paraíba, sendo identificados como as principais categorias de uso a medicinal (88%), a combustível (80%) e a alimentícia (35%).

Albuquerque e Andrade (2002) fizeram um levantamento sobre o conhecimento botânico tradicional em uma área de Caatinga em Pernambuco, onde foram identificadas mais de 108 espécies, distribuídas em 10 categorias de uso. Discutiram ainda, as formas como os recursos da floresta estacional são utilizados e manejados e suas implicações para conservação da Caatinga.

Esta amplitude do campo de estudo permite que, de posse de metodologias adequadas, diversas outras abordagens possam ser realizadas. Um bom exemplo disto é o dos cultos de origem africana no Brasil, que só há bem pouco tempo têm merecido investigações etnobiológicas, marcadamente etnobotânicas, abordando principalmente as plantas utilizadas em rituais e cultos afro-brasileiros nas diversas regiões do Brasil. Passando a ser desenvolvido mais intensamente a partir de Guedes et al. (1985), com o levantamento das plantas utilizadas em rituais afro-brasileiros no Rio de Janeiro, relacionando nomes populares, indicações de uso, local de origem, morfologia e uso medicinal popular.

No ano seguinte Pires e Andrade (1986) realizaram um levantamento semelhante, enfocando os rituais de banhos e amacis nas casas de cultos afro-brasileiros, em Recife, onde eram empregadas também espécies exóticas européias, como *Rosmarinus officinalis* L., e africanas, como *Ricinus communis* L.

Camargo (1988a), baseada em trabalhos de campo e investigação bibliográfica, realizou um estudo sobre aspectos etnobotânicos, taxonômicos e farmacológicos de *Cola acuminata* R.

Br. (obi), *Mimosa hostilis* Benth. (jurema) e *Nicotiana tabacum* L. (fumo, tabaco) usados nos rituais afro-brasileiros. A autora verificou que a ação dessas espécies sobre o sistema nervoso central está relacionada com componentes ativos e que os efeitos provocados pelo consumo destas plantas acentuam determinados aspectos do comportamento requerido nos rituais.

A citada autora publicou ainda os resultados de estudos etnobotânicos, taxonômicos e farmacológicos de 19 plantas utilizadas em rituais afro-brasileiros, mostrando que são inúmeras as plantas presentes em rituais, amacis, banhos e remédios no Nordeste (CAMARGO, 1988b). Outros trabalhos etnobotânicos foram desenvolvidos com comunidades e grupos culturais negros, como o de Camargo (1989) com o estudo sobre *Commiphora abyssinica* (Bug.) Engl. (mirra), *Alosya virgata* Ruiz & Pav. (incenso) e *Ocimum gratissimum* L. (estoraque), empregadas em cultos afro-brasileiros, apresentando nomes científicos, nomes vulgares, origem, dados históricos e usos nos rituais.

Ainda trabalhando no estudo sobre plantas nos rituais afro-brasileiros, Camargo (1994) cita o nome vulgar, referência taxonômica, origem e descrição de sete espécies botânicas presentes em diversos momentos religiosos, desempenhando os mais variados papéis, como, por exemplo, na preparação de banhos, bebidas, comidas, remédios e fumigações. Comenta que muitas espécies nativas foram incorporadas ao acervo de plantas ritualísticas dos negros, da mesma forma que muitas dessas plantas passaram a fazer parte do cotidiano brasileiro.

Berg (1991a) realizou um estudo sobre aspectos botânicos da Casa de Minas do Maranhão, registrando a ocorrência de 126 espécies utilizadas tradicionalmente. Observou que a influência africana mina-gegê irradiou-se não só no Maranhão, mas pelo vale amazônico, principalmente nas grandes cidades, quando se trata da escolha, uso e cultura das plantas.

Berg (1991b) realizou um levantamento sistemático e etnobotânico das espécies de origem africana de valor sócio-econômico na região amazônica e no Meio-Norte do Brasil, bem como aquelas que foram substituídas pelas nativas e introduzidas em função de sua afinidade genérica e cultural com as conhecidas pelas pessoas de origem africana. Foram identificadas 28 espécies de origem africana: três espécies tidas como africanas, porém de origem discutida, e quatro espécies recentemente introduzidas, comprovando que o fator africano tem um peso bastante importante, não só nas tradições, usos e costumes, como na introdução e conservação de germoplasma de importantes espécies perfeitamente adaptadas à região amazônica, estendendo-se ao Meio-Norte do Brasil.

Albuquerque e Chiappetta (1995) desenvolveram uma pesquisa sobre as formas de uso de espécies vegetais utilizadas nos cultos afro-brasileiros praticados em Recife (PE); constataram a utilização de 81 espécies, distribuídas em nove categorias de uso e comentam

que 95% das espécies citadas pelos entrevistados atingiram um percentual de 100% quanto à concordância de uso; os autores registraram uma perda cultural sofrida pelos grupos afro-brasileiros, pela introdução de muitas plantas da flora nordestina em seus rituais. Em 1996 fizeram um inventário de 102 espécies vegetais utilizadas no preparo de medicamentos e para fins litúrgicos nos cultos afro-brasileiros, em Recife (PE), observando que, ao lado das plantas nativas ou substituídas, ainda há muitas plantas de origem africana (ALBUQUERQUE E CHIAPPETTA, 1996). E em 1997, realizaram estudo sobre 35 espécies utilizadas como plantas litúrgicas e medicinais nos cultos afro-brasileiros em Recife (PE), além de uma breve consideração entre a relação ser humano/vegetal (ALBUQUERQUE E CHIAPPETTA, 1997).

Albuquerque e Andrade (1998) examinaram aspectos etnobotânicos das espécies do gênero *Ocimum* L. (Lamiaceae) utilizadas por comunidades afro-brasileiras, no Nordeste brasileiro, especialmente nas práticas de candomblé, analisando o significado cultural de cada espécie. Foram levantadas informações sobre o uso do gênero na África, suas rotas de entrada no Brasil, como também seus dados morfológicos, botânicos e econômicos, revelando um intenso paralelismo entre a assimilação na cultura brasileira e o conhecimento tradicional africano.

Serra (1999) pesquisou o sistema etnobotânico do candomblé nagô da Bahia, observando a relação entre a prática religiosa e o esforço terapêutico, no qual tem papel de destaque a liturgia das folhas, que envolvem o emprego de plantas colhidas em áreas não cultivadas, que funcionam como elementos de um código sacramental e como fármacos, uma vez que cada orixá tem suas folhas e muitos vegetais cultivados têm um emprego sacro como oferendas alimentares.

No Piauí, mesmo dentro de uma diversidade cultural inegável, há poucos estudos etnobotânicos que focalizem estas relações, podendo-se registrar como trabalhos iniciais os de Emperaire (1983; 1989), sobre a utilização de plantas no sudeste do estado e o de Berg e Silva (1985), que contribuíram para o conhecimento da flora medicinal do estado. O único trabalho de etnobotânica em comunidade negra foi desenvolvido por Abreu (2000), com o estudo sobre a diversidade dos recursos vegetais do cerrado utilizados pelos quilombolas Mimbó, no município de Amarante. A autora registrou 73 espécies, das quais 78% são utilizadas pela comunidade em oito categorias de uso, destacando-se as de uso medicinal e construção, com 47,95%, cada; tecnologia (27,40%), alimento humano e alimento animal (13,70%, cada), combustível (6,85%), místico/religioso (5,48%) e venenoso, com 2,47%.

2.2. População tradicional: o desafio de desenvolver com sustentabilidade

As questões ambientais e, em particular, as relacionadas à conservação da natureza estão entre as mais críticas para a humanidade nesse início de milênio, pois afetam as condições de sobrevivência da vida sobre a terra e as relações entre grupos sociais e sociedades. Uma definição clássica para conservação é proposta pelo WWF/IUCN (1980, apud DIEGUES, 2000), citada na Estratégia Mundial para a Conservação que a conceitua como o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso, incluindo sua proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento das populações e ecossistemas.

Para Balée (1986), o conhecimento tradicional somente pode ser interpretado dentro do contexto da cultura em que ele é gerado, uma vez que há uma diferença entre o conhecimento moderno e o tradicional, ou seja, o primeiro é comunicado através da escrita e o segundo utiliza a oralidade ao se expressar.

Segundo a Independent Commission on International Humanitarian Issues (ICHI, 1987), no direito internacional, o termo “populações tradicionais” começou a ser usado de forma mais precisa, aplicada a grupos étnicos distintos que têm uma identidade diferente da nacional, tiram sua subsistência do uso dos recursos naturais e não são politicamente dominantes.

Na mesma época, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMDA, 1987), surge com a definição consagrada e simplificada no Relatório “Nosso Futuro Comum” (Comissão Brundtland), que desenvolvimento sustentável deve ser entendido como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias. Ressaltando, desta forma, uma solidariedade em cada sociedade e entre gerações, de modo a configurar um novo paradigma de desenvolvimento.

Segundo McKean (1989, apud DIEGUES, 1996) há seis tipos diferentes de propriedade. Nesta análise, cabe citar o caso da propriedade comum ou formas comunitárias de apropriação de espaços ou recursos naturais, que se caracteriza pela utilização comunal de determinados espaços e recursos por meio de extrativismo vegetal, animal e de pequena agricultura itinerante. Além destes espaços usados em comum, existem os espaços domésticos que são apropriados pelas famílias e seus saberes tradicionais.

O Banco Mundial (1990) define como tradicionais os grupos sociais cuja identidade social e cultural é distinta da sociedade dominante que os torna vulneráveis por serem desfavorecidos pelos processos de desenvolvimento.

Como afirma Sachs (1990), o desenvolvimento sustentável cria duas solidariedades: uma *sincrônica*, para com a geração à qual pertencemos, e uma *diacrônica*, para com as gerações futuras, o que, de imediato, pressupõe continuidade e permanência da qualidade de vida e das oportunidades da sociedade ao longo do tempo, incorporando assim, uma perspectiva de longo prazo.

Para Diegues (1992), entre as populações tradicionais há uma relação imediata com os recursos naturais renováveis que garantem sua sobrevivência, havendo também uma ajuda mútua, normas e valores sociais que favorecem a “solidariedade intergrupar”, sendo estes aspectos que regulam o acesso aos recursos naturais no meio rural, impedindo sua degradação, sem haver a necessidade de ações reguladoras do Estado para que isto ocorra.

Como resultado da miscigenação no Brasil, há uma classificação derivada do modelo de povoamento rural originando a cultura crioula, desenvolvida na faixa massapé do Nordeste, sob a égide do engenho açucareiro; cultura caipira, constituída pelo cruzamento do português com o indígena e que produziu o mameluco paulista, caçador de índios e depois “sitiente tradicional” das áreas de mineração e de expansão do café e que se apresenta no litoral como cultura caiçara; cultura sertaneja, difundida no sertão nordestino até o cerrado do Brasil central pela criação de gado; cultura cabocla, das populações amazônicas, afetada pela indústria extrativa e a cultura gaúcha, de pastoreio na campina do sul. Enfatiza que esta cultura rústica coexistiu ao longo de toda a história do Brasil (RIBEIRO, 1995).

A globalização incorporou ao mundo moderno uma ruptura, como se não houvesse territorialidade; neste contexto surgem duas ordens: uma ordem global e uma ordem local num mesmo lugar, associando-se e contrariando-se. Os espaços mundializados são reunidos em redes e estas se encarregam de criar processos globais unindo pontos distantes numa mesma lógica produtiva, podendo haver também uma lógica local, gerando assim a Lei do Mundo e a Lei do Lugar, passando o mundo a ser apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares; enquanto a ordem global busca impor uma racionalidade, a local está associada à interação entre a população. Não se pode pensar numa esfera global sem a interferência da questão territorial e suas realidades históricas e culturais, regionais e nacionais (SANTOS, 1996).

Para Colcherster (2000) não existe definição universalmente aceita para caracterizar de fato comunidade “tradicional” ou “nativa”. No sentido mais literal, o termo “tradicional”

implica uma longa residência numa determinada área, uma vez que, para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os povos tradicionais e tribais são caracterizados com mais ênfase na noção de residência prévia na área, antes da conquista, colonização ou estabelecimento das fronteiras atuais dos países. Afirma, ainda, que a OIT enfatiza a autodeterminação como critério fundamental para se definir onde se aplicam as convenções. Com isto, muitos grupos marginais e etnicamente distintos estão adotando cada vez mais o termo “tradicional” por causa dos direitos que crêem associados ao termo – direitos às suas terras e territórios, para manter as tradições culturais, religião, língua e práticas; para exercer suas leis consuetudinárias; para governar-se por suas próprias instituições; para controlar seus próprios recursos; para sua autodeterminação e reconhecimento do direito de ser diferente.

Castro (2000) relata que a necessidade de analisar quais os sistemas de representações que indivíduos fazem de seu ambiente torna-se a base para as ações sobre o meio ambiente, ou seja, o modo com que estes recursos naturais passam a ser explorados depende da visão de quem o faz: se de forma harmoniosa por quem vive no ambiente e o respeita ou de forma exploratória por quem chega com uma visão de produção e lucro tão sonhado no mundo globalizado.

O conhecimento tradicional pode ser conceituado como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano-industrial e transmitidos oralmente de geração em geração. O autor cita que grande parte das comunidades tradicionais encaram seus conhecimentos acerca do uso, melhoramento e conservação do saber como um bem que pode ser compartilhado com outros, em benefício comum, dentro do contexto cultural da comunidade; são encaradas como normais e amistosas, destituídas de qualquer intenção que não seja a de colaboração, seja quem for o interlocutor: parente, amigo, outras comunidades, estudantes ou pesquisadores. Portanto, ações para garantia dos direitos das populações tradicionais devem ser fruto de um esforço conjunto (DIEGUES, 2000).

Segundo o mesmo autor, a etnobotânica possui um dos enfoques que mais tem contribuído para estudar o conhecimento das populações tradicionais sobre os processos naturais, não se podendo aceitar o desprezo ao conhecimento tradicional acumulado, onde se troca a etnociência pela ciência moderna, dando lugar ao neomito de favorecer as populações urbanas, lazer e entretenimento em Unidades de Conservação, ao invés de promover a permanência das populações tradicionais em seu habitat, como forma mais adequada de conservação da biodiversidade. Buscando uma análise mais aprofundada dos modos diferenciados de perceber a questão do ser humano em relação ao meio ambiente, há diversas

correntes que procuram explicar como está se firmando esta relação frente aos modelos de desenvolvimento e de sociedade hoje existentes, sendo na valorização do simbolismo e das representações que as populações tradicionais fazem da natureza um verdadeiro tesouro de conhecimento. Portanto, qualquer interferência que ocorra no seu espaço coletivo é tida como usurpação de seus direitos tradicionais, implicando na impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de cultura em seu mundo natural (DIEGUES, 2001).

Albuquerque (2002) assegura que o estudo etnobotânico é o principal aliado na interação entre as populações humanas e o ambiente botânico, na busca do desenvolvimento sustentável junto às populações tradicionais.

Albuquerque e Chiappeta (2004) mostram que nos últimos anos as idéias e atitudes em relação à conservação vêm mudando e passando a utilizar termos como sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e conhecimento tradicional, havendo a necessidade de se investir em pesquisas direcionadas para abordagens que integrem todas essas idéias. Paralelamente, deve-se ressaltar, no cenário científico, o papel das populações locais como de fundamental importância para o manejo dos recursos naturais. Passando à etnobotânica, neste tipo de abordagem, a se destacar como uma ciência promissora no fortalecimento de subsídios para a análise da sustentabilidade dos recursos naturais, não só com a investigação entre a relação ser humano/planta, mas também com o registro das estratégias e conhecimentos dos povos locais, procurando usar essa informação em benefício dos mesmos como ferramenta de tomada de decisões.

2.3. Populações quilombolas no Piauí: uma breve perspectiva histórica

No início da colonização do Brasil, os portugueses tentaram utilizar o trabalho indígena nas lavouras e engenhos de açúcar e, com o passar do tempo, diante da recusa dos mesmos ao trabalho escravo, a partir de 1570, os colonos começaram a se interessar em comprar escravos trazidos da África para solucionar o problema de falta de mão-de-obra (CARDOSO, 1989).

Almeida (1999) comenta que apenas com a Constituição Federal de 1988 é que foram inseridos os remanescentes de quilombos como sujeitos de direitos sociais, econômicos, civis e políticos, como forma de reativar a memória ligada ao motivo dessa vergonha e como meio de resgate da tão negada dignidade do povo negro, através de seu artigo 68, do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que explicita “aos remanescentes de comunidades

quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”; cabe lembrar que não podem ser consideradas como quilombolas apenas as populações escravas fugitivas, pois há outros grupos que não optaram por tal solução ou não lhes foi dada oportunidade para assumir esta condição, mas que não deixam de ter raízes escravas.

No processo de colonização, a população rural adotou um modelo sociocultural de adaptação do meio que, malgrado suas diferenças regionais e as que podem detectar ao longo do tempo, apresenta características comuns que marcam ainda hoje as comunidades isoladas do país. Este exemplo de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais deve a maior parte de suas características às influências das populações indígenas e negras e ao caráter cíclico e irregular do avanço da sociedade nacional sobre o interior do país (ARRUDA, 2000).

Diegues (2001) fez um levantamento e análise de trabalhos sobre o conhecimento e o uso da biodiversidade por populações tradicionais no Brasil, catalogando 868 estudos, sendo que, destes, 483 foram realizados em comunidades não-indígenas, 18 em comunidades quilombolas, nove foram na área de etnoconhecimento e quatro mais especificamente em etnobotânica.

As comunidades remanescentes de quilombos, caracterizando-as por serem na sua maioria de predominância rural, com atividades sócio-econômicas que integram a agricultura de subsistência, atividades extrativas, pesca, caça e pecuária tradicional (pequena quantidade de animais de pequeno, médio e grande porte), artesanato e agroindústria tradicional e/ou caseira voltada principalmente à produção de farinha de mandioca, azeites vegetais e outros produtos de origem local, conjugando áreas individuais e áreas de uso comum, quando da execução das atividades produtivas (FARIAS, 2002).

Durante décadas, a existência da escravidão incutiu na mente dos brasileiros livres que aqueles seres humanos, de outra cor, eram instrumentos de trabalho, comparáveis a um animal de carga, que, quando se desgastava, deveria ser substituído e, quando não trabalhava a contento, deveria ser estimulado no chicote (LIMA, 2002).

Moura (2002) relata que, de acordo com o primeiro inventário sobre comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, a Fundação Cultural Palmares constatou a existência de 743 grupos sociais, com uma população totalizando cerca de dois milhões de habitantes, ocupando uma área de 30,5 milhões de hectares. Destas, cerca de 42 foram tecnicamente identificadas, 29 estão tituladas pela Fundação, Instituto de Reforma Agrária - INCRA e pelos governos estaduais; encontrando-se nove na região Nordeste.

Saule Jr. et al. (2003) citam que no Brasil, assim como em outras partes da América onde existia escravidão, surgiram os quilombos, definidos como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”, conceito surgindo em resposta ao rei de Portugal à consulta feita pelo Conselho Ultramarino, em 1740, marcando presença durante todo o período escravista, existindo praticamente em toda a extensão do território nacional.

No Piauí, segundo Chaves (1988), nunca houve um número muito elevado de escravos. Até a extinção do tráfico, habitavam o Estado 21.691 escravos, distribuídos em 24 localidades, sendo que 50% destes localizavam-se nas cidades de Teresina, Jaícos, Valença, Oeiras e Amarante. O mesmo autor informa que, em 1884, para uma população de 250 mil habitantes, havia 17.327 escravos, o que correspondia a 6,93% dos habitantes do Estado.

Os escravos entraram pela estrada que ligava a feira de gado de Capoame, na Bahia, à Vila da Mocha, por não haver outra estrada no território piauiense. Domingos Afonso Sertão e seus sobrinhos introduziram muitos escravos nas chamadas “Fazendas Nacionais”, o mesmo fazendo outros fazendeiros da época. Segundo o grupo de pesquisas INFARADÁ, núcleo ligado a Universidade Federal do Piauí, com base em informações de várias fontes, ficou evidenciada a existência de comunidades negras isoladas em diferentes municípios da zona rural do Piauí, como a Mimbó, em Amarante; Tapuio e Sumidouro, em Paulistana; Sítio Velho, em Assunção do Piauí; Cana Brava dos Amaros, Tronco e Custanera, em Paquetá e Olho D’água dos Pires, em Esperantina. São consideradas comunidades quilombolas porque, na maioria dos casos, os habitantes tinham relações de parentesco, demonstrando um grande senso de pertencimento aos locais, orientando-se por normas históricas, presença de antepassados e pelo sentimento de valorização do grupo e da coletividade (LIMA, 2002).

3. QUILOMBO OLHO D’ÁGUA DOS PIRES: HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL

A comunidade quilombola de Olho D’água dos Pires teve sua origem a partir de descendentes do escravo Altino José dos Santos que fora trazido juntamente com outros

cativos, há mais de 150 anos para trabalhar na sede da fazenda dos Pires. Os líderes mais antigos do quilombo comentam que:

Por volta de 1830 chegaram ao lugar seus antepassados trazidos da África, para trabalhar na sede do engenho de propriedade do Sr. Mariano Castelo Branco e de sua cunhada Sr^a Carlota Pires, possuidores de cerca de 3.000 escravos que trabalhavam em cultivos diversos, construção de instalações rurais e outros afazeres. Em 1847, o Sr. Mariano inicia a construção da casa grande, que possui aproximadamente 1.500m²; os escravos além de trabalharem na construção também faziam tijolos e telhas de coxa, onde desenhavam as observações da época como animais e plantas nativas, enquanto as telhas secavam em suas coxas. A mesma veio a ser concluída em 1853.

Em 1892, já no final da escravidão o Sr. Mariano adoeceu e mudou-se para Parnaíba, deixando sua cunhada a tomar conta da propriedade, que por ser solteira e não se sentir preparada para toca-la sozinha resolve vende-la para o Sr. Valdivino Pires, que coloca como capataz o Sr. Manoel Ribeiro.

Mesmo com a abolição, o Sr. Valdivino não consegue retirar todos os negros do local, por já estarem habituados e ambientados. Dentre os que ficaram destacou-se um negro chamado José dos Santos, que trabalhava com seus filhos na sede do engenho.

Por volta de 1900, foi perfurada uma cacimba que se tornou jorrante, dando origem ao nome do local Olho D'água, passando a acrescentar o sobrenome Pires, por ser de propriedade do Sr. Valdivino.

Com a morte do Sr. Valdino, as terras foram herdadas pela Sra. Jaci Pires e Domingos Pires, que continuaram permitindo que a família do Sr. José dos Santos trabalhasse nas terras. Em 1994, aos 90 anos, a Sra. Jaci resolve vender as terras ao Sr. Linhares, que imediatamente pede a expulsão de todos os quilombolas da gleba, não aceitando que a comunidade faça uso de suas terras, mesmo em parceria, iniciando assim uma luta pela sua posse entre os descendentes dos escravos e o mesmo. Esta luta dá-se de 1994 a 2002, quando a comunidade recebe ajuda internacional para a compra das terras e passam a ter a posse definitiva.

A comunidade encontra-se inserida na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, a 18 km da sede do município de Esperantina. Possui uma área de 127ha, situada às margens da PI-117 (Figura 1).

Possui clima tropical sub-úmido, apresentando duas estações bem definidas, uma chuvosa (novembro-março) e outra seca (abril-outubro), com temperatura mínima de 26°C e máxima de 34°C. Tendo em sua formação vegetacional áreas de transição entre Cerrado, Floresta Decidual Mista e Mata de Babaçu (CEPRO, 1992).

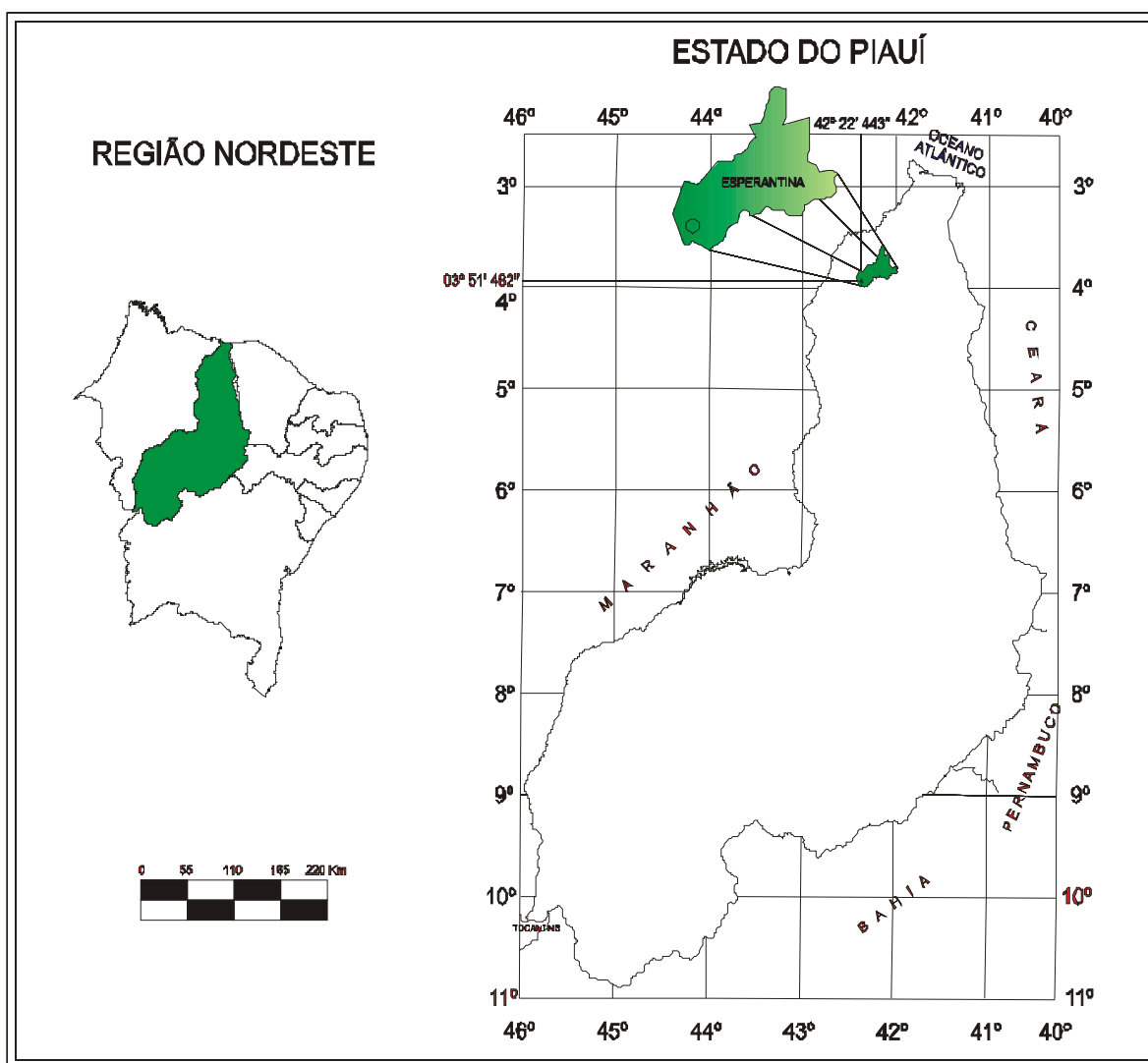


Figura 1. Mapa de localização da comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires no município de Esperantina, Piauí, Brasil.

Fonte: Elaboração própria

O quilombo é formado atualmente por um grupo de 33 famílias, com uma população de 178 pessoas, sendo 79 homens e 99 mulheres, havendo um certo equilíbrio entre a população formada por crianças e jovens e a adulta, uma vez que 66 pessoas estão na faixa entre recém-nascidos e 15 anos, 21 pessoas entre 16 e 21 anos; na faixa etária adulta encontram-se 34 pessoas entre 22 e 30 anos, 29 pessoas entre 31 e 40 anos e 23 pessoas acima de 40 anos; tendo sido encontrado no universo da terceira idade apenas cinco pessoas (Figura 2).

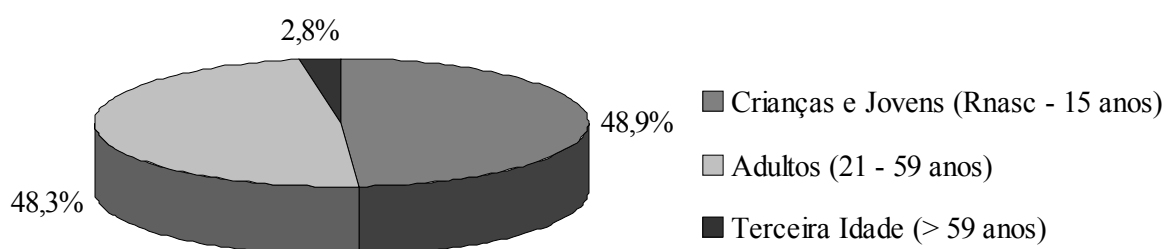


Figura 2. Distribuição percentual por faixa etária da população quilombola de Olho D'água dos Pires, Esperantina Piauí, Brasil.

Fonte: Elaboração própria

Na comunidade há uma escola de ensino fundamental e médio, fazendo com que o nível de evasão escolar seja nulo. Porém observa-se que o grau de escolaridade entre os adultos é baixo, havendo muitos analfabetos neste grupo.

Do total da população, 52% está na faixa economicamente ativa, ou seja, representam a força de trabalho na comunidade. Quanto à distribuição de renda, cerca de 76% das famílias sobrevivem com menos de um salário mínimo, oriundo das atividades agropecuárias e extrativas ou do recebimento do subsídio do Governo Federal (bolsa-escola e bolsa alimentação), como bônus por manter os filhos na escola, apesar de haver 24 famílias com filhos em idade escolar freqüentando regularmente, apenas seis famílias são contempladas e 24% possuem renda variando de um a dois salários mínimos, oriundos de benefícios da aposentadoria rural. Nenhuma família da comunidade ultrapassa este patamar.

A agricultura é explorada em caráter familiar, nas áreas de roça no toco que variam de uma a quatro linhas por família (uma linha de roça corresponde a 0,33ha de área); cultivam arroz, feijão, milho, mandioca e outras culturas. Em função do nível tecnológico adotado, alcançam, mesmo nos anos de “bom inverno”, baixas produtividades que atende apenas ao consumo familiar; a venda de produtos da safra armazenados se dá apenas em caráter emergencial para atender às necessidades da família.

A pecuária ocorre em caráter doméstico com a criação de aves (galinhas e patos) e suínos. Há um plantel inexpressivo de animais de grande porte quando comparado ao total da população (12 bovinos e 15 caprinos), perfazendo uma relação de 0,06 e 0,08 cab/hab, respectivamente.

O extrativismo é praticado por todas as famílias da comunidade através da quebra do coco babaçu para autoconsumo, na forma de azeite e como principal fonte de energia no preparo de alimentos e utilização de talos e palhas para confecção de artefatos e construção de casas. Existem na comunidade 28 quebradeiras de coco que comercializam o excedente da produção no “sistema de cantina”, através do qual repassam o produto para uma das líderes da comunidade que efetua a venda na sede do município de Esperantina ao preço vigente no mercado, convertendo os recursos adquiridos em produtos de primeira necessidade que são distribuídos entre as participantes.

As casas da comunidade são próprias; a maioria com paredes em adobe, cobertura de palha e chão batido, sendo extraído da “mata” todo o material utilizado para sua construção. Os homens do quilombo detêm a arte da construção e utilizam o sistema de “mutirão” – ajuda mútua entre os moradores – desde a coleta do material para fazer construção das residências como também para a troca das coberturas de palha, que ocorre em média a cada três anos. Existem apenas quatro residências em alvenaria de tijolo e cobertura de telha cerâmica. A rede de energia elétrica foi instalada há três anos e não há sistema de esgoto e distribuição de água, sendo necessário que cada família faça seu próprio abastecimento, através do poço tubular comunitário ou poços caçimbões existentes na vila. Nenhuma residência possui instalações hidro-sanitárias, sendo a higienização realizada em banheiros feitos com armações de talo e palha de babaçu, a céu aberto.

Apenas duas residências possuem filtro cerâmico para armazenamento de água para o consumo. O restante utiliza potes de barro, onde a água é coada para que sejam retidos os fragmentos. Utilizam para o tratamento o hipoclorito de sódio, cedido pelos agentes de saúde; algumas famílias têm resistência ao uso do produto e alegam tonturas e vômitos ao ingeri-lo.

O quilombo possui um posto de saúde e está inserido no programa de Agentes de Saúde do Governo Federal. As doenças mais comuns são as gripes e diarreias entre as crianças e entre as mulheres as chamadas “doenças de mulher” - inflamações no aparelho genito-urinário; a comunidade utiliza a fitoterapia como principal arma no combate às doenças.

Possuem uma associação formalizada, sendo verificado que há em cada residência pelo menos um associado, seja como membro ativo ou na diretoria da entidade; são realizadas

reuniões no terceiro domingo de cada mês, onde são discutidos os problemas e são repassadas as informações relativas aos interesses da comunidade.

Costumam ainda realizar outros eventos, como festas, quadrilhas e peças teatrais como forma de maior socialização no grupo. A comunidade quilombola não pratica cultos afros e adotam a religião católica, tendo como padroeiro São Benedito, que é homenageado no mês de maio através de novenas nas residências. Durante a Semana Santa realizam a dramatização da passagem bíblica do “Lava-pé”. Em dezembro realizam novenas, ocasião em que angariam gêneros alimentícios cultivados no quilombo para doação a comunidades mais carentes que a deles.

A comunidade estudada apresenta características socioeconômicas e culturais próprias determinadas por sua origem e atividades realizadas, possuindo perfil rural extrativo, observando-se que os recursos vegetais são utilizados de forma variada e apresentam diferenciada importância dentro da mesma.

4. REFERÊNCIAS

ABREU, J. R. de. **Diversidade de recursos vegetais do cerrado utilizados pelos quilombolas Mimbó (Amarante, Piauí, Brasil)**. 2000. 68 p. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

ALBUQUERQUE, U. P. de. **Introdução a Etnobotânica**. Recife: Bagaço, 2002. 87p.

ALBUQUERQUE, U. P. de.; CHIAPPETA, A. de A. Formas de uso de espécies vegetais utilizadas nos cultos afro-brasileiros. **Biológica Brasileira**, Recife, v. 6, n. 1/2, p. 111-120, 1995.

_____. Contribuição etnobotânica para o universo ritual dos cultos afro-brasileiros. In: LIMA, T. (Org.). **Sincretismo religioso: ritual afro**. Recife: Massangana, 1996. p. 188-197.

_____. Levantamento das espécies empregadas nos cultos afro-brasileiros em Recife-PE. **Biológica Brasileira**, Recife, v. 7, n. esp., p. 23-32, 1997.

_____. Etnobotânica aplicada para a conservação da biodiversidade. In: ALBUQUERQUE, U. P. de; LUCENA, R. F. P. de. (Org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: LivroRápido/NUPEEA, 2004. p. 139-158.

ALBUQUERQUE, U. P. de.; ANDRADE, L. H. C. Etnobotânica de género *Ocimum* L. (Lamiaceae) en las comunidades afrobrasileñas. **Anales Jardín Botánico de Madrid**, Madrid, v. 56, n. 1, p. 107-118, 1998.

_____. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 273-285, 2002.

ALMEIDA, A. W. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO, S. (Org.). **Direitos territoriais nas comunidades negras rurais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999. p. 45-53.

AMOROSO, M. C. de M. Algumas notas adicionais sobre o emprego de plantas e outros produtos com fins terapêuticos pela população cabocla do Município de Barcarena, PA, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 9, n. 2, p. 249-266, 1993.

_____. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L.C. (Org.). **Plantas medicinais: arte e ciência**. São Paulo: UNESP, 1996. p. 47-68.

_____. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 189-203, 2002.

AMOROSO, M. C. de M; GÉLY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas, Barbacena, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 4, n. 1, p. 47-131, 1988.

ANDERSON, A. B. Os nomes e usos de palmeiras entre uma tribo de índios Yanomamy. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 7, n. 1, p. 47-131, 1977.

ANDERSON, A. B.; POSEY, D. A. Manejo do cerrado pelos índios Kayapó. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-98, 1985.

ARRUDA, R. S. V. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 273-290.

BALEÉ, W. Análise preliminar de inventário florestal e a etnobotânica Ka’apor (Maranhão). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 2, n. 2, p. 141-167, 1986.

BEGOSSI, A. et al. Plant uses in a Brazilian coastal fishing community (Búzios Island). **Journal of Ethnobiology**, México, v. 13, n. 2, p. 233-256, 1993.

BERG, M. E. van den. Aspectos botânicos do culto afro-brasileiro da Casa de Minas do Maranhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7, n. 2, p. 485-498, 1991a.

_____. Plantas de origem africana de valor sócio econômico atual na região Amazônica e no Meio-Norte do Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, v. 7, n. 2, p. 499-504, 1991b.

BERG, M. E. van den.; SILVA, M. H. L. Contribuição ao conhecimento da flora medicinal do Piauí. In: ANAIS DA VIII REUNIÃO NORDESTINA DE BOTÂNICA, 1985, Recife. **Anais...** Recife: Sociedade Botânica do Brasil - Seccional Pernambuco, 1985, p. 151-164.

BOAKARI, F. M.; GOMES, A. B. S. **Caracterização sociocultural de algumas comunidades negras rurais do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2000. 56p.

BRANDÃO, T. M. P. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: EDUFPI, 1999. 132p.

CAMARGO, M. T. L. de A. **Contribuciones a los estudios etno-farmacobotánicos de espécies vegetales usadas em los ritos afrobrasileiros**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1988^a. 119p.

_____. **Plantas medicinais e de rituais afro-brasileiros**. São Paulo: Almend, 1988b. 97p.

_____. Mirra, incenso e estoraque nos cultos afro-brasileiros. In: MOURA, C. E. M. (Org.). **Meu sinal está no meu corpo**. São Paulo: Edicon/Edusp, 1989. p. 64-72.

_____. Trayectoria histórica de las plantas rituales em las religiones afrobrasileras: relaciones interculturales. **Montalbán**, México, v. 27, p. 151-183, 1994.

CARDOSO, C. F. **Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

CASTRO, E. Território, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 225-256.

CHAVES, M. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural, 1998.

CMMDA. Comisión Mundial Del Médio Ambiente y el Desarrollo. **Nuestro futuro comum – Relatório Brundtland**. Nova York: Nações Unidas, 1997. p. 57-59.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 225-256.

COTTON, C. M. **Ethonobotany: principles and applications**. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd. 1996. 423 p.

DAVIS, E. W. Ethonobotany: an old practice, a new discipline. In: SCHULTES, R.E. & REIS, S. von (Org.). **Ethonobotany: evolution of a discipline**. London: Chapman & Hall, 1995. p. 40-59

DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n.1-2, jan./jun, p. 45-59, 1992.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169p.

_____. Etnoconservação: enfoques alternativos. In: _____. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 225-256.

_____. **Saberes ambientais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP, 2001. 176p.

EMPERAIRE, L. **La caatinga du sud-est da Piauí (Brésil): étude ethnobotanique**. Paris: Editions Recherche sur les Civilizations, 1983. 56p.

_____. **Vegetation et gestion des ressources naturelles dans la caatinga du sud-est du Piauí (Brésil)**. Paris: Université Pierre et Marie Curie, 1989. 319f. Tese (doutorat d'Etat ès Sciences Naturalles), Université Pierre et Marie Curie, Paris, 1989.

FARIAS, A. A. Etnoconservação como política de meio ambiente no Brasil: desafios políticos de resistência e integração ao mundo globalizado. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, jul/set, p. 18-29, 2002.

FIGUEREDO, G. M. et al. Ethnobotany of Atlantic Forest coastal communities: diversity of plant uses in Gamboa (Itacuruça Island, Brazil). **Human Ecology**, v. 21, n. 4, p. 419-430, 1993.

GUEDES, R. R. et al. Plantas utilizadas em rituais afro-brasileiros no Estado do Rio de Janeiro – um ensaio etnobotânico. **Rodriguesia**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 63, p. 3-9, 1985.

IBAMA. **Caracterização de ecossistemas e biomas**. Disponível em: www.ibama.com.br/ecossistemas/biomas. Acesso em: 08 nov.2002.

ICHI (Independent Commission on International Humanitarian Issues). Indigenous peoples: a global quest for justice. **A report for the Independent Commission on International Humanitarian Issues**. Londres: Zed Books, 1987. p. 85-89.

JACOBY, C. et al. Plantas medicinais utilizadas pela comunidade rural de Guamirim, município de Irati, PR. **Revista Ciências Exatas e Naturais**. Santa Catarina, v. 4, n. 1, jan/jun, p. 79-89, 2002.

KAINER, K. A.; DURYEA, M. L. Tapping women's knowledge: plant resource use in extractive reserves, Acre, Brazil. **Economic Botany**, Bronx, v. 46, n. 4, p. 408-425, 1992.

LIMA, R. X. et al. Etnobiologia de Comunidades Continentais da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba – Paraná – Brasil. **Etnoecologica**, México, v. 4, n. 6, p. 33-54, 2000.

LIMA, M. M. de M. A inserção do povo afro-brasileiro no Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 21, n. 1, p. 31-41, jan/jun 2002.

MARTIN, G. J. **Ethonobotany: a methods manual**. People and Plants Conservation Manuals. London: Chapman & Hall, 1995. 268p.

MOURA, C. A. **Terras de preto no Maranhão**: quebrando o mito do isolamento. Projeto Vida de Negro, São Luís: CCN-MA/SMDH, 2002.

PHILLIPS, O.; GENTRY, A. M. The useful plants of Tambopata, Peru. I. Statistical hypothesis with a new quantitative technique. **Economic Botany**, Texas, v. 47, p. 15-32, 1993.

PHILLIPS, O. et al. Quantitative ethobotany and Amazonian conservation. **Conservation Biology**, Sinauer, v. 8, n. 1, p. 225-248, 1994.

PIRES, M.J.P. Aspectos históricos dos recursos genéticos de plantas medicinais. **Rodriguesia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 59, p. 61-66, 1984.

PIRES, M. G. M.; ANDRADE, L. H. C. Plantas utilizadas nos cultos afro-brasileiros em Recife – Pernambuco. In: ANAIS DO 36º CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 1986, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 1986, p. 477-498.

PRANCE, G. T. An ethnobotanical comparasion of four tribes of Amazonian Indians. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 2, n. 2, p. 7-28, 1972.

_____. The poison and narcotics of the Dení, Paumarí, Jamamadí and Jarawara of the Purus River region. **Revista Brasileira de Botânica**, São Paulo, v. 1, p. 72-82, 1978.

_____. Etnobotânica de algumas tribos amazônicas. In: RIBEIRO, G.B. (Org.). **Suma Etnológica Brasileira**. I Etnobiologia, Petrópolis: Vozes/FINEP, 1987. p. 119-133.

PRANCE, G. T. et al. Quantitative Ethnobotany and the case for conservation in Amazonia **Conservation Biology**, Sinauer, v. 1, n. 4, p. 296-310, 1987.

RIBEIRO, G. B. Etnobiologia. In: _____. (Org.). **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1987. 302p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

ROCHA-SILVA, A. J. da. **Etnobotânica nordestina: a relação entre comunidades e a vegetação da Zona do Litoral-Mata do estado de Pernambuco**. 2000. 111p. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal)—Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

RODRIGUES, V. E. G. & CARVALHO, D. A. de. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais no domínio cerrado na região do Alto Rio Grande – Minas Gerais. **Ciência Agrotécnica**, Lavras, v. 25, n. 1, p.102-123, jan./fev. 2001.

SACHS, I. Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir – o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Editora Brasiliense, v. 10, n. 1, jan./mar. 1990.

SALES, M. F.; LIMA, M. J. A. Formas de uso da flora da Caatinga pelo assentamento da Microrregião de Soledade (PB). In: ANAIS DA VIII REUNIÃO NORDESTINA DE BOTÂNICA, 1985, Recife. **Anais...** Recife: Sociedade de Botânica do Brasil - Seccional de Pernambuco. Recife, 1985, p. 165-184.

SANTOS, M. Ordem universal, ordem local: resumo e conclusão. In: _____ (Org.) **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 266-273.

SAULE JR., N. et al. A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara. O direito a terra e a moradia dos remanescentes de quilombos em Alcântara-MA In: _____ (Org.). **Relatório da Missão de Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana**. São Paulo: Instituto Polis, 2003. 56p.

SCHARDONG, R. M. F. & CERVI, A. C. Estudos etnobotânicos das plantas de uso medicinal e místico na comunidade São Benedito, Bairro São Francisco, Campo Grande, MS, Brasil. **Acta Biologica Paranaense**, Curitiba, v. 29, n. 1, 2, 3, 4, p. 187-217, 2000.

SERRA, O. A Etnobotânica do Candomblé Nagô da Bahia: cosmologia e estrutura básica do arranjo taxonômico. O modelo da liturgia. In: CAROSO, C.; BARCELAR, J. (Org.). **Faces da**

tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. Rio de Janeiro: Pallas, 1999. p. 289-302.

SILVA, C. M. M. da. **Plantas e utilizadas em festas e beberagens nos cultos afro-brasileiros em Recife e Olinda, Pernambuco.** 1989. 68 p. Monografia (Bacharelado em Biologia)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.

SILVA, V. A. da. **Etnobotânica dos índios Xucuru com ênfase as espécies do Brejo da Serra de Ororubá (Pesqueira-PE).** 1997. 75 p. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

STOFFLE, R. W. et al. Calculating the cultural significance of American Indian plants: Paiute and Shoshone Ethnobotany at Yucca Mountain, Nevada. **American Anthropologist**, Nova York, v. 92, p. 416-432, 1990.

TURNER, N. J. “The importance of a rose”: evaluating the cultural significance of plants in Thompson and Lillooet Interior Salish. **American Antropologist**, Nova York, v. 90, p. 272-290, 1988.

WORD BANK. **The relocation component in connection with the sardar sarovar (Normanda) project.** Washington DC: The World Bank, 1990. mimeo.

5. ARTIGOS

5.1. ARTIGO A SER ENVIADO AO PERIÓDICO

REVISTA BRASILEIRA DE BOTÂNICA

ETNOBOTÂNICA DOS QUILOMBOLAS DE OLHO D'ÁGUA DOS PIRES, ESPERANTINA, PIAUÍ

AUTORES

E. A. P. FRANCO

R. F. M. de BARROS

J. L. L. ARAÚJO

ETNOBOTÂNICA DOS QUILOMBOLAS DE OLHO D'ÁGUA DOS PIRES, ESPERANTINA, PIAUÍ¹

Eldelita Águida Porfírio Franco²

Roseli Farias Melo de Barros³

José Luis Lopes Araújo⁴

RESUMO - O Quilombo Olho D'água dos Pires situa-se numa área de vegetação de transição entre Cerrado e Floresta Decidual Mista (mata de babaçu), localizado no município de Esperantina-PI. Com objetivo de inventariar o conhecimento sobre as plantas utilizadas pelos quilombolas, buscando assim preservar e valorizar a cultura local, foram realizadas excursões de campo, no período de abril/2003 a fevereiro/2004, onde se aplicaram questionários com os grupos familiares pertencentes à comunidade, os quais indicaram as pessoas de reconhecido saber, que acompanharam e indicaram as etnoespécies a serem coletadas. Após esta etapa, as espécies foram identificadas em laboratório, sendo calculado também seu valor de uso. O material foi incorporado ao acervo do Herbário Graziela Barroso (TEPB), da Universidade Federal do Piauí. Observou-se que das 33 famílias entrevistadas, possuem apenas nove membros com conhecido saber do uso e propriedade das plantas para diversos fins. Foram identificadas 177 etnoespécies, pertencentes a 58 famílias botânicas, sendo catalogadas em 12 categorias de uso, destacando-se a medicinal (34,7%), alimentar (27,3%), desdobramento em madeira (11,6%), forrageira (10,2%) pelo maior número de espécies citadas, assim demonstrando a importância dos recursos vegetais para sobrevivência biológica dos quilombolas de Olho D'água dos Pires, revelando também o nível de conhecimento que a comunidade detém sobre o ambiente em que vive.

Palavras-chave: categorias de uso, etnoespécies, negros, Piauí, saber tradicional.

¹ Parte da dissertação de Mestrado da primeira autora realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Rua jornalista Dondon, n. 2216, Horto Florestal, Teresina, Piauí, Brasil, CEP. 64.051-280 (eldelita@bol.com.br).

³ Doutora do Departamento de Biologia, Universidade Federal do Piauí.

⁴ Doutor do Departamento de Geografia, Universidade Federal do Piauí.

ABSTRACT - The black people of “Olho D’água dos Pires” is located in area of vegetation transition between the Savanna and the mixed Decidual Forest (Mata de babaçu), located in the town of Esperantina-Pi. With the objective to make an inventory of the knowledge about the plants used by the residents of the “Quilombo”, trying, therefore, to preserve and value local culture, a field excursion was carried out, within the period from April/2003 to February/2004, where questionnaires with the family groups belonging to the community were applied. The questionnaires indicated people with recognizable knowledge, who followed and pointed out the ethnospecies to be collected. After this stage, the species were analyzed in a lab, being its use value also calculated. The material was incorporated to the “Herbário Graziela Barroso (TEGB) at Universidade Federal of Piauí. 33 family groups interviewed were observed but only nine members have thorough knowledge of the use and properties of the plants for diverse purposes. 177 ethnospecies were identified, belonging to 58 botanic families, being catalogued in 12 categories of use, standing out the medicinal (34,7%), food (27,3%), wood (11,6%), cattle food (10,2%) for the biggest number of species mentioned, demonstrating therefore, the importance of the plants resources for the biological survival of the residents of “Olho D’água dos Pires”, also revealing the level of knowledge that the community withhold about the environment in which they live in.

Key words: black people, categories of use, ethnospecies, Piauí, traditional knowledge.

INTRODUÇÃO

Toda sociedade humana acumula um acervo de informações sobre o ambiente que a cerca, que lhe possibilita interagir com o mesmo para prover suas necessidades de sobrevivência. Neste elenco, inscreve-se o conhecimento relativo ao mundo vegetal com o qual estas sociedades estão em contato (Amoroso 1996).

Esta relação entre os seres humanos e as plantas é tão antiga como a própria humanidade, influenciando profundamente a sobrevivência e a cultura dos povos ao longo dos tempos. Muitas vezes, o desaparecimento de determinadas espécies vegetais ou a substituição por outras conduziu a alterações e consequências importantes no desenvolvimento dessas sociedades humanas (Balick & Cox 1996).

A etnobotânica surge como mediadora dos diversos discursos culturais, como uma tentativa de compreensão do outro, do seu modo de vida, códigos e costumes que racionalizam suas relações com a natureza, fazendo a complementaridade entre o “saber tradicional” e o saber acadêmico. Seu verdadeiro objeto de investigação não é, pois, a planta na dualidade estrutura-função ou o ser humano, mas o inter-relacionamento desses dois elementos, que juntos constituem todo um significado e análise em termos históricos, espaciais e temporais, dentro de um contexto que também é cultural (Albuquerque 2000).

Assim, estudos do uso das plantas para vários fins nas comunidades tradicionais vêm sendo desenvolvidos por autores como Anderson & Posey (1985); Baleé (1986); Prance *et al.* (1987); Amoroso & Gély (1988); Turner (1988); Stoffle *et al.* (1990); Begossi *et al.* (1993); Phillips & Gentry (1993a,b, 1994); Phillips *et al.* (1994); Amoroso (1996); Silva (1997); Ming (1997); Begossi (1998, 1999); Lima *et al.* (2000); Rocha-Silva (2000); Rodrigues & Carvalho (2001); Albuquerque & Andrade (2002) e Botrel *et al.* (2003), dentre outros.

No Piauí, mesmo dentro de uma diversidade cultural inegável, há poucos estudos que focalizem as relações etnobotânicas, podendo-se registrar apenas os trabalhos de Berg & Silva (1985), que constituem uma contribuição ao conhecimento da flora medicinal do Estado, e o de Abreu (2000), com o estudo sobre a diversidade dos recursos vegetais do cerrado, utilizados pelos quilombolas Mimbó, no município de Amarante.

Visando resgatar e registrar o conhecimento etnobotânico na comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires, realizou-se este estudo como forma de valorizar e preservar a cultura tradicional, mais especificamente nos diversos usos dados à flora nativa, valorando-os através do uso atribuído pela população local.

MATERIAL E MÉTODOS

A comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires encontra-se inserida numa região de clima tropical sub-úmido quente, que apresenta duas estações bem definidas, uma chuvosa (novembro-março) e outra seca (abril-outubro), com temperaturas variando entre 26°C e 34°C. A formação vegetal predominante é a de transição entre Cerrado, Floresta Decidual Mista e Mata de babaçu (CEPRO 1992).

Possui uma área com 127 ha, onde atualmente residem 33 famílias, com sede localizada a 18 km da sede do município de Esperantina, pertencente à microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, nas coordenadas geográficas 03°51'07"S e 42°22'76"W (Figura 1).

A coleta dos dados ocorreu de abril de 2003 a fevereiro de 2004, com a aplicação de questionário específico nas 33 famílias residentes na comunidade. Seguindo a metodologia proposta por Ribeiro (1987), foram levantadas informações sócio-culturais e etnobotânicas. A comunidade indicou nove informantes que detêm conhecido saber, tendo os mesmos participado diretamente das excursões para coleta de material etnobotânico.

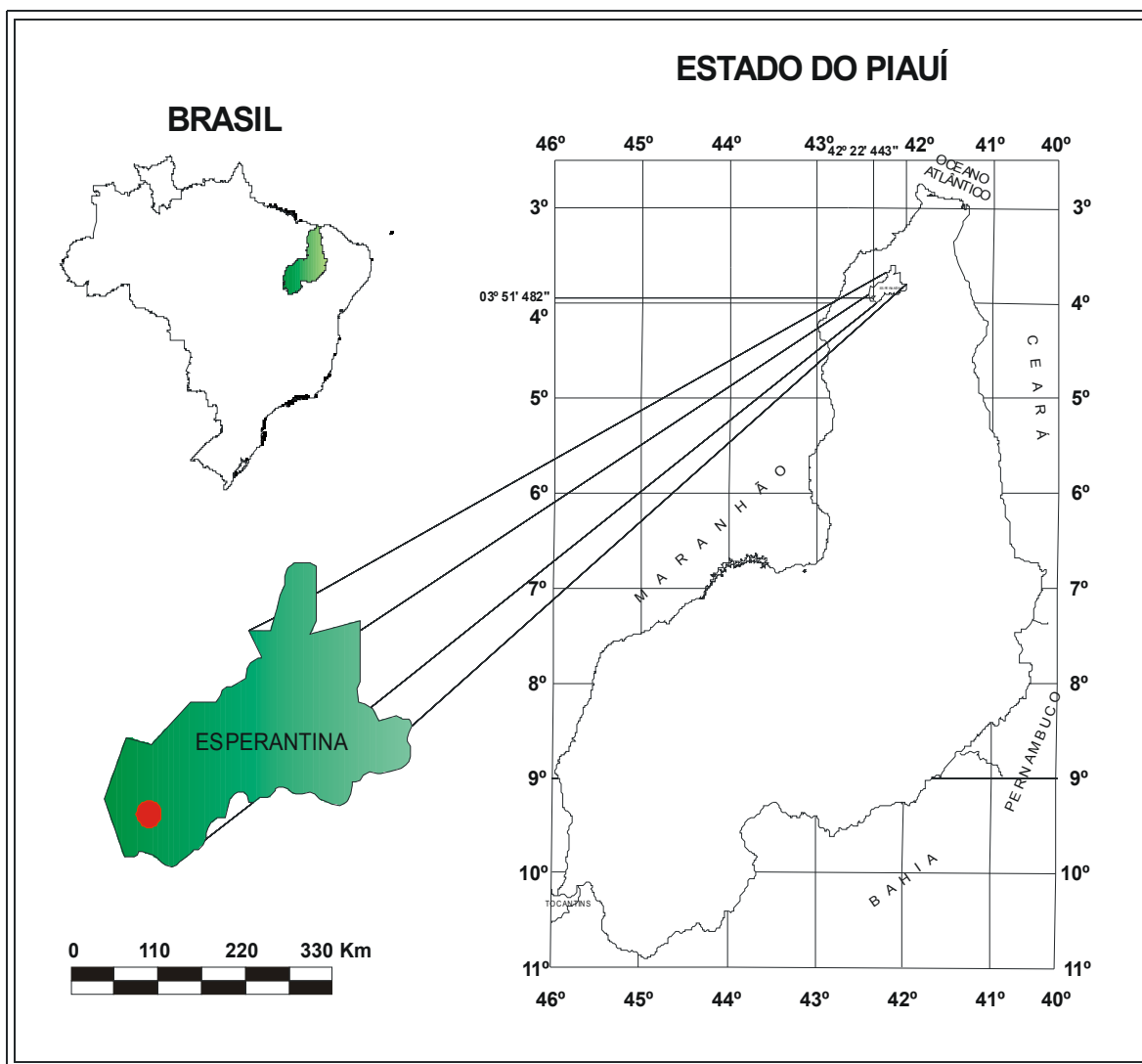


Figura 1. Mapa de localização do município de Esperantina-PI, ressaltando a área do Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil.
Fonte: Elaboração própria.

Na obtenção de amostras do material botânico vivo foi utilizada metodologia usual (Mori *et al.* 1989). A identificação dos espécimes coletados foi realizada com base em bibliografia especializada, revisões e estudos taxonômicos disponíveis, através de chaves de identificação e por descrições genéricas e específicas. A confirmação das identificações foi realizada por comparações morfológicas com exsicatas identificadas, e ainda, por consultas a especialistas. O sistema adotado foi o de Cronquist (1981), com exceção da família Leguminosae. As abreviaturas dos nomes dos autores das espécies estão de acordo com Brummitt & Powell (1992). Todo o material coletado foi incorporado ao acervo do Herbário Graziela Barroso (TEPB), da Universidade Federal do Piauí.

As espécies foram agrupadas com base nas categorias de uso propostas por Lima *et al.* (2000); no caso específico da categoria medicinal, as doenças foram classificadas de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS 2000) e as doenças ou estados que não puderam ser incluídos nesta classificação geral, foram agrupadas na categoria “doenças culturais”.

Na avaliação do valor de uso dado às etnoespécies pela comunidade, utilizou-se a metodologia adotada por Silva (1997), sendo o valor de uso calculado através da fórmula $VU = \Sigma (U/n)$, onde VU = valor de uso; U = número de citações (ou usos) da etnoespécie por informante e n = número de informantes que citaram a etnoespécie.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As 33 famílias que residem na área formam uma população total de 178 pessoas, composta de 79 homens e 99 mulheres, havendo, portanto, um certo equilíbrio de gênero na população local.

A classificação etária foi realizada em cinco faixas, com 66 pessoas na faixa entre recém-nascidos e até 15 anos, 21 pessoas entre 16 e 21 anos, 34 pessoas entre 22 e 30 anos, 29 pessoas entre 31 e 40 anos e 23 pessoas acima de 40 anos, tendo sido encontrado no universo da terceira idade (acima de 60 anos) apenas cinco pessoas. Destes, 52% estão dentro da população economicamente ativa, ou seja, representam força de trabalho na comunidade.

A agricultura familiar, criação de pequenos animais e extrativismo através da quebra do coco babaçu para autoconsumo e comercialização, constituem-se como as principais atividades econômicas. Cerca de 76% das famílias sobrevive com menos de um salário mínimo, 24% são aposentados e 18% das mesmas recebem subsídio do Governo Federal (bolsa-escola e bolsa alimentação).

Nos anos recentes, a comunidade vem sofrendo influências externas marcantes, aprofundadas pela implementação de infra-estruturas como escola de nível fundamental, posto de saúde, energia elétrica e água de poço tubular, que permite a rápida inserção na área da ideologia urbano-industrial.

Observou-se que o saber etnobotânico entre a população mais jovem está se perdendo, desde que, dentre as 178 pessoas que formam as 33 famílias entrevistadas, apenas cinco pessoas com faixa etária acima de 60 anos, uma com 55 anos e três pessoas entre 21-30 anos possuem pleno conhecimento do uso e propriedade das plantas, o restante possui conhecimento esporádico ou apela para as de conhecido saber. Estes resultados são freqüentemente observados, como exemplo o encontrado por Lima *et al.* (2000), onde as informações etnobotânicas concentraram-se nas classes de entrevistados entre 51 e 80 anos e por Schardong & Cervi (2000), onde 78% do conhecimento etnobotânico da comunidade São Benedito, em Campo Grande (MS), concentrava-se nas pessoas com mais de 57 anos, comprovando-se que há necessidade de um urgente trabalho de resgate da cultura e repasse às novas gerações.

Foram reunidas informações de 177 etnoespécies, pertencentes a 131 gêneros e 57 famílias, sendo mais representativas as Leguminosae (27 espécies); Euphorbiaceae (10); Myrtaceae (8); Anacardiaceae, Cucurbitaceae e Rutaceae (7); Arecaceae, Rubiaceae e Solanaceae (6); Alliaceae, Apocynaceae e Poaceae (5) (Figura 2).

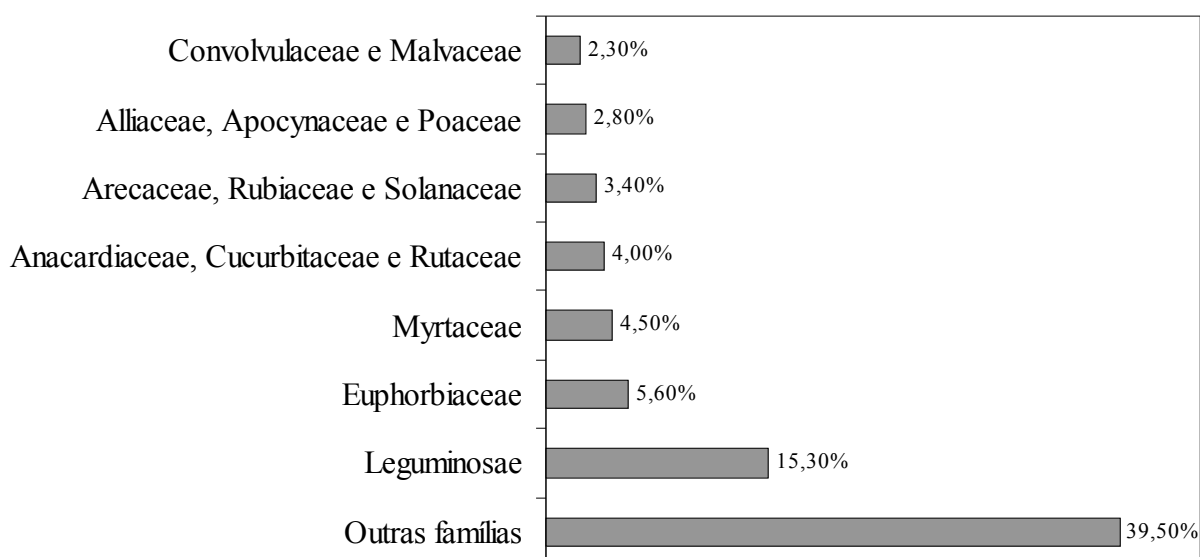


Figura 2. Famílias mais representativas no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil.

Fonte: Elaboração própria.

Abreu (2000), estudando a comunidade quilombola Mimbó, Amarante-PI, descreveu 57 etnoespécies, podendo-se destacar também família Leguminosae com 17 espécies úteis citadas; Combretaceae (5); Anacardiaceae e Apocynaceae (4).

As etnoespécies do quilombo Olho D'água dos Pires foram catalogadas em 12 categorias de uso, destacando-se a medicinal, alimentação, desdobramento em madeira, forrageiro e ornamental, pelo número de espécies citadas (Figura 3).

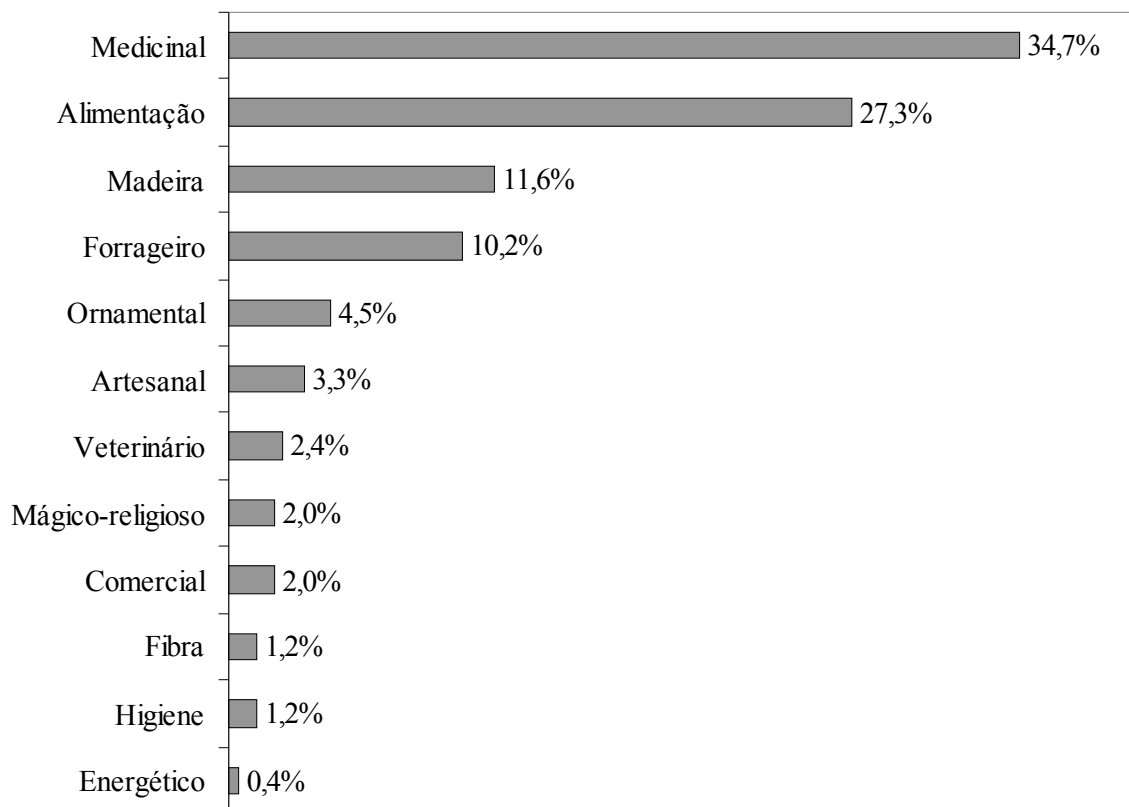


Figura 3. Percentual de distribuição das etnoespécies levantadas conforme a categoria de uso, na comunidade quilombola Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil.

Fonte: Elaboração própria.

Resultados semelhantes foram encontrados nas comunidades da APA de Guaraqueçaba, Paraná, por Lima *et al.* (2000), onde se destacou também entre as categorias mais citadas a medicinal (72,6%), alimentar (28,8%) e desdobramento em madeira (26,7%). Entre os Mimbó, estudados por Abreu (2000), as categorias que mais se destacaram foram construção e medicinal com 47,95% cada; seguida da tecnologia (27,4%) e alimento humano e animal com 13,7%, cada.

As espécies indicadas pelos quilombolas de Olho D'água dos Pires foram coletadas numa área de vegetação nativa de transição entre cerrado/floresta decidual mista (mata de babaçu) e em ambientes diversos, como quintais, roças, capoeiras (áreas de vegetação

secundária). Das espécies coletadas, 66% crescem espontaneamente em ambientes naturais ou antropicamente modificados, enquanto 31% são cultivadas e apenas 3% são adquiridas fora da comunidade, através de compras; a grande diversidade de espécies espontâneas utilizadas entre os quilombolas reflete até certo ponto a riqueza florística local e seu maior uso em relação às cultivadas está diretamente ligado à disponibilidade de habitat e ao fato de a comunidade explorar efetivamente este ambiente. Amoroso e Gély (1998), ao estudarem os caboclos do Baixo Amazonas, em Barcarena (PA), encontraram que 50% das plantas utilizadas para fins medicinais eram espontâneas e que 50% destas passaram a ser cultivadas em quintais, facilitando assim sua obtenção junto à comunidade; em Olho D'água dos Pires esta prática não foi observada, pois as espécies utilizadas para diversos fins continuam sendo coletadas sem que se promova seu cultivo.

Em relação às citações nas categorias pode-se observar que 67,6% se encontram apenas numa categoria específica de uso na comunidade; 29,0% enquadram-se em duas categorias distintas; 2,8% em três e apenas 0,6% atende a mais de três categorias, demonstrando assim que há um uso mais diversificado de espécies e não de uma dada espécie coletada. Já entre os Mimbó, comunidade quilombola estudada por Abreu (2000), 56% das espécies apresentaram mais de uma categoria de uso, legitimando que as espécies coletada são utilizadas de maneira mais versátil.

A Tabela 1 traz a listagem das espécies, seus nomes vulgares e uso etnobotânico na comunidade do Quilombo de Olho D'água dos Pires, catalogados por categoria e seus respectivos valores de uso.

Tabela 1. Lista das espécies úteis na comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, com seus respectivos valores de uso.

Família/Espécie	Nome vulgar	NC	FA	NI	VU	Categorias de Uso
Acanthaceae						
<i>Justicia pectoralis</i> Jacq.	anador	il	p	1	1,00	med
Alliaceae						
<i>Allium ascalonicum</i> L.	cebola-branca	il	c	1	1,00	med
<i>A. cepa</i> L.	cebola	il	c	1	1,00	alm
<i>A. sativum</i> L.	alho	il	c	2	1,00	med
<i>A. schoenoprasum</i> L.	cebolinha	il	p	11	1,00	alm
<i>Coriandrum sativum</i> L.	coentro	il	p	11	1,00	alm

(cont.)

Família/Espécie	Nome vulgar	NC	FA	NI	VU	Categorias de Uso
Amaranthaceae						
<i>Alternanthera brasiliana</i> L.	-	EF22	e	1	1,00	for
<i>Amaranthus hybridus</i> (L.) Thell.	crista-de-galo-roxo	EF195	e	1	1,00	orn
<i>A. spinosus</i> L.	brede	EF31	e	1	1,00	for
Anacardiaceae						
<i>Anacardium occidentale</i> L.	cajuá	EF127	e	1	1,00	alm
<i>A. occidentale</i> L.	caju	EF133	e/p	25	1,32	alm, com
<i>A. occidentale</i> L.	cajuí	EF95	e	3	2,00	med, alm
<i>Mangifera indica</i> L.	manga	il	p	21	1,05	alm
<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão	aroeira	il	e*	7	1,14	med, mad, vet
<i>Spondias mombin</i> L.	cajá	il	p	2	1,00	alm
<i>S. purpurea</i> L.	ciriguela	il	p	11	1,09	med, alm,
Annonaceae						
<i>Annona</i> sp	canduru	EF226	e	1	1,00	mad
<i>A. coriacea</i> Mart.	araticum	EF18	e	3	1,00	alm
<i>A. squamosa</i> L.	ata	EF112	e	13	1,00	alm, mad
Apiaceae						
<i>Pimpinella anisum</i> L.	erva-doce	il	c	1	1,00	med
Apocynaceae						
<i>Allamanda polyantha</i> Müll. Arg.	alamanda	EF193	p	1	1,00	orn
<i>Aspidosperma pyrifolium</i> Mart.	pau-pereiro	il	e*	2	1,00	med, mad
<i>Catharanthus roseus</i> (L.) G. Don	boa-noite	EF183	p	1	1,00	orn
<i>Himatantus sucuuba</i> (Spruce ex Müll. Arg.) Woodson	janaguba	EF160	e	33	1,15	med
<i>Nerium oleander</i> L.	espirradeira	EF187	p	1	1,00	orn
Araceae						
<i>Tacarum peregrinum</i> L.	milho-de-cobra	EF43	e	1	1,00	mag
Arecaceae						
<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.	tucum	il	e*	2	1,00	art
<i>Attalea speciosa</i> Mart. ex Spreng.	babaçu	EF131	e	33	5,09	med, alm, mad, art, com, eng, hig

(cont.)

Família/Espécie	Nome vulgar	NC	FA	NI	VU	Categorias de Uso
<i>Cocos nucifera</i> L.	coco-da-praia	il	p	1	2,00	med, alm
<i>Elaeis guineensis</i> W. J. Jacq.	dendê	EF130	p	1	1,00	alm
<i>Mauritia flexuosa</i> L.	buriti	EF129	e	18	1,39	alm, com, art
<i>Syagrus botryophora</i> (Mart.) Becc.	pati	EF120	e	1	1,00	orn
Asteraceae						
<i>Centratherum punctatum</i> Cass.	-	EF18	e	1	1,00	for
<i>Elephantopus mollis</i> Humb, Bonpl. & Kunth.	-	EF010	e	1	1,00	for
<i>Melanopodium divaricatum</i> DC.	pingo-de-ouro	EF016	e	2	1,00	for, orn
Bignoniaceae						
<i>Tabebuia impetiginosa</i> (Mart. ex DC.) Standl	pau-d'arco-roxo	EF065	e	4	1,00	med, mad
<i>T. serratifolia</i> (Vahl.) Nich.	pau-d'arco-amarelo	EF152	e	4	1,25	mad
Bixaceae						
<i>Bixa orellana</i> L.	urucum, urucum-brabo	EF004	e	25	1,00	alm
<i>Cochlospermum regium</i> Pilg.	algodão-bravo	EF149	e	1	1,00	for
Boraginaceae						
<i>Cordia rufescens</i> A. DC.	grão-de-galo	EF205	e	1	1,00	alm
<i>Heliotropium elongatum</i> (Sehm.) I. M. Johnst.	crista-de-galo	EF007	e	2	1,50	med, for
<i>H. lanceolatum</i> Ruiz & Pav.	sete-sangrias	EF142	e	1	1,00	med
Bromeliaceae						
<i>Bromelia karatas</i> L.	croatá ou corotá	EF79	e	2	1,00	med, alm
<i>B. plumieri</i> (E. Morren) L. B. Sm.	macambira	EF212	e	1	1,00	for
Cactaceae						
<i>Nopalea cochenillifera</i> (L.) Lyons	palma	EF199	p	1	1,00	orn
Capparaceae						
<i>Cleome spinosa</i> L.	mussambê	EF140	e	2	2,00	med
Caricaceae						
<i>Carica papaya</i> L.	mamão	il	p	7	1,00	med, alm
Caryocaraceae						
<i>Caryocar coriaceum</i> Wittm.	pequi	EF96	e	17	1,06	med, alm
Cecropiaceae						
<i>Cecropia glaziovii</i> Snethlage	imbaúba ou torém	EF74	e*	2	1,50	med, mag

(cont.)	Família/Espécie	Nome vulgar	NC	FA	NI	VU	Categorias de Uso
	Chenopodiaceae						
	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	mastruz	il	p	2	1,00	med
	Clusiaceae						
	<i>Platonia insignis</i> Mart.	bacuri	EF111	e	16	1,00	med, alm
	Combretaceae						
	<i>Combretum leprosum</i> Mart.	mufumbo	EF69	e	3	1,00	med
	<i>C. mellifluum</i> Eichler	vaqueta	EF219	e	1	1,00	mad
	Convolvulaceae						
	<i>Ipomoea asarifolia</i> (Desr.) Roem & Schult	salsa	EF56	e	1	1,00	med
	<i>I. batatas</i> (L.) Lam.	batata-doce	il	p	2	1,50	alm, com
	<i>I. carnea</i> Jacq.	salsa-branca	EF186	e	1	3,00	orn, mag, vet
	<i>Operculina macrocarpa</i> (L.) Farw.	batata-de-purga	EF67	e	1	3,00	med
	Cucurbitaceae						
	<i>Citrullus vulgaris</i> Schrad	melancia	il	p	15	1,07	alm
	<i>Cucumis anguria</i> L.	maxixe	il	p	13	1,00	alm
	<i>C. melo</i> L.	melão	il	p	4	1,00	alm
	<i>Cucurbita pepo</i> L.	abóbora	EF104	p	13	1,08	med, alm
	<i>Luffa operculata</i> L.	paulista	EF32	e*	1	1,00	vet
	<i>Momordica charantia</i> L.	melão-de-são-caetano	EF19	e	2	1,00	med
	<i>Wilbrandia verticillata</i> Cong.	batata-de-teju	EF109	e	1	1,00	med
	Dilleniaceae						
	<i>Curatella americana</i> L.	sambaiba	EF76	e	1	1,00	med
	Euphorbiaceae						
	<i>Chamesyce prostrata</i> (Aiton) Small	bacural	EF5	e	2	1,00	med
	<i>Croton betaceus</i> Baill.	vassoura-de-urubu	EF202	e	1	1,00	art
	<i>C. campestris</i> A. St. Hil.	velame	EF153	e	5	1,00	med
	<i>C. sonderianus</i> Müll. Arg.	marmeleiro	EF154	e	3	1,00	med
	<i>Jatropha curcas</i> L.	pião-branco	EF106	e	1	1,00	med
	<i>J. gossypiiifolia</i> L.	pião-roxo	EF3	e	1	2,00	mag, vet
	<i>Manihot caerulescens</i> Pohl.	mandioca-de-viado	EF58	e	1	1,00	for

(cont.)							
	Família/Espécie	Nome vulgar	NC	FA	NI	VU	Categorias de Uso
	<i>M. esculenta</i> Crantz.	mandioca	il	p	22	1,23	alm, com
	<i>Phyllanthus niruri</i> Müll. Arg.	quebra-pedra	EF1	e	2	1,00	med
	<i>Ricinus communis</i> L.	mamona	EF102	e	3	1,00	med, vet
	Flacourtiaceae						
	<i>Casearia arborea</i> (Rich.) Urban.	vara-branca	EF209	e	1	1,00	mad
	Iridaceae						
	<i>Cipura paludosa</i> Aubl.	-	EF12	e	1	1,00	for
	Lamiaceae						
	<i>Coleus barbatus</i> Benth.	boldo	il	p	5	1,60	med
	<i>Ocimum americanum</i> L.	manjeriço	il	p	2	1,00	med
	<i>O. gratissimum</i> L.	favaca	il	e*	1	1,00	med
	Lauraceae						
	<i>Persea americana</i> Mill.	abacate	il	p	1	2,00	med, alm
	Lecythidaceae						
	<i>Lecythis lurida</i> (Miers.) Mori.	sapucarana	EF157	e	1	2,00	mad, for
	<i>L. pisonis</i> Cambess.	sapucaia	EF162	e	14	1,07	med, fib
	Leguminosae						
	Caesalpinoideae						
	<i>Bauhinia flexuosa</i> Moric.	cipó-de-escada-cerrado	EF159	e	29	1,10	med, fib
	<i>B. forficata</i> Link	mororó	EF135	e	4	1,00	med, mad
	<i>B. trichosepala</i> Wanderlin	cipó-de-escada-brejo	EF188	e	29	1,00	fib
	<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart ex Tul.	jucá	EF066	e	2	1,50	med
	<i>C. pulcherrima</i> (L.) Sw.	falso-flamboyan	EF197	P	1	1,00	orn
	<i>Chamaecrista eitenorum</i> H.S.Irwin & Barneby	bombará ou besouro	EF115	e	4	1,00	mad
	<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.	podoi	EF060	e	1	1,00	mad
	<i>Dimorphandra gardneriana</i> Tul.	favela	EF171	e	1	1,00	for
	<i>Hymenaeae stigonocarpa</i> Mart. ex Hayne	jatobá	EF167	e	3	1,33	med, alm, mad
	<i>Sclerolobium paniculatum</i> Vog.	pau-pombo	EF088	e	14	1,07	med, mad
	<i>Senna alata</i> (L.) Roxb.	mata-pasto-do-pará	EF064	e	1	1,00	med
	<i>S. obtusifolia</i> (L.) H.S.Irwin & Barneby	mata-pasto ou pastão	EF002	e	4	1,00	med, for

(cont.)

Família/Espécie	Nome vulgar	NC	FA	NI	VU	Categorias de Uso
<i>S. occidentalis</i> (L.) Link	fedegoso	EF025	e	1	2,00	med, for
<i>S. siamea</i> (L.) H.S.Irwin & Barneby	acácia	EF185	e	2	1,00	orn, for
<i>Tamarindus indica</i> L.	tamarindo	EF168	e	3	1,67	med, alm
Faboideae						
<i>Arachis sylvestris</i> (A.Chev.) A.Chev.	amendoim	EF213	e	1	1,00	for
<i>Bowdichia virgilioides</i> Kunth	sucupira	EF86	e	3	1,00	med
<i>Dioclea violacea</i> Mart. ex Benth.	mucunã-peluda	EF228	e	1	1,00	med
<i>Dipteryx lacunifera</i> (Ducke) Ducke	carraspanha	EF34	e	1	2,00	mad, for
<i>Phaseolus lunatus</i> L.	fava	il	p	9	1,00	alm
<i>Swartzia flaemingii</i> var. <i>psilomena</i> (Harms) Cowan	jacarandá	EF035	e	1	1,00	mad
<i>Vigna unguiculata</i> L. Walp.	feijão	il	p	31	1,00	alm
Mimosoideae						
<i>Acacia farnesiana</i> (L.) Willd.	folha-santa ou coronha	il	e*	7	1,43	med
<i>A. langsdorfii</i> Benth.	unha-de-gato	EF230	e	14	1,07	med, mad
<i>Parkia platycephala</i> Benth.	faveira-de-bolota	EF71	e	1	2,00	vet, for
<i>Piptadenia macrocarpa</i> Benth.	angico-preto	il	e*	5	1,40	med
Liliaceae						
<i>Aloe vera</i> L.	babosa	il	p	1	1,00	hig
Malpighiaceae						
<i>Byrsonima coriacea</i> (Sw.) Kunth	murici	EF114	e	2	1,00	alm
<i>Malpighia glabra</i> L.	acerola	EF196	p	3	1,33	med, alm
Malvaceae						
<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench	quiabo	il	p	9	1,00	alm
<i>Gossypium herbaceum</i> L.	algodão	EF85	p	9	1,00	med
<i>Malva sylvestris</i> L.	malva-do-reino	il	p	13	1,08	med
<i>Sida glomerata</i> Cav.	relógio	EF9	e	1	1,00	for
Musaceae						
<i>Musa paradisiaca</i> L.	banana	il	p	18	1,11	alm, for
Myrtaceae						
<i>Campomanesia aromatica</i> (Aubl.) Gris	guabiraba-amarela	EF216	e	9	1,11	med, alm

(cont.)

Família/Espécie	Nome vulgar	NC	FA	NI	VU	Categorias de Uso
<i>Eucalyptus globulus</i> Labill.	eucalipto	il	p	1	1,00	med
<i>Eugenia uniflora</i> L.	guabiraba-preta	EF158	e	8	1,13	med, alm
<i>Myrcia fallax</i> (Rich.) DC.	maria-preta	EF113	e	2	1,50	alm, mad
<i>M. selloi</i> (Spreng.) N. Silveira	murta	EF175	e	1	1,00	alm
<i>Psidium gineense</i> Sw.	araçá ou araçá-de-boi	EF117	e	6	1,00	alm
<i>P. guajava</i> L.	goiaba	EF180	p	12	1,25	med, alm
<i>Syzygium jambolanum</i> DC.	azeitona-preta	EF128	e	8	1,00	alm
Nyctaginaceae						
<i>Bougainvillea glabra</i> Choisy	buganville	EF194	p	1	1,00	orn
Olacaceae						
<i>Ximenia americana</i> L.	ameixa	EF73	e*	14	1,21	med, alm
Onagraceae						
<i>Ludwigia octavalis</i> (Jacq.) Raven	canela-de-velho	EF21	e	1	1,00	for
Opiliaceae						
<i>Agonandra brasiliensis</i> Benth.	marfim	EF150	e	2	1,00	mad, hig
Orchidaceae						
<i>Cathasetum</i> sp	banana-brava	EF121	e	1	1,00	med
Passifloraceae						
<i>Passiflora cincinnata</i> Mart.	maracujá-de-boi	EF24	e	2	1,00	alm, for
<i>P. edulis</i> Sims	maracujá	il	p	3	1,00	alm
<i>P. foetida</i> L.	maracujá-de-papoco	EF198	e	2	1,00	alm, for
Pedaliaceae						
<i>Sesamum indicum</i> L.	gergelim	il	p	3	1,00	alm
Plumbaginaceae						
<i>Plumbago scandens</i> L.	louco	EF144	e	1	1,00	med
Poaceae						
<i>Cymbopogon citrates</i> (DC.) Stapf.	capim-de-cheiro ou santo	il	p	5	1,00	med
<i>Guadua</i> sp	taboca	EF218	e	1	1,00	art
<i>Oryza sativa</i> L.	arroz	il	p	33	1,00	alm
<i>Saccharum officinarum</i> Roxb.	cana-de-açúcar	il	p	3	1,00	alm
<i>Zea mays</i> L.	milho	il	p	31	1,26	alm, for

(cont.)

Família/Espécie	Nome vulgar	NC	FA	NI	VU	Categorias de Uso
Polygalaceae						
<i>Coccoloba</i> sp	cansu	EF123	e	1	2,00	alm, art
Punicaceae						
<i>Punica granatum</i> L.	romã	il	c	1	1,00	med
Rubiaceae						
<i>Coffea arabica</i> L.	café	il	c	1	1,00	alm
<i>China</i> sp.	quina	il	e*	2	1,50	med
<i>Genipa americana</i> L.	jenipapo	il	e*	4	1,00	alm
<i>Guettarda viburnoides</i> Cham. & Schltdl.	angelica	EF222	e	1	1,00	mad
<i>Randia armata</i> (Sw.) DC.	juá	EF63	e	1	1,00	alm
<i>Spermacoce verticillata</i> L.	vassoura-de-bolota	EF138	e	1	1,00	art
Rutaceae						
<i>Citrus aurantium</i> L.	laranja	il	p	8	1,13	med, alm
<i>C. aurantium</i> L.	laranja-da-terra	il	p	3	1,67	med, alm
<i>C. limonum</i> Risso	limão	il	p	8	1,25	med, alm
<i>C. medica</i> L.	limão-doce	il	p	2	1,00	med, alm
<i>C. reticulata</i> L.	tangerina	il	p	2	1,00	alm
<i>C. sinensis</i> Osbeck	laranja-da-china	il	p	1	2,00	med
<i>Ruta graveolens</i> L.	arruda	EF92	e	1	2,00	med
Sapindaceae						
<i>Magonia pubescens</i> A.St. Hil.	tingui	il	e*	1	1,00	mad
<i>Matayba guianensis</i> Aubl.	folha-dura	EF116	e	1	1,00	mad
<i>Talisia esculenta</i> Radlk.	pitomba	EF137	e	2	1,00	alm
Scrophulariaceae						
<i>Scoparia dulcis</i> L.	vassourinha	EF14	e	13	1,15	med, art
Simaroubaceae						
<i>Simaba maiana</i> Casar.	pratudo	EF81	e	1	2,00	med
Solanaceae						
<i>Capsicum</i> sp	pimenta-de-cheiro	il	p	1	1,00	alm
<i>C. annuum</i> L.	pimentão	il	p	2	1,00	alm
<i>C. frutescens</i> Willd.	pimenta-malagueta	EF181	p	2	1,00	alm
(cont.)						

Família/Espécie	Nome vulgar	NC	FA	NI	VU	Categorias de Uso
<i>Lycopersicon esculentum</i> Mill.	tomate	il	p	2	1,00	alm
<i>Solanum paniculatum</i> L.	jurubeba	EF136	e	2	1,00	med, alm
<i>S. stramonifolium</i> var. <i>stramonifolium</i> Jacq.	jurubeba pequena	EF223	e	1	1,00	alm
Tiliaceae						
<i>Luehea divaricata</i> Mart.	açoita-cavalo	EF77	e	7	1,43	med, mad
Turneraceae						
<i>Turnera ulmifolia</i> L.	xanana	EF134	e	1	1,00	med
Verbenaceae						
<i>Holocalyx balansae</i> Micheli	alecrim	il	p	1	3,00	med
<i>Lippia alba</i> (Mill.) N. E. Br.	erva-cidreira	il	p	3	1,33	med
<i>Vitex triflora</i> Vahl	mama-cahorra	EF126	e	1	1,00	med
Vochysiaceae						
<i>Qualea grandiflora</i> Mart.	cravoeiro	EF208	e	1	1,00	mad
<i>Q. parviflora</i> Mart.	pau-terra	EF173	e	3	1,00	mad
Não identificadas						
-	crioli	EF143	e	6	1,00	med
-	dipirona	-	p	3	1,33	med
-	quebra- mandinga	EF177	p	1	2,00	med, mag
-	imburana	EF59	e	8	1,25	med, mad

Legenda: NC = número de coletor (il - identificada no local); FA = forma de aquisição (c - comprada, e - espontânea, e* - espontânea sem material florido durante a coleta e p - plantada); NI = número de informantes; VU = valor de uso; Categorias de Uso: med = medicinal; alm = alimentar; com = comercial; orn = ornamental; art = artesanato; mag = mágico-religioso; for = forrageiro; eng = energético; mad = madeireiro; hig = higiene; vet = veterinário; fib = desdobramento em fibra.

Fonte: Elaboração própria.

O babaçu é a espécie mais difundida e utilizada na comunidade, merecendo destaque em relação à sua frequência e coerência de citações em 100% dos questionários aplicados; presente em sete categorias diferentes, é utilizada como medicinal na cura de diarreia e como cicatrizante em ferimentos; em alimentação, pela ampla utilização do azeite e da amêndoa moída no preparo dos alimentos; em artesanato, utilizando a palha para confecção de abanos, cofos, paneiros, dentre outros artefatos; madeira, utilizada como ripas de sustentação ao barro no feito das paredes das residências, bem como a palha para cobertura das mesmas, utilizada

também como parede na construção de banheiros, paióis e canteiros; comercial, através da venda do azeite, amêndoa e carvão; higiene, pela utilização do azeite na confecção de sabão e energético, sendo a principal matéria-prima utilizada como carvão no preparo de alimentos. Lima *et al.* (2000) encontraram dados semelhantes para a palmeira-içara (*Euterpe edulis* Mart.) que apresentou o mesmo número de categorias de uso (7), sendo a espécie mais citada, incluindo além do uso alimentar, o comercial, confecção de artesanato, madeira (vigamento), silvícola, ornamental e medicinal.

A janaguba também é destaque quanto à frequência e coerência de citações (100% dos questionários), porém enquadra-se apenas na categoria de uso medicinal, sendo a espécie mais difundida de uso terapêutico na comunidade, utilizada para cura de enfermidades como gripe, tosse, inflamações de garganta e como depurativo de sangue. Outras etnoespécies são bastante utilizadas como os cipós-de-escada do cerrado e do brejo, citados em 87% dos questionários, o urucum (75%), o buriti e a ameixa (54%).

Entre as etnoespécies cultivadas se encontram o arroz, com 100% de citações, o feijão e o milho (93%), seguidos do caju (75%), mandioca (67%), manga (63%) e banana (54%).

Considerando-se o valor de uso (VU) atribuído a cada espécie, 67% das etnoespécies possuem valor igual a 1,00, demonstrando que há uma elevada igualdade entre o número de citações de uso e o número de informantes e 33% possuem valores variando entre 1,05 e 5,07. A batata-de-purga apresentou um valor de uso elevado (3,00), pois apresentou três usos medicinais distintos informados por um único membro da comunidade, corroborando com a afirmativa de Phillips & Gentry (1993 a, b), que uma determinada espécie citada por apenas um informante e que apresente uma variedade de usos, apresentará um VU maior que a destacará em relação às outras.

Wong (2000) comenta que em casos de espécie pouco difundida na comunidade, mas com usos diversos, quando passa a ser utilizada em algum momento da vida de um determinado indivíduo da comunidade será mais importante ou terá um valor de uso maior, que uma espécie utilizada diariamente com apenas um único uso. Segundo o mesmo autor, o valor de uso revela mais sobre a distribuição e variabilidade de conhecimento entre as pessoas do que sobre a utilidade da espécie em si; esta afirmativa se confirma na pesquisa utilizando-se como exemplo a janaguba, espécie citada por toda a comunidade (ampla distribuição) para a cura da gripe (baixa variabilidade de conhecimento), fazendo com que fosse atribuída à mesma valor de uso baixo (1,15).

O babaçu é a espécie de maior valor de uso (5,07), uma vez que foram feitas 168 citações de diferentes usos entre o grupo de entrevistados, chegando a ser indicado por um

mesmo entrevistado nove usos diferentes, demonstrando ser a espécie com maior diversidade de usos, seguido do alecrim, batata-de-purga e salsa-branca, com valor de uso igual a 3,00. Phillips & Gentry (1994) relatam que pesquisas com resultados como os encontrados nessa pesquisa são indicadores da intensidade e diversidade de usos, ratificando que apesar das influências externas há um grau alto de dependência no uso da flora local.

Begossi *et al.* (1999), estudando os povos Caiçaras, na Floresta Atlântica (Brasil), encontram maiores valores de uso e representatividade de espécies na família Myrtaceae, principalmente entre as frutíferas. No caso do quilombo Olho D'água dos Pires, elevada dependência local foi observada em relação ao babaçu.

Entre as categorias de uso, a de maior destaque foi a medicinal, com 34,7% de citações, sendo o maior número de espécies indicadas para afecções relativas ao sistema respiratório; estes resultados foram semelhantes aos encontrados por Amoroso & Gély (1988), Hanazaki *et al.* (1996), Silva-Almeida & Amoroso (1998) e Silva (2003). Em seguida, vêm as doenças infecciosas intestinais, hepáticas e helmintíases, dentre outras.

As espécies espontâneas que mereceram destaque em relação ao uso medicinal foram a janaguba, a mais difundida na comunidade, abundante em seu habitat natural, seguida da ameixa, citada por 39% dos entrevistados, a imburana (24%) e a coronha (21%). Entre as cultivadas, encontram-se a malva-do-reino (45%) e o algodão (30%). Abreu (2000) destaca em seus resultados que a flora nativa tem grande importância no tratamento das enfermidades junto à comunidade Mimbó, uma vez que grande parte dos medicamentos utilizados são preparados a partir de espécies nativas, principalmente árvores, com 59,26% das espécies úteis, indicadas especialmente para tratamentos de problemas do aparelho reprodutor feminino, distúrbios intestinais e inflamações de modo geral.

Observa-se que na composição da farmacopéia quilombola houve muitas aquisições através do contato com a sociedade urbana; como exemplo de entrada de novas espécies pode ser citada a acerola, popularmente usada no combate à gripe entre a comunidade, além do anador para dores na cabeça e a goiaba para problemas intestinais, fato este também observado por Saddi (1993) em outras comunidades estudadas.

São citadas para preparo de remédios todas as partes vegetais, sendo mais utilizadas as folhas (43,5%); em menor proporção, são utilizadas as cascas do caule (19,5%), sementes (8%), raízes (7%), frutos (6%), flores (5%), são menos usados látex e entre-casca (3%), sumo e bulbo (2%) e azeites (1%). Resultados semelhantes são relatados pela maioria dos autores, como por exemplo Costa-Neto & Oliveira (2000), nos estudos realizados na comunidade de Tanquinho (BA), onde, dentre as 97 espécies citadas, cerca de 41 têm a folha como parte

utilizada, seguida dos grãos e sementes, com 12 citações. Amoroso (2002), estudando o uso e diversidade de plantas medicinais em comunidades do município de Santo Antônio do Leverger (MT), também demonstra que a folha é a parte mais utilizada no preparo de remédios.

O modo de administrar mais comum é por via oral, em forma de chás (50%), seguido das garrafadas (14%) e lambedores (7%); outra forma muito utilizada são os banhos, como maneira de retirar do corpo o mal-estar provocado pela doença. Rodrigues & Carvalho (2001) também encontraram que a principal forma de utilização das plantas na região do Alto Rio Grande (MG), são os chás, em decocto ou infusos.

Na categoria de uso alimentar, constata-se que 57% são cultivadas, na maioria grãos como arroz, milho, feijão, fava e tubérculos, como batata-doce e mandioca; esta última é utilizada principalmente na fabricação de farinha, nas “casas de farinha”, utilizando a mão-de-obra da unidade familiar. A mandioca é uma espécie economicamente promissora na localidade.

Tradicionalmente os cultivos são realizados em regime de “roça no toco” (nome tradicional dado à prática de cultivo sem mecanização); as áreas cultivadas por família variam de uma a quatro linhas de roça (uma linha corresponde a 0,33 hectares), totalizando cerca de 30ha cultivados por ano na comunidade. A produção é destinada ao autoconsumo, só sendo realizadas vendas quando os moradores precisam de recurso para suprir outras necessidades, além da alimentar.

Quanto ao cultivo de hortaliças entre os quilombolas, cerca de 34% das residências possuem canteiros para o plantio de cebolinha, coentro, pimentão e tomate. Entre as espécies frutíferas cultivadas destacam-se caju, manga, banana, goiaba e ceriguela, como as mais citadas; observa-se, porém um índice muito baixo de cultivo destas fruteiras nos quintais das residências, sua coleta e consumo se dão pelo fato de haver diversos exemplares espalhados na área do quilombo, de livre acesso aos moradores.

As espécies espontâneas indicadas para uso alimentar são, na sua maioria, frutas típicas da região, como guabiraba-preta, guabiraba-amarela, bacuri, buriti e ata, dentre outras. Poucas espécies alimentares são obtidas através de compra (3%), demonstrando que a comunidade retira da terra seu sustento. O mesmo ocorre com a comunidade quilombola dos Mimbó estudada por Abreu (2000), a qual não possui o hábito de cultivar as espécies que lhe são úteis, com exceção dos cultivos de roça de milho, arroz, feijão e mandioca.

A categoria de desbobrimento em madeira encontra-se como a terceira em citação de etnoespécies, justificada pelo fato de que, das 33 casas existentes no quilombo, 29 são

construídas com paredes em taipa (barro) com cobertura em palha, são confeccionadas com madeiras e fibras retiradas da mata. O pau-pombo, a ata, a unha-de-gato e o talo do babaçu as mais citadas fontes de madeiras para uso como caibros no teto e vigas nas paredes, e os cipós-de-escada do cerrado e do brejo e a sapucaia no desbobrimento em fibra. Na construção das paredes, é feita uma espécie de trama, com talos de babaçu, amarrada com embiras (fibras), para posteriormente serem completamente preenchidas com barro. Para a cobertura das residências utiliza-se a palha do babaçu, também utilizando-se para o amarrio as embiras já citadas ou barbante. Apenas uma residência possui banheiro com instalações hidro-sanitárias. As outras possuem cercados de palha como área destinada à higiene pessoal. A construção de residências e outras edificações, geralmente ocorre em regime de mutirão, no qual homens e mulheres da comunidade envolvem-se.

Os quilombolas também utilizam espécies típicas da flora regional para outras construções, como cercas de faxina, paiol para armazenagem de grãos, galpão para fabricação de farinha de mandioca, latadas para plantio de hortaliças (canteiros). Na comunidade estudada por Abreu (2000), esta categoria de uso destacou-se com um percentual de 62,96% das espécies úteis, sendo a mais representativa em relação às outras categorias, apresentando os Mimbós um conhecimento bastante apurado em relação à resistência, durabilidade e melhor emprego das madeiras locais.

Os quilombolas costumam criar pequenos animais, como suínos e aves, com o efetivo em torno de 3,5cab/habitante; o efetivo bovino e caprino é pequeno em relação à população da área, ficando em torno de menos de 0,15cab/habitante. Todavia, possuem um bom conhecimento sobre plantas nativas com potencial forrageiro, pois 25 espécies foram citadas para este fim, destacando-se entre as espontâneas a faveira-de-bolota, o relógio e a mandioca-de-veado e dentre as cultivadas o milho e a banana, cujas folhas são trituradas e dadas aos animais. Chegam a utilizar também plantas para curar doenças do rebanho, permitindo que a categoria de uso veterinário apareça em sétimo lugar, com 2,5% das citações; as principais espécies são a mamona e o pião-branco, utilizadas nas criações de galinhas caipiras especialmente para cura de uma enfermidade conhecida entre os quilombolas como “gogo de galinha”. Dados observados na comunidade Mimbó também demonstraram que há um grande conhecimento na utilização de plantas nativas na dieta alimentar do gado e como atrativo para caças, utilizando determinadas plantas e suas fases fenológicas como indicativo de presença de animais silvestres (Abreu 2000).

As plantas ornamentais, com 4,5% das citações, tendo como exemplares o buganville, a crista-de-galo-roxo, a alamanda, a boa-noite, a espirradeira e a acácia, dentre outras. Apesar

de ser uma categoria de representatividade pelo número de espécies, a existência de plantas ornamentais está restrita a quatro residências. Nas entrevistas realizadas, a maioria das donas de casa relata que é difícil conciliar o cultivo das plantas ornamentais com a criação de animais soltos - como galinhas, patos e porcos - nas áreas de quintal e terreiros (frente das casas), pois os mesmos têm por hábito arrancá-las para comer; outras alegaram não ter interesse em cultivá-las.

Além dos afazeres domésticos, a maioria das mulheres da comunidade (84%) tem como forma alternativa de complementar a renda, a venda do azeite e amêndoas extraídas pela quebra do coco babaçu, sendo o azeite a base oleaginosa no preparo alimentar da comunidade. Fazem também o aproveitamento de sua casca como fonte energética, uma vez que em 100% das residências é utilizado o carvão da casca do coco para o cozimento dos alimentos. Há apenas quatro residências com fogão a gás, sendo que a maioria opta por usar o carvão, alegando o alto custo do gás de cozinha e facilidade da matéria-prima na região.

O excedente de carvão produzido em algumas residências é comercializado na própria comunidade. Além da venda das amêndoas do babaçu, as mulheres costumam também coletar castanha de caju, na época da safra, levando-as para comercialização na feira do município. Há, ainda, um grupo de mulheres que se reúne de forma associativa para a coleta de buriti e produção do doce obtido da polpa, cuja comercialização ocorre dentro da própria comunidade e o lucro é dividido entre as participantes. Apesar do envolvimento de grande parte das mulheres da comunidade, a categoria de uso comercialização teve um percentual de apenas 2% em relação às outras categorias, pela baixa diversidade de espécies utilizadas para tal fim. O mesmo resultado foi observado por Rocha Silva (2000), em três comunidades situadas entre a Zona do Litoral e Mata, em Pernambuco.

Oito espécies encontram-se na categoria de uso artesanal, com destaque para a família Arecaceae, cujas espécies são empregadas como matéria-prima fornecedora de fibra, tendo-se o babaçu, buriti, tucum e a taboca, dentre outras, utilizadas para confecção de artefatos como cofos, peneiras, abanos, esteiras, redes, paneiro e caçuas; apenas nove pessoas detêm esta arte dentro da comunidade. Vilhena-Potiguara *et al.* (1987), estudando as plantas fibrosas na microrregião de Salgado (PA), encontraram 17 espécies de plantas fornecedoras de fibra para confecção de artefatos na comunidade, com destaque também para a família Arecaceae.

É comum encontrar em residências da comunidade vassouras, usadas para varrer terreiro, quintal e alpendre, confeccionadas a partir de ramos de vassourinha. Resultados semelhantes são encontrados em várias regiões do país, ocorrendo variação apenas nas espécies utilizadas, podendo citar como exemplo Botrel *et al.* (2003), que descrevem o uso de

alecrim-do-campo (*Bacharis dracunculifolia* DC.) pelas mulheres da comunidade local de Ingaí (MG) para confecção das mesmas.

A comunidade quilombola objeto deste estudo, apesar de sua descendência, não pratica cultos afros, seguindo a religião católica; tem como padroeiro São Benedito, realizando no mês de maio novenas nas residências em homenagem ao santo negro do catolicismo. Durante a Semana Santa, os membros da comunidade realizam a dramatização da passagem bíblica do “Lava-pé” e também a Novena do Natal em dezembro, época em que os mesmos fazem uma angariação de gêneros alimentícios cultivados no quilombo para doação a comunidades mais carentes que a deles. Possuem uma associação formalizada, sendo verificado que há em cada residência pelo menos um associado como sócio ativo ou membro do corpo diretor da entidade; são realizadas reuniões todo terceiro domingo de cada mês, na sede da associação, onde são discutidos os problemas e repassadas as informações relativas aos interesses da comunidade. Costumam ainda realizar outros eventos, como festas, quadrilhas e peças teatrais como forma de maior socialização do grupo.

Os quilombolas de Olho D’água dos Pires acreditam que algumas plantas servem para retirar ou afastar mau-olhado e as utilizam de diversos modos, como a quebra-mandinga em banhos de descarrego. Procuram manter sempre plantados na porta de entrada de suas residências uma muda de pião-roxo. Caso semelhante é citado por Shardong & Cervi (2000), estudando a comunidade de São Benedito em Campo Grande (MS), onde 9% dos entrevistados afirmam cultivar plantas no quintal ou na frente da casa para protegerem a família contra o mau-olhado, pois acreditam que as mesmas têm o poder de interceptarem o que não é positivo. Outro fato relatado pela comunidade é que antes da chegada do período chuvoso costumam procurar na área o milho-de-cobra; os relatos afirmam que se a espiga estiver cheia será um bom inverno, se estiver falhada as chuvas serão esparsas, prejudicando assim as roças de cultivo. Resultados semelhantes foram encontrados junto à comunidade Mimbó por Abreu (2000), relata um percentual de 5,48% da flora nativa para fins mágico-religiosos.

Os quilombolas de Olho D’água dos Pires não possuem o hábito de utilizar espécies nativas para a higiene pessoal, pois entre os entrevistados há apenas três citações do marfim, babosa e babaçu para este fim, perfazendo um percentual de 1,2% para esta categoria.

A comunidade quilombola utiliza de forma intensa sua flora nativa, porém vários fatores vêm contribuindo para que haja perda de espécies e de informações sobre as mesmas, sendo necessário e urgente o repasse de conhecimento pelas pessoas mais idosas do quilombo aos

membros mais jovens, para que este saber tradicional não se perca e seja perpetuado e valorizado entre as futuras gerações.

Devido à grande utilização dos recursos vegetais, bem como ao aumento da população, há uma necessidade iminente da ampliação da área territorial do quilombo, com o objetivo futuro de se realizar o plano de manejo sustentável.

As informações sobre o uso e diversidade dos recursos podem ser melhor exploradas e direcionadas para a formulação de estratégias visando o seu aproveitamento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

O resgate e a devolução dessas informações em forma de cartilha com linguagem de fácil compreensão e acessível é um compromisso assumido, pois servirão como forma de transmissão do saber dentro e fora da comunidade, garantindo assim sua perpetuação como estratégias de manutenção do saber tradicional e de sustentabilidade.

AGRADECIMENTOS

À comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires, especialmente ao Cláudio, Salvador, Antônio, Domingos, Sr. Chico, Sr. Luiz, Sr. Borges, Dona Chica, Dona Jesus, Navegantes e Socorro, que sem a ajuda, empenho e acolhida este trabalho não existiria.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. R. de. 2000. Diversidade de recursos vegetais do cerrado utilizados pelos quilombolas Mimbó (Amarante, Piauí, Brasil). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ALBUQUERQUE, U. P. de. 2000. A Etnobotânica no Nordeste Brasileiro. *In* Tópicos especiais em botânica: Palestras convidadas do 51º Congresso Nacional de Botânica (T. B Cavalcanti *et al.*, eds.). EMBRAPA, Brasília, p.241-249.

ALBUQUERQUE, U. P. de. & ANDRADE, L. H. C. 2002. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. *Acta Botanica Brasílica* 16: 273-285.

AMOROSO, M. C. de M. 1996. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. *In* Plantas medicinais: arte e ciência (L.C. di Stasi, eds.). UNESP, São Paulo, p.47-68.

_____. 2002. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. *Acta Botanica Brasilica* 16:189-203.

AMOROSO, M. C. de M & GÉLY, A. 1988. Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas, Barbacena, Pará, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 4:47-131.

ANDERSON, A. B. & POSEY, D. A. 1985. Manejo do cerrado pelos índios Kayapó. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 2:77-98.

BALEÉ, W. 1986. Análise preliminar de inventário florestal e a etnobotânica Ka'apor (Maranhão). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 2:141-167.

BALICK, M. J. & COX, P. A. 1996. Plants, people and culture. The science of ethnobotany. Scientific American Library, New York.

BEGOSSI, A. *et al.* 1993. Plant uses in a Brazilian coastal fishing community (Búzios Island). *Journal of Etnobiology* 13:233-256.

_____. 1998. Etnobotânica em comunidades caiçaras. *In* Etnobotânica bases para a conservação (V. S. Fonseca *et al.*, eds.). EDUR, Rio de Janeiro, p.108-120.

_____. 1999. Ethnobotany of caiçaras of the Atlantic Forest Coast (Brazil). *Economic Botany* 53:387-395.

BERG, M. E. van den. & SILVA, M. H. L. 1985. Contribuição ao conhecimento da flora medicinal do Piauí. *In* Anais da VIII Reunião Nordestina de Botânica (Sociedade de Botânica do Brasil-Seccional de Pernambuco, eds.). Recife, p.151-164.

BOTREL, R. T. *et al.* 2003. Espécies vegetais nativas usadas pela população local em Ingaí, MG. Boletim Agropecuário 59:1-36.

BRUMMITT, R. K. & POWELL, C. E. 1992. Author of plant names. Key: Royal Botanic Gardens, London.

CEPRO. 1992. Perfil dos Municípios. Fundação Cepro, Teresina.

COSTA-NETO, E. M. & OLIVEIRA, M. V. M. 2000. The use of medicinal plants in the country of Tanquinho, state of Bahia, North-eastern Brazil. Revista Brasileira de Plantas Mediciniais 2:1-8.

CRONQUIST, A. 1981. An integrated system of classification of flowering plants. Columbia University Press, New York.

HANAZAKI, N., LEITÃO-FILHO, H. F. & BEGOSSI, A. 1993. Uso de recursos da mata atlântica: o caso do Pontal do Almada (Ubatuba, Brasil). Interciência 21:268-276.

LIMA, R. X. *et al.* 2000. Etnobiologia de Comunidades Continentais da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba – Paraná – Brasil. Etnoecologica 4:33-54.

MING, L. C. 1997. O reconhecimento do papel das populações tradicionais no melhoramento e conservação de espécies vegetais. Horticultura Brasileira 15:145-148.

MORI, S. A. *et al.* 1989. Manual de manejo do herbário fanerogâmico. Centro de Pesquisa do Cacau, Bahia.

OMS (Organização Mundial da Saúde). 2000. Classificação Estatística Internacional de Doenças e problemas relacionados à Saúde. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PRANCE, G. T. *et al.* 1987. Quantitative Ethnobotany and the case for conservation in Amazonia Conservation Biology 1:296-310.

PHILLIPS, O. & GENTRY, A. M. 1993a. The useful plants of Tambopata, Peru. I. Statistical hypothesis with a new quantitative technique. *Economic Botany* 47:15-32.

_____. 1993b. The useful plants of Tambopata, Peru. II. Additional hypothesis testing in quantitative ethnobotany. *Economic Botany* 47:33-43.

PHILLIPS, O. *et al.* 1994. Quantitative ethobotany and Amazonian conservation. *Conservation Biology* 8:225-248.

RIBEIRO, G. B. 1987. Etnobiologia. *In* *Suma Etnológica Brasileira* (G. B. Ribeiro, eds.). Vozes/FINEP, Rio de Janeiro, p. 132-156.

ROCHA-SILVA, A. J. da. 2000. Etnobotânica nordestina: a relação entre comunidades e a vegetação da Zona do Litoral-Mata do estado de Pernambuco. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RODRIGUES, V. E. G. & CARVALHO, D. A. de. 2001. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais no domínio cerrado na região do Alto Rio Grande – Minas Gerais. *Ciência Agrotécnica* 25:102-123.

SADDI, N. 1993. Acerca das observações de Riedel, botânico da Expedição Langsdorff, em Mato Grosso (Brasil), no Manuscrito de D'Alincourt. *In* *Percorrendo manuscritos entre Langsdorff e D'Alincourt* (M. F. G. Costa, eds.). Ed. Universitária, Cuiabá, p. 36-49.

SCHARDONG, R. M. F. & CERVI, A. C. 2000. Estudos etnobotânicos das plantas de uso medicinal e místico na comunidade São Benedito, Bairro São Francisco, Campo Grande, MS, Brasil. *Acta Biologica Paranaense* 29: 187-217.

SILVA-ALMEIDA, M. F. & AMOROSO, M. C. M. de. 1998. Medicina popular no Distrito de Ferraz, Município de Rio Claro, Estado de São Paulo. *Brazilian Journal of Ecology* 2:36-46.

SILVA, V. A. da. 1997. Etnobotânica dos índios Xucuru com ênfase as espécies do Brejo da Serra de Ororubá (Pesqueira-PE). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. 2003. Etnobotânica dos índios Fulni-ô (Pernambuco, Nordeste do Brasil). Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

STOFFLE, R.W. *et al.* 1990. Calculating the cultural significance of American Indian plants: Paiute and Shoshone Ethnobotany at Yucca Mountain, Nevada. *American Anthropologist* 92:416-432.

TURNER, N. J. 1988. "The importance of a rose": evaluating the cultural significance of plants in Thompson and Lillooet Interior Salish. *American Anthropologist* 90:272-290.

VILHENA-POTIGUARA, R.C. de *et al.* 1987. Plantas Fibrosas – I Levantamento botânico na microrregião do Salgado (Pará, Brasil). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 3: 279-301.

WONG, J. L. G. 2000. The biometrics of non-timber forest product resource assessment: A review of current methodology. ETFRN (European tropical forest research network). Rome, Italy.

5.2 ARTIGO A SER ENVIADO AO PERIÓDICO

REVISTA BRASILEIRA DE PLANTAS MEDICINAIS

**USO E DIVERSIDADE DE PLANTAS MEDICINAIS NO QUILOMBO OLHO
D'ÁGUA DOS PIRES, ESPERANTINA, PIAUÍ**

AUTORES

E. A. P. FRANCO

R. F. M. de BARROS

J. L. L. ARAÚJO

USO E DIVERSIDADE DE PLANTAS MEDICINAIS NO QUILOMBO OLHO D'ÁGUA DOS PIRES, ESPERANTINA, PIAUÍ¹

Eldelita Águida Porfírio Franco²

Roseli Farias Melo de Barros³

José Luis Lopes Araújo⁴

RESUMO - O presente estudo foi realizado na comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires, localizada na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, no município de Esperantina, Piauí. Foram realizadas excursões de campo, no período de abril/2003 a fevereiro/2004, quando também foram aplicados questionários com todos os grupos familiares pertencentes à comunidade, os quais indicaram os informantes-chave com reconhecido saber, que acompanharam as coletas e indicaram as etnoespécies de uso medicinal a serem coletadas. Após esta etapa, as espécies foram identificadas em laboratório e calculado o seu valor de uso (VU). O material foi incorporado ao acervo do Herbário Graziela Barroso (TEPB/UFPI). Observou-se que dos 33 grupos familiares entrevistados, cinco pessoas com faixa etária acima de 60 anos, uma com 55 anos e três pessoas entre 21-30 anos possuem reconhecido saber de uso e propriedade das plantas para fins medicinais. Foram identificadas 85 espécies, pertencentes a 68 gêneros e 41 famílias botânicas. Na comunidade menciona-se o uso das plantas medicinais principalmente para o tratamento de doenças respiratórias e infecções intestinais, na forma de chás, misturas em garrafadas, ocorrendo ainda o uso como lambedores, sucos, banhos, macerações, dentre outros. As partes mais utilizadas no preparo dos medicamentos são às folhas e cascas. A espécie que merece destaque em relação à frequência e coerência de citações é a janaguba (*Hymatanthus sucuuba* (Spruce ex Müll. Arg.) Woodson), sendo citada em 100% dos questionários aplicados para cura de gripe, inflamação na garganta, tosse, como depurativo do sangue e inflamações gerais.

Palavras-chave: categorias de uso, etnobotânica, plantas medicinais, Piauí, quilombo.

¹ Parte da dissertação de Mestrado da primeira autora realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Rua jornalista Dondon, n. 2216, Horto Florestal, Teresina, Piauí, Brasil, CEP. 64.051-280 (eldelita@bol.com.br).

³ Doutora do Departamento de Biologia, Universidade Federal do Piauí.

⁴ Doutor do Departamento de Geografia, Universidade Federal do Piauí.

ABSTRACT - The present study was carried out at the community “Quilombola of Olho D’água dos Pires”, located in the micro-region of the lower Parnaíba (Piauiense), in the town of Esperantina, Piauí. Field excursion were carried out, from April/2003 to February/2004, when questionnaires were applied to all the family groups in the community. There indicated the key-informants with recognized knowledge, who followed and indicated the ethnospecies with medicinal use to be collected. After this phase, the species were identified in a lab and their value of use (VU) was calculated. The material was incorporated to the “Herbário Graziela Barroso” (TEPB/UFPI). It was observed that out the 33 family groups interviewed, only 5 people above 60 years of age, one 55 years old and tree people between 21 and 30 years of age had full knowledge of the use and properties of the plants for medicinal purposes. 85 species were identified, belonging to 68 genus and 41 botanic families. It is mentioned in the community the use of medicinal plants mainly for the treatment of respiratory diseases and intestinal infections, drunk as tea mixed with “garrafada” (kind of different tree barks syrup) and the rest as lollipops, juices, baths, and macerations, among others. The most used parts in the preparation of the medicines are the leaves and barks. The species that deserves special attention in relation to the frequency and coherent citations is “janaguba” (*Hymatanthus sucuuba* (Spruce ex Müll. Arg) Woodson), being this in 100% of the questionnaires for the cure of influenza, sore throat, cough, as blood depurative and inflammations in general.

Key words: categories of use, ethnobotanics, medicinal plants, Piauí, “quilombo”.

INTRODUÇÃO

O uso popular de plantas medicinais é uma arte que acompanha o ser humano desde os primórdios da civilização, sendo fundamentada no acúmulo de informações repassadas oralmente através de sucessivas gerações. Ao longo dos séculos, os produtos de origem vegetal constituíram a base para o tratamento de diferentes doenças no mundo (Phillips & Gentry 1993a).

No Brasil, a exploração de recursos genéticos de plantas medicinais está relacionada, em grande parte, à coleta extensiva e extrativa do material silvestre. Apesar do volume considerável de exploração das várias espécies medicinais na forma bruta ou de seus subprodutos, as pesquisas básicas ainda são incipientes (Vieira 1994).

A população brasileira, de um modo geral, guarda um saber significativo a respeito de métodos alternativos de cura das doenças mais freqüentes. As comunidades tradicionais possuem uma bagagem maior sobre o assunto, porém sofrem ameaça constante devido à influência direta da medicina ocidental moderna e pelo desinteresse dos jovens da comunidade, interrompendo assim o processo de transmissão do saber entre as gerações (Amoroso 1996).

A Etnobotânica inclui todos os estudos concernentes à relação mútua entre populações tradicionais e as plantas. Apresenta, como característica básica de estudo, o contato direto com as populações tradicionais, procurando uma aproximação e vivência que permitam conquistar-lhe a confiança, resgatando, assim, todo o conhecimento possível sobre a relação de afinidade entre o ser humano e as plantas de uma comunidade (Cotton 1996).

A desagregação dos sistemas de vida tradicionais que acompanham a devastação do ambiente e a inclusão de novos elementos culturais ameaça muito de perto a perda de acervo dos conhecimentos empíricos e do patrimônio genético de valor inestimável para as gerações futuras (Amoroso & Gély 1988).

Desta forma, estudos relacionados com a medicina popular têm merecido cada vez mais atenção, devido à gama de informações e esclarecimentos que fornecem à ciência contemporânea, sendo notável o crescente número de pesquisas na área, como as realizadas por Amoroso & Gély (1988), sobre o uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazonas, em Barcarena (PA); Schardong & Cervi (2000), através do levantamento de plantas medicinais e místicas na comunidade de São Benedito, em Campo Grande (MT) e os estudos de Parente & Rosa (2001), com o levantamento de plantas comercializadas como medicinais no município de Barra de Piraí (RJ).

Outros autores, como Berg & Silva (1985, 1988), Rêgo (1988), Amoroso (1996), Milliken & Albert (1996), Silva-Almeida & Amoroso (1998), Castellucci *et al.* (2000), De Paula *et al.* (2002), Franco & Fontana (2002), Amoroso (2002) e Silva (1997, 2003), também pesquisaram sobre o uso de plantas medicinais em diversas comunidades.

O objetivo do presente estudo foi levantar as plantas medicinais utilizadas pela comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires, a fim de conhecer suas formas de uso, modo de preparo dos medicamentos, partes utilizadas, bem como sua identificação botânica e o valor de uso atribuído a cada espécie, também como forma de resgatar do conhecimento tradicional, servindo como instrumento para delinear estratégias de utilização do potencial fitoterápico e conservação das espécies citadas.

MATERIAL E MÉTODOS

A comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires localiza-se na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, no município de Esperantina, a 160km ao norte da capital Teresina, nas coordenadas geográficas 03°54'10"S e 42°14'18"W (Figura 1).

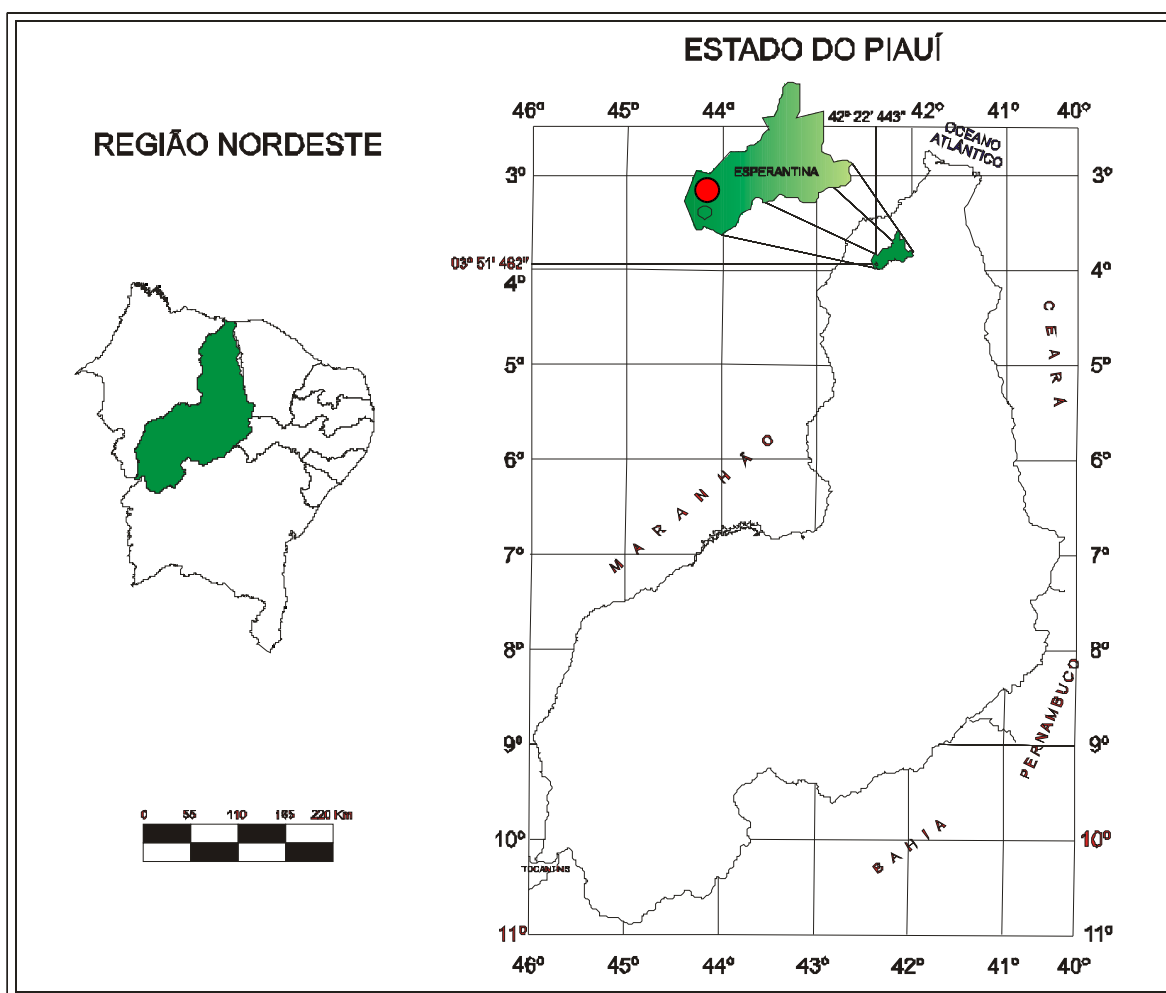


Figura 1. Mapa de localização do Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil.
Fonte: Elaboração própria.

A formação vegetal predominante é a de transição entre Cerrado e Floresta Decidual Mista, possuindo extensas áreas com babaçuais. O clima enquadra-se no tipo tropical sub-úmido, com duas estações bem definidas, uma chuvosa (novembro-março) e outra seca (abril-outubro). As temperaturas máxima e mínima variam entre 26°C e 34°C (CEPRO, 1992).

A área estudada possui 127ha, onde atualmente residem 33 famílias, descendentes de um casal de escravos, com uma população total de 178 pessoas. Possuem como atividade econômica principal a agricultura familiar, criação de pequenos animais e extrativismo, através da quebra do coco babaçu, para auto-consumo e comercialização. Nos anos recentes, as influências externas vêm se tornando marcantes, aprofundadas pela implementação de infra-estrutura moderna, que permite a rápida inserção na área da ideologia urbano-industrial.

A coleta dos dados ocorreu sistematicamente de fevereiro de 2003 a abril de 2004, com a aplicação de questionário nos 33 grupos familiares da comunidade. Foram levantadas, dentre outras informações, as plantas conhecidas pelos entrevistados, sua utilidade e formas de uso. A comunidade apontou nove informantes que detinham o conhecido saber, os quais participaram das excursões de coleta do material etnobotânico de uso medicinal, seguindo a metodologia proposta por Ribeiro (1987).

Para obtenção de amostras do material botânico vivo utilizou-se a metodologia usual (Mori *et al.* 1989). Identificou-se os espécimes coletados baseado em bibliografia especializada, revisões e estudos taxonômicos disponíveis, utilizando chaves de identificação e por descrições genéricas e específicas. As confirmações das identificações foram realizadas por comparações morfológicas com exsicatas identificadas, e ainda, por consultas a especialistas. Dotou-se o sistema de Cronquist (1981), com exceção da família Leguminosae. As abreviaturas dos nomes dos autores das espécies estão de acordo com Brummitt & Powell (1992). O material coletado foi incorporado ao acervo do Herbário Graziela Barroso (TEPB) da Universidade Federal do Piauí.

Com base na classificação das doenças proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2000), as indicações foram agrupadas e as doenças ou estados que não puderam ser incluídos nesta classificação geral, foram agrupadas na categoria “sintomas e sinais gerais”.

O valor de uso (VU) foi medido utilizando-se a metodologia descrita por Silva (1997), sendo o valor de uso calculado através da fórmula $VU = \Sigma (U/n)$, onde VU = valor de uso; U = número de citações (ou usos) da etnoespécie por informante e n = número de informantes que citaram a etnoespécie.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No quilombo de Olho D'água dos Pires a flora medicinal constitui um arsenal terapêutico de enorme importância, pois desde várias décadas as plantas vêm sendo utilizadas como fontes medicamentosas empregadas em preparações tradicionais de cura na comunidade através de chás, tinturas, garrafadas, sucos, xaropes, ungüentos, etc; algumas são também conhecidas como bastante tóxicas ao organismo humano.

Observou-se que a comunidade quilombola encontra-se em processo de transformação, havendo um confronto entre os modos de pensar e agir tradicionais e as novas idéias e costumes trazidos com o contato intensificado nas décadas recentes com a sociedade urbana, refletindo-se nas questões ligadas à saúde e a doença. O quilombo conta com posto de saúde, tendo como funcionária um membro da comunidade, recebendo também visitas periódicas de membros do “Programa Saúde da Família” do Governo Federal; embora existam essas opções de tratamento, é habitual a maioria dos quilombolas de Olho D'água dos Pires buscar informações com os membros mais velhos sobre o uso das plantas com fins terapêuticos.

Das 33 famílias entrevistadas, 10% dos membros possuem idade acima de 50 anos e deste universo somente seis membros detêm 67% do conhecimento de uso e propriedade das plantas para fins terapêuticos; apenas três membros de faixa etária entre 21-35 anos também possuem este saber, necessitando assim de um urgente trabalho de resgate junto às novas gerações da comunidade. Este fato se verifica em quase todos os trabalhos com as comunidades tradicionais, em qualquer região do país; como se observa também no trabalho de Schardong & Cervi (2000), onde mencionam que 78% do conhecimento etnobotânico da comunidade São Benedito, em Campo Grande (MS), concentrava-se nas pessoas com mais de 57 anos.

Identificaram-se na área de transição entre Cerrado e Floresta Decidual Mista (mata de babaçu) 83 etnoespécies, distribuídas em 69 gêneros de 40 famílias de angiospermas. As famílias mais bem representadas foram Leguminosae (14 espécies), Euphorbiaceae (6) e Rutaceae (5). Resultados semelhantes foram encontrados por Abreu (2000), estudando uma área de transição entre Cerrado e Mata Ciliar no quilombo Mimbó, onde a família Leguminosae também se destaca como a mais representativa e De Paula *et al.* (2002), em seu estudo na comunidade sertaneja na região arqueológica central da Bahia, onde das 61 etnoespécies indicadas, 15 pertenciam a esta família.

O maior número de espécies medicinais foram indicadas em Olho D'água dos Pires para sintomas e sinais relativos ao sistema respiratório (26,7%), tais como gripe, sinusite,

inflamação na garganta, pneumonia, asma, tosse, dentre outras (Figura 2), o mesmo sendo observado por diversos autores como Amoroso & Gély (1988), Silva-Almeida & Amoroso (1998), Schardong & Cervi (2000) e Silva (2003). Em seguida, encontram-se as doenças relativas ao sistema intestinal, como diarreia e helmintíases (14,8%), possuindo também um gama de plantas indicadas para a cura destes males.



Figura 2. Percentual de espécies citadas por grupo de doenças na comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil.

Fonte: Elaboração própria.

Alguns distúrbios foram enquadrados na categoria de sintomas e sinais gerais (12,6%), por não possuírem sintomatologia relativa às demais categorias, como febre, dor no corpo em geral, aparecimento de piolho, dentre outros citados pela comunidade de Olho D'água dos Pires.

Entre as mulheres da comunidade de Olho D'água dos Pires há uma forte tendência e conhecimento para o uso de preparos para cura das “inflamações de mulher” – relacionadas ao aparelho genito-urinário (10,4%). O mesmo foi observado por Abreu (2000) na comunidade Mimbó, onde grande parte dos medicamentos de origem vegetal são indicados para tratamentos de problemas do aparelho reprodutor feminino, distúrbios intestinais e inflamações de modo geral.

As espécies indicadas na Tabela 1 foram coletadas em ambientes diversos, desde quintais, roças, capoeiras (áreas de vegetação secundária), como também nas áreas de vegetação nativa, sempre com auxílio de pessoas da comunidade de notório saber. A maior parte (68%) das espécies utilizadas como medicinais crescem espontaneamente em ambientes naturais ou antropicamente modificados, enquanto 28% são cultivadas e apenas 4% são adquiridas fora da comunidade. Este fato reflete, até certo ponto, a riqueza florística local, e que seu maior uso em relação às cultivadas está diretamente ligado à disponibilidade de habitat e ao fato da comunidade explorar efetivamente este ambiente. Amoroso & Gély (1998), ao estudarem os caboclos do Baixo Amazonas, em Barcarena (PA), encontraram que 50% das plantas utilizadas para fins medicinais eram espontâneas e 50% passaram a ser cultivadas em quintais, facilitando assim sua obtenção, estes dados também foram encontradas por Schardong & Cervi (2000).

Tabela 1. Lista das espécies com aplicações terapêuticas utilizadas no Quilombo de Olho D'água dos Pires, Esperantina, PI, com seus nomes vulgares, número de coletor (NC) (il = identificada no local), ocorrência (O) (p = plantada, c = comprada, e = espontânea, e* = espontânea sem material florido durante a coleta), valor de uso (VU), indicação de uso (IU), parte utilizada (PU) e forma de preparo (FP).

Família/Espécie/Nome vulgar	NC	O	VU	IU	PU	FP
Acanthaceae						
<i>Justicia pectoralis</i> Jacq. (Anador)	il	p	1,00	dor de cabeça	folha	chá
Alliaceae						
<i>Allium ascalonicum</i> L. (Cebola-branca)	-	c	1,00	gripe	bulbo	lambedor
<i>A. sativum</i> L. (Alho)	-	c	1,00	gripe	bulbo	chá
Anacardiaceae						
<i>Anacardium occidentale</i> L. (Cajuí)	EF095	e	1,50	gripe, derrame, dor de barriga	folha, caule (casca), semente	banho, chá
<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão (Aroeira)	-	e*	1,33	inflamação, gastrite	caule (casca)	garrafada, chá
<i>Spondias purpurea</i> L. (Ciriguela)	il	p	1,00	diarréia	folha	chá
Apiaceae						
<i>Pimpinella anisum</i> L. (Erva-doce)	-	c	1,00	calmante	semente	chá
Apocynaceae						
<i>Aspidosperma pyrifolium</i> Mart. (Pau-pereiro)	il	e*	1,00	febre	casca	chá

(Cont...)

Família/Espécie/Nome vulgar	NC	O	VU	IU	PU	FP
<i>Hymatanthus sucuuba</i> (Spruce ex Müll. Arg.) Woodson (Janaguba)	EF160	e	1,12	gripe, tosse, garganta inflamada, inflamação em geral, depurativo	látex	suco
Areaceae						
<i>Attalea speciosa</i> Mart. ex Spreng. (Babaçu)	EF131	e	1,25	diarréia, ferimento	semente	chá uso tópico
<i>Cocos nucifera</i> L. (Coco-da-praia)	il	p	1,00	anti- hemorrágico	fruto (entre- casca)	chá
Bignoniaceae						
<i>Tabebuia impetiginosa</i> (Mart. ex DC) Standl (Pau-d'arco roxo)	EF065	e	1,00	anemia	caule (casca)	garrafada chá
Boraginaceae						
<i>Heliotropium elongatum</i> (Sehm.) I. M. Johnst. (Crista-de-galo)	EF007	e	1,00	gripe	folha	lambedor
<i>H. lanceolatum</i> Ruiz & Pav. (Sete-sangrias)	EF142	e	1,00	depurativo	raiz	garrafada chá
Bromeliaceae						
<i>Bromelia karatas</i> L. (Croatá ou Coroatá)	EF79	e	1,00	coqueluche, gripe	raiz	chá
Capparaceae						
<i>Cleome spinosa</i> L. (Mussambê)	EF140	e	3,00	gripe, tosse garganta inflamada	raiz folha	garrafada chá
Caricaceae						
<i>Carica papaya</i> L. (Mamão)	il	p	1,00	prisão de ventre	folha	chá
Caryocaceae						
<i>Caryocar coriaceum</i> Wittm. (Pequi)	EF96	e	1,00	gripe	azeite	lambedor
Cecropiaceae						
<i>Cecropia</i> sp (Imburana)	EF59	e*	1,25	dor em geral	caule (casca)	chá
<i>C. glaziovii</i> Sneathl (Imbaúba ou Torém)	EF74	e*	1,00	gripe, inchaço no corpo	folha caule (casca)	chá banho
Clusiaceae						
<i>Platonia insignis</i> Mart. (Bacuri)	EF111	e	1,00	diarréia	semente	chá
Combretaceae						
<i>Combretum leprosum</i> Mart. (Mufumbo)	EF069	e	1,00	anti- hemorrágico, dor de barriga	caule (casca)	chá

(Cont...)

Família/Espécie/Nome vulgar	NC	O	VU	IU	PU	FP
Convolvulaceae						
<i>Ipomoea asarifolia</i> (Desr.) Roem. & Schult. (Salsa)	EF056	e	1,00	catapora	folha	banho
<i>Operculina macrocarpa</i> (L.) Farw. (Batata-de-purga)	EF067	e	2,00	laxante, depurativo	raiz (goma)	suco
Chenopodiaceae						
<i>Chenopodium ambrosioides</i> L. (Mastruz)	il	p	1,00	gripe	folha	lambedor
Cucurbitaceae						
<i>Cucurbita pepo</i> L. (Abóbora)	EF104	p	1,00	dor de ouvido	flor (sumo)	uso tópico
<i>Momordica charantia</i> L. (Melão-de-são-caetano)	EF019	e	1,00	mata piolho, coceira	folha	uso tópico
<i>Wilbrandia vericilata</i> Cong. (Batata-de-teju)	EF109	e	1,00	antiofídico	raiz	chá
Dilleniaceae						
<i>Curatella americana</i> L. (Sambaiba)	EF076	e	1,00	inflamação	caule (casca)	garrafada
Euphorbiaceae						
<i>Chamaesyce prostrata</i> (Aiton) Small (Bacural)	EF005	e	1,00	diarréia, dor de barriga	folha	chá
<i>Croton campestris</i> A. St. Hil. (Velame)	EF153	e	1,20	dor em geral, gripe, prisão de ventre	folha caule (casca)	chá
<i>C. sonderianus</i> Müll. Arg. (Marmeleiro)	EF154	e	1,00	Inchaço, dor na barriga	folha	chá
<i>Jatropha curcas</i> L. (Pião-branco)	EF106	e	1,00	inflamação	folha	chá
<i>Phyllanthus niruri</i> Müll. Arg. (Quebra-pedra)	EF001	e	1,00	inflamação no fígado, gripe	folha	chá lambedor
<i>Ricinus communis</i> L. (Mamona)	EF102	e	1,00	verminose, laxante, dor de cabeça	semente folha	azeite, macerado
Lamiaceae						
<i>Coleus barbatus</i> Benth. (Boldo)	il	p	1,60	inflamação no fígado, dor no intestino, ressaca	folha	chá
<i>Ocimum americanum</i> L. (Manjerição)	il	p	1,00	gripe	folha	inalação
<i>O. gratissimum</i> L. (Favaca)	il	e*	1,00	gripe	folha	banho

(Cont...)

Família/Espécie/Nome vulgar	NC	O	VU	IU	PU	FP
Lauraceae						
<i>Persea americana</i> Mill. (Abacate)	il	p	1,00	dor nos rins	folha	chá
Lecythidaceae						
<i>Lecythis pisonis</i> Cambess. (Sapucaia)	EF162	e	1,00	coceira	folha	banho
Leguminosae						
Caesalpinoideae						
<i>Bauhinia flexuosa</i> Moric. (Cipó-de-escada-do-cerrado)	EF159	e	1,00	dor nos rins, diarréia, febre	caule (casca)	garrafada
<i>B. forficata</i> Link (Mororó)	EF135	e	1,00	diabetes	folha	chá
<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart ex Tul. (Jucá)	EF066	e	1,00	dor na coluna, dor nos rins, inflamação	fava caule (entre- casca)	chá
<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Mart. ex Hayne (Jatobá)	EF167	e	1,00	inflamação, gripe	caule (casca)	garrafada
<i>Sclerolobium paniculatum</i> Vog. (Pau-pombo)	EF088	e	1,00	ferimento	caule (casca)	uso tópico
<i>Senna alata</i> (L.) Roxb. (Mata-pasto-do-Pará)	EF064	e	1,00	gripe	flor	chá
<i>S. obtusifolia</i> (L.) H. S. Irwin & Barneby (Mata-pasto ou Pastão)	EF002	e	1,00	gripe, purgante	semente raiz flor	chá
<i>S. occidentalis</i> (L.) Link (Fedegoso)	EF025	e	1,00	impingem, gripe, verminose	folha flor	macerado chá
<i>Tamarindus indica</i> L. (Tamarindo)	EF168	e	1,00	verminose	folha	chá
Faboideae						
<i>Bowdichia virgilioides</i> Kunth (Sucupira)	EF86	e	1,00	gripe, dor de cabeça, inflamação	caule (entre- casca)	garrafada banho
<i>Dioclea violacea</i> Mart. ex Benth. (Mucunã-peluda)	EF228	e	1,00	gripe	látex	suco
Mimosoideae						
<i>Acacia farnesiana</i> (L.) Willd. (Folha-santa ou Coronha)	-	e*	1,43	febre, gripe, diarréia, dor de cabeça, rouquidão, garganta inflamada, derrame	vagem folha	chá garrafada
<i>A. langsdorfii</i> Benth. (Unha-de-gato)	EF230	e	1,00	gripe, dor na coluna, ferimento	folha caule (casca)	chá

(Cont...)

Família/Espécie/Nome vulgar	NC	O	VU	IU	PU	FP
<i>Piptadenia macrocarpa</i> Benth. (Angico-preto)	-	e*	1,17	inflamação, gripe, dor nas costas	caule (casca)	garrafada
Malpighiaceae						
<i>Malpighia glabra</i> L. (Acerola)	EF196	p	1,00	gripe	fruto	suco
Malvaceae						
<i>Gossypium herbaceum</i> L. (Algodão)	EF85	p	1,00	asma, gripe inflamação	folha maça	chá lambedor
<i>Malva sylvestris</i> L. (Malva-do-reino)	il	p	1,07	gripe, rouquidão	folha	lambedor
Myrtaceae						
<i>Campomanesia aromatica</i> (Aubl.) Gris (Guabiraba-amarela)	EF216	e	1,00	coração	folha	chá
<i>Eucalyptus globulus</i> Labill. (Eucalipto)	il	p	1,00	gripe	folha	chá
<i>Eugenia uniflora</i> L. (Guabiraba-preta)	EF158	e	1,00	gripe	folha	banho
<i>Psidium guajava</i> L. (Goiaba)	EF180	p	1,00	diarréia	folha	chá
Olacaceae						
<i>Ximenia americana</i> L. (Ameixa)	EF73	e*	1,15	inflamação, ferimento, falta de ar	caule (casca)	garrafada
Orchidaceae						
<i>Cathasetum</i> sp (Banana-brava)	EF121	e	1,00	puxa espinho	fruto	macerado
Plumbaginaceae						
<i>Plumbago scandens</i> L. (Louco)	EF144	e	1,00	coceira	folha	macerado
Poaceae						
<i>Cymbopogon citrates</i> (DC.) Stapf. (Capim-de-cheiro ou Santo)	il	p	1,00	calmante, hipertensão	folha	chá
Punicaceae						
<i>Punica granatum</i> L. (Romã)	-	c	1,00	gripe	fruto (casca)	mastigação
Rubiaceae						
<i>China</i> sp. (Quina)	-	e*	1,50	gastrite, depurativo	casca	garrafada
Rutaceae						
<i>Citrus aurantium</i> L. (Laranja)	il	p	1,00	febre	folha	chá
<i>C. aurantium</i> L. (Laranja-da-terra)	Il	p	1,00	gripe, prisão de ventre	folha fruto	chá suco

(Cont...)

Família/Espécie/Nome vulgar	NC	O	VU	IU	PU	FP
<i>C. limonum</i> Risso (Limão)	il	p	1,00	gripe, hipertensão	fruto folha	suco chá
<i>C. sinensis</i> Osbeck (Laranja-da-china)	il	p	1,00	calmante, prisão de ventre	folha fruto (casca)	chá
<i>Ruta graveolens</i> L. (Arruda)	EF92	e	1,00	dor de dente	folha	cigarro chá
Scrophulariaceae						
<i>Scoparia dulcis</i> L. (Vassourinha)	EF014	e	1,00	inflamação, gripe	raiz	chá
Simaroubaceae						
<i>Simaba maiana</i> Casar. (Pratudo)	EF081	e	1,00	depurativo	folha	chá
Solanaceae						
<i>Solanum paniculatum</i> L. (Jurubeba)	EF136	e	1,00	ferimento	caule (casca)	maceração
Tiliaceae						
<i>Luehea divaricata</i> Mart. (Açoita-cavalo)	EF77	e	1,40	gripe, anemia, hepatite, depurativo, inflamação	caule (casca)	garrafada
Turneraceae						
<i>Turnera ulmifolia</i> L. (Xanana)	EF134	e	1,00	ferimento	flor	maceração
Verbenaceae						
<i>Holocalyx balansae</i> Micheli (Alecrim)	il	p	1,00	gripe, dor de cabeça	folha	banho chá
<i>Lippia alba</i> (Mill.) N. E. Br. (Erva-cidreira)	il	p	1,25	rouquidão, gripe	folha	chá
<i>Vitex triflora</i> Vahl (Mama-cahorra)	EF126	e	1,00	verruga	látex	uso tópico
Não identificadas						
- (Crioli)	EF143	e	1,00	pneumonia, dor em geral	caule (entre- casca)	garrafada chá
- (Dipirona)	-	p	1,50	febre, dor de cabeça	folha	chá
- (Quebra-mandinga)	EF177	p	1,00	dor no corpo	folha	banho

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à indicação de uso, 50% das etnoespécies possuem apenas um uso terapêutico, 24% possuem dois usos e 26% são indicadas para três ou mais usos. Nesse aspecto, destacam-se a coronha, que pode ser empregada no tratamento de diarreia, gripe, rouquidão, febre, derrame, inflamação na garganta e dores na cabeça; o açoita-cavalo, utilizado no tratamento da hepatite, anemia, como depurativo de sangue, sendo porém, contra-indicado para mulheres grávidas pelo efeito abortivo. A eficiência do uso do açoita-cavalo foi comprovada na cura de anemia e como depurativo de sangue por Franco & Fontana (2002).

Merecem destaque entre as espécies espontâneas em relação à frequência e coerência de citações a janaguba, por se tratar da espécie mais difundida na comunidade, encontrando-se com abundância em seu habitat natural, seguida da ameixa, citada por 39% dos entrevistados, a imburana (24%) e a coronha (21%). E, entre as cultivadas, a malva-do-reino e o algodão, com 45% e 30% das citações, respectivamente.

Na composição atual da farmacopéia quilombola há muitas indicações de plantas para fins terapêuticos adquiridas pelo contato com a sociedade urbana; como o exemplo da acerola, popularmente usada no combate à gripe na comunidade, o anador para dores na cabeça e a goiaba para problemas intestinais.

Foi calculado o valor de uso (VU) para cada espécie, de acordo com o número de citações e seus respectivos informantes, encontrando-se que 19,5% das etnoespécies possuem valor de uso maior que 1,00 – variando entre 1,07 e 2,00 – demonstrando assim que há uma elevada igualdade entre o número de citações de uso e o número de informantes no que se refere à maioria das plantas utilizadas para fins medicinais na comunidade. As espécies com maior VU foram o mussambê (3,00), que apresenta três usos medicinais distintos, informados por um membro da comunidade, seguindo-se a batata-de-purga (2,00), do boldo (1,60), cajuí e quina (1,50), coronha (1,43) e açoita-cavalo (1,40).

Segundo Phillips e Gentry (1993 a, b), um aspecto interessante a se observar no cálculo do valor de uso é que uma determinada espécie citada por apenas um informante e que apresente uma variedade de usos apresentará um VU de destaque em relação às outras.

Para Wong (2000), espécies pouco difundidas na comunidade mas com usos diversos, quando passam a ser utilizadas em algum momento da vida de um determinado indivíduo da comunidade terão um valor de uso maior que uma espécie utilizada diariamente, porém com apenas um único uso. Assim, segundo o mesmo autor, o valor de uso revela mais sobre a distribuição e variabilidade de conhecimento entre as pessoas do que sobre a utilidade da espécie por si. Este fato foi observado em relação à janaguba, que foi citada por toda a comunidade (ampla distribuição) para a cura da gripe (baixa variabilidade de conhecimento),

fazendo com que fosse atribuída à mesma o valor de uso 1,15. Aplica-se também ao mussambê, que possui valor de uso elevado (3,00), por apresentar três usos medicinais distintos (alta variabilidade de conhecimento), mas todos eles informados por um único membro da comunidade (distribuição restrita).

Para o preparo dos remédios são citadas diversas partes dos vegetais, destacando-se as folhas (43,5%) e cascas (19,5%); sementes (8%), raízes (7%), frutos (6%), flores (5%), látex e entre-casca (3%), sumo e bulbo (2%) e azeite (1%) aparecem apenas raramente. Costa-Neto & Oliveira (2000) encontraram resultados semelhantes nos estudos ocorridos em Tanquinho (BA), onde dentre as 97 espécies citadas, em cerca de 42%, a folha é a parte indicada, seguida dos grãos e sementes com 12% das citações.

Amoroso (2002) obteve resultados semelhantes estudando o uso e diversidade de plantas medicinais em comunidades no município de Santo Antônio do Leverger (MT). Para Gonçalves e Martins (1998) e Castellucci *et al.* (2000), a explicação mais plausível para o maior uso das folhas na preparação de remédios deve-se ao fato de sua maior disponibilidade durante todo o ano (excetuando-se em biomas de Caatinga) e que é nas folhas que se concentram grande parte dos princípios ativos.

Já entre as comunidades da caatinga, estudadas por Albuquerque e Andrade (2002), destaca-se o uso das cascas por estas partes estarem disponíveis durante todo o ano, em função da caducidade das folhas na época seca.

Na comunidade estudada observou-se também que diferentes partes de uma mesma planta são utilizadas para a cura da mesma afecção, como no caso do mussambê, empregado no combate à gripe, podendo ser utilizada a raiz na forma de garrafada (associada a outras plantas) ou a folha na forma de chá.

O modo de administrar mais comum é por via oral, na forma de chá (48%) em decoctos ou infusos, seguida das garrafadas (13%), que são preparadas a partir da extração das ervas em solução com água ou álcool, e lambedores (7%), preparados com açúcar ou mel; para uso externo destacam-se os banhos (9%), como forma de retirar do corpo o mal-estar provocado pela doença. Resultados semelhantes foram encontrados por Parente & Rosa (2001) e Rodrigues & Carvalho (2001).

Vários fatores contribuem para que haja perda de espécies de valor terapêutico e das informações sobre elas, sendo o mais preocupante o escasso repasse de conhecimento pelas pessoas mais idosas aos jovens do quilombo. Quando ocorre a transferência de informações é realizada de forma lenta e recebida pelos membros mais jovens com desinteresse, provavelmente devido às alterações antrópicas pelas novas formas de apropriação, uso da terra

e pela acentuada interferência do meio urbano. Estes fatores demonstram que estudos sobre o conhecimento e tradição da comunidade devem ser otimizados, abrindo possibilidades de novas pesquisas interdisciplinares, fornecendo subsídios para implantação de programas de saúde mais adaptados à realidade cultural dos quilombolas, otimização do uso das plantas com caráter terapêutico e valorização do saber tradicional.

AGRADECIMENTOS

À comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires, pelo repasse das informações de forma clara e precisa, e de maneira especial ao Cláudio, Salvador, Antônio, Domingos, Sr. Chico, Sr. Luiz, Sr. Borges, Dona Chica, Dona Jesus, Navegantes, Socorro, que espontaneamente envolveram-se e se dedicaram a esse trabalho.

REFERÊNCIA

ABREU, J. R. de. **Diversidade de recursos vegetais do cerrado utilizados pelos quilombolas Mimbó (Amarante, Piauí, Brasil)**. Recife, 2000. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal de Pernambuco, 68p.

ALBUQUERQUE, U. P. de., ANDRADE, L. H. C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 16, n. 3, p. 273-285, 2002.

AMOROSO, M. C. M., GÉLY, A. L. Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas, Barcarena, PA, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 1, p. 47-131, 1988.

AMOROSO, M. C. M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L.C. (Org.) **Plantas medicinais: arte e ciência**. Um guia de estudo interdisciplinar. 1ªed. São Paulo: UNESP. 1996. p. 47-68.

AMOROSO, M. C. M. Uso e diversidade de plantas medicinais em santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 16, p. 189-203, 2002.

BERG, M. E. van den., SILVA, M. H. L. Contribuição ao conhecimento da flora medicinal do Maranhão. In: ANAIS DA VIII REUNIÃO NORDESTINA DE BOTÂNICA. **Anais...** Recife: 1985. Recife: Sociedade Botânica do Brasil - Seccional de Pernambuco, 1985, p. 141-154.

_____. Contribuição ao conhecimento da flora medicinal de Mato Grosso do Sul. **Acta Amazonica**, v. 18, n. 1-2, p. 9-22, 1988.

BRUMMITT, R. K., POWELL, C. E. **Author of plant names**. London, Royal Botanic Gardens Key, 1992. 732p.

CASTELLUCCI, S. *et. al.* Plantas medicinais relatadas pela comunidade residente na Estação Ecológica de Jataí, município de Luís Antonio - SP; uma abordagem etnobotânica. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 3, n. 1, p. 51-60, 2000.

CEPRO. **Perfil dos municípios**. Teresina: Fundação Cepro, 1992. 420p.

COSTA-NETO, E. M.; OLIVEIRA, M. V. M. The use of medicinal plants in the coutry of Tanquinho, state of Bahia, North-eastern Brazil. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 2, n. 2, p. 1-8, 2000.

COTTON, C. M. **Ethnobotany**: principles and applications. New York: J. Wiley, 1996. 320p.

CRONQUIST, A. **An integrated system of classification of flowering plants**. New York: Columbia University Press, 1981. 1262 p.

DE PAULA, F. *et al.* Estudo preliminar etnobotânico de plantas de uso medicinal na Região Arqueológica de Central - Bahia (Brasil). Disponível em: www.naya.org.ar/congresso2002/ponencias/marha_locks.htm. Acesso em: 06/07/2004.

FRANCO, I. J., FONTANA, V. L. **Ervas & Plantas**: A medicina dos simples. Erexim, RS: Edelbra, 2002. 246p.

GONÇALVES, M. I. A., MARTINS, D. T. O. Plantas medicinais usadas pela população do município de Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso, Brasil. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 79, n. 3/4, p. 56-61, 1998.

MILLIKEN, W., ALBERT, B. The use of medicinal plants by the Yanomamy Indians of Brazil. **Economic Botany**, v. 50, n. 1, p. 10-25. 1996.

MORI, S. A. *et al.* **Manual de manejo do herbário fanerogâmico**. 24^a ed., Bahia: Centro de Pesquisa do Cacau, 1989. 104p.

OMS (Organização Mundial da Saúde). **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. 10. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2000. 354p.

PARENTE, C. E. T., ROSA, M. M. T da. Plantas comercializadas como medicinais no município de Barra do Piraí, RJ. **Rodriguésia**, v. 52, p. 47-59, 2001.

PHILLIPS, O., GENTRY, A. M. The useful plants of Tambopata, Peru. I. Statistical hypothesis with a new quantitative technique. **Economic Botany**, v. 47, n. 1, p. 15-32, 1993a.

_____. The useful plants of Tambopata, Peru. II. Additional hypothesis testing in quantitative ethnobotany. **Economic Botany**, v. 47, n. 1, p. 33-43, 1993b.

RÊGO, T. de J. A. S. Levantamento de plantas medicinais na baixada maranhense. **Acta Amazonica**, v. 18, n. 1-2, p. 75-88, 1988.

RIBEIRO, B. G. **Suma Etnológica Brasileira**. 2. ed. Petrópolis: FINEP, 1987. 120p.

RODRIGUES, V. E. G., CARVALHO, D. A. de. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais no domínio cerrado na região do Alto Rio Grande – Minas Gerais. **Ciência Agrotécnica**, v. 25, n. 1, p.102-123, 2001.

SHARDONG, R.M.F., CERVI, A.C. Estudos etnobotânicos das plantas de uso medicinal e místico na comunidade de São Benedito, Bairro São Francisco, Campo Grande, MS, Brasil. **Acta Biológica Paranaense**, v. 29, p. 187-217, 2000.

SILVA-ALMEIDA, M. F., AMOROSO, M. C. M. Medicina popular no Distrito de Ferraz, Município de Rio Claro, Estado de São Paulo. **Brazilian Journal of Ecology**, v.2, p. 36-46, 1998.

SILVA, V.A. da. **Etnobotânica dos índios Xucuru com ênfase às espécies do Brejo da Serra de Ororubá (Pesqueira-PE)**. Recife, 1997. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Pernambuco. 75 p.

_____. **Etnobotânica dos índios Fulni-ô (Pernambuco, Nordeste do Brasil)**. Recife, 2003. Tese de Doutorado- Universidade Federal de Pernambuco. 132 p.

VIEIRA, R. F. Coleta e conservação de recursos genéticos de plantas medicinais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA E TERAPIAS, 1. 1994, Brasília. **Trabalhos...** São Paulo: 1994. São Paulo: Instituto Médico Seraphis, 1994, p.44-49.

WONG, J. L. G. **The biometrics of non-timber forest product resource assessment: A review of current methodology**. ETFRN (European tropical forest research network). Rome, Italy, 4-5 may, 2000.

6. CONCLUSÕES

As famílias com maior predominância de etnoespécies citadas pela comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires são Leguminosae, Euphobiaceae e Myrtaceae; os gêneros com maior ocorrência foram *Citrus* L., *Allium* L. e *Senna* (Cav.) H.S.Irwin & Barneby.

A comunidade utiliza a vegetação nativa como principal fonte para aquisição de matéria-prima e dentre as categorias de uso citadas, destaca-se a medicinal, seguida da alimentar e desdobramento em madeira.

O babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.) foi a etnoespécie mais citada, presente em sete categorias de uso, havendo a necessidade de uma conscientização junto a comunidade do uso racional e sustentável da espécie.

A janaguba (*Hymatanthus sucuuba* (Spruce ex Müll. Arg.) Woodson) foi a espécie mais citada para tratamento fitoterápico, dentre as etnoespécies utilizadas com fins medicinais.

Os utensílios confeccionados artesanalmente (cofos, abanos, paneiros, dentre outros) estão presentes e são utilizados diariamente em todas as residências da comunidade, mas somente nove pessoas detêm a técnica de feitiço, que necessita ser divulgada e repassada a outros membros.

O número de espécies úteis encontradas indica a importância dos recursos vegetais para sobrevivência biológica dos quilombolas de Olho D'água dos Pires, revelando também o alto nível de conhecimento que os membros mais antigos da comunidade detêm sobre o ambiente em que vive, sendo necessário e urgente o repasse de conhecimento aos membros mais jovens do quilombo, para que o saber tradicional não se perca e possa ser perpetuado e valorizado entre as futuras gerações.

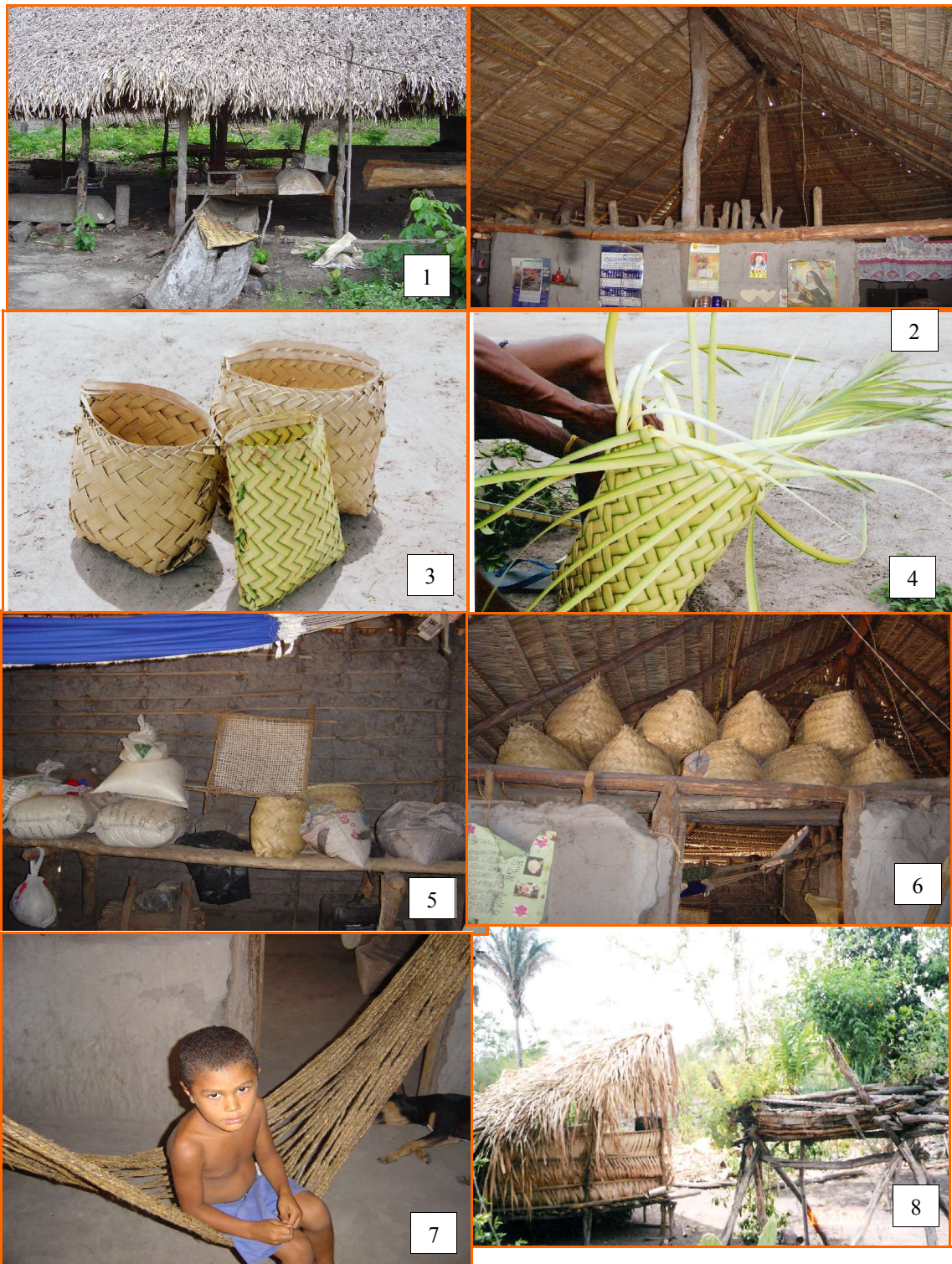
APÊNDICES



Apêndice A. Fotos ilustrativas do Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil.

1. Casa grande do senhor de engenho, construída pelos escravos em 1853; 2. Muro em pedra construído pelos escravos; 3. Olho d'água que deu origem ao nome do quilombo; 4. Telha de cocha com inscrições feitas pelos escravos; 5. Vista das casas do quilombo; 6. Casa de alvenaria e tijolo na comunidade; 7. Sede da associação comunitária; 8. Fisionomia da área de vegetação nativa.

Fonte: Elaboração própria.



Apêndice B. Fotos ilustrativas das formas de construção e artesanato no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí.

1. Casa de farinha, com utensílios para seu fabrico; 2. Forma de cobertura das residências; 3. Cofos de diversas formas e tamanhos utilizados para armazenamento; 4. Morador confeccionando um cofo; 5. Vista de cômodo da casa com parede de adobe e artefatos de uso diário; 6. Forma de armazenamento de grãos; 7. Rede de fibra, bastante utilizada entre os quilombolas; 8. Outras formas de utilização da vegetação nativa para construção (representadas por paiol e latada para plantio de hortaliças);

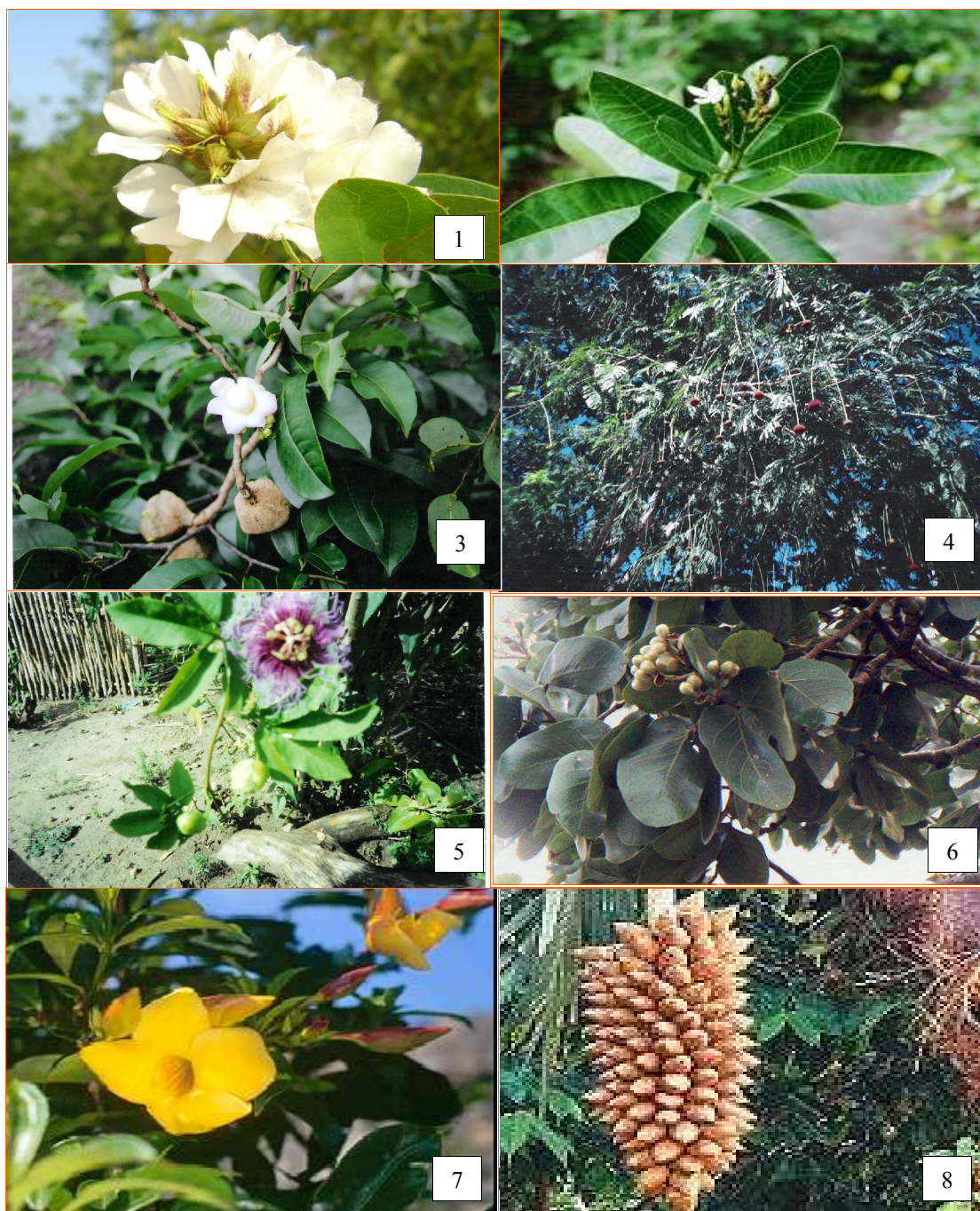
Fonte: Elaboração própria.



Apêndice C. Fotos ilustrativas das formas de uso extrativo, comemorações e áreas coletivas no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí.

1. Meninas da comunidade quebrando coco babaçu para retirada da amêndoa; 2. Morador da comunidade retirando casca para confecção de remédio; 3. Festa junina comemorada na comunidade com danças de quadrilha típica da região; 4. Novena a São Benedito, padroeiro da comunidade; 5. Mutirão para construção de casa para morador do quilombo; 6. Poço caçimbão comunitário; 7. Área de cultivo coletiva; 8. Área de extração de babaçu.

Fonte: Elaboração própria.



Apêndice D. Fotos ilustrativas de etnoespécies no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí.

1. Cipo-de-escada-do-cerrado (*Bauhinia flexuosa* Moric.); 2. Janaguba (*Himatantus sucuuba* (Spruce ex Müll. Arg.) Woodson); 3. Sapuracana (*Lecythis lurida* (Miers.) Mori.); 4. Faveira-de-bolota (*Parkia platycephala* Benth.); 5. Maracujá-de-boi (*Passiflora cincinnata* Mart.); 6. Jatobá (*Hymenaea stigonocarpa* Mart. ex Hayne); 7. Alamanda (*Allamanda polyantha* Müll. Arg.); 8. Babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.).

Fonte: Elaboração própria.

Nomenclatura da OMS	Indicação de Uso pela Comunidade
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	diabetes
Doenças do sistema cardiovascular	hipertensão
Doenças neurológicas	dor-de-cabeça, derrame, calmante para nervos
Doenças do sistema ósteo-muscular e tecido conjuntivo	dor na coluna
Doenças da pele e do tecido sub-cutâneo	coceira, impingem, verruga
Doenças do aparelho digestivo	dor de barriga, gastrite
Lesões, envenenamentos e outras consequências	ferimento, laxante, purgante
Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	depurativo do sangue, anti-hemorragico, anemia
Doenças do aparelho genito-urinário	inflamação nos rins e ovário
Sintomas e sinais gerais	febre, dor no corpo, dor-de-ouvido, mata piolho, contra-veneno de cobra, ressaca, dor de dente
Doenças infecciosas intestinais, hepáticas e helmintíases	diarréia, prisão de ventre, inchaço na barriga, dor no fígado, verme, hepatite
Doenças infecto-contagiosas	coqueluche, catapora
Sintomas aparelho respiratório	gripe, tosse, garganta inflamada, rouquidão, asma, falta de ar

Apêndice E. Correlação entre a classificação sintomatológica proposta pela OMS e a utilizada no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí.

Fonte: Elaboração própria.

QUESTIONÁRIO DE CAMPO

1 . Nome do entrevistado

2 . Informações do grupo familiar

COMPOSIÇÃO FAMILIAR	IDADE	SEXO	RENDAMENSAL	ATIVIDADE PRINCIPAL

3. Plantação de cultura temporária: () sim () não. Quais?

4. Plantação de cultura permanente: () sim () não. Quais?

5. Possui efetivos de rebanhos? () sim () não. Quais?

6. Fazem parte de alguma associação ou cooperativa? () sim () não. Quais?

7. Situação da moradia:

a) tipo: () própria () alugada () financiada () outras: _____

b) cobertura: () palha () telha () outras: _____

b.1) forma de utilização da palha: _____

b.2) época de troca: _____

b.3) forma de obtenção: _____

b.4) forma de conservação: _____

b.5) utilização de outros materiais (amarrio): _____

c) parede: () taipa () adobe () palha () tijolo comum () tijolo de furo

c.1) forma de obtenção (barro): _____

c.2) como trabalha o barro: _____

c.3) forma de conservação: _____

c.4) utilização de outros materiais (madeira ou fibra): _____

d) piso: () cerâmica () chão batido () cimento () ladrilho () outros _____

e) preferência de moradia: _____

8. Fonte para abastecimento de água:

a) tipo: () olho d'água () açude () cacimbão () lago () poço tubular () rio ou riacho () outros: _____

b) consumo: () humano () animal

9. Qual o tipo de tratamento que sofre a água destinada ao consumo humano?

() nenhum () filtrada () fervida () coada () outros:

10. Qual o tipo de material utilizado para o cozimento dos alimentos?

() lenha () carvão () gás

a) tipo de madeira usada: _____

b) qual a melhor: _____

c) se a abundância ou não: _____

d) se utiliza o mesmo material de antigamente: _____

e) forma de fazer o carvão: _____

11. Quais as doenças mais comuns na família?

12. Qual o destino dado ao dejetos humano?

() fossa/privada () mata/terreno baldio () enterrado () buraco () outros:

13. Qual o destino dado ao lixo domiciliar?

() queimado () enterrado () jogado em terreno baldio () lago () outros:

Apêndice F. Questionário utilizado na pesquisa de campo no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí.

Fonte: Elaboração própria.

ANEXOS

I. NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA BRASILEIRA DE BOTÂNICA

II. NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA BRASILEIRA DE PLANTAS MEDICINAIS

Anexo I. Normas para publicação na Revista Brasileira de Botânica.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A Revista Brasileira de Botânica (RBB), periódico editado pela Sociedade Botânica de São Paulo (SBSP), publica artigos originais de pesquisa completos e notas científicas em Ciências Vegetais, em Português, Espanhol ou Inglês, sendo recomendado este último.

Os manuscritos completos (incluindo figuras e tabelas), em quatro cópias, devem ser enviados ao Editor Responsável da Revista Brasileira de Botânica, Caixa Postal 57088, 04089-972 São Paulo, SP, Brasil.

A aceitação inicial dos trabalhos depende de decisão do Corpo Editorial. Os artigos devem conter as informações estritamente necessárias para a sua compreensão. Artigos que excedam 15 páginas impressas (cerca de 30 páginas digitadas, incluindo figuras e tabelas), poderão ser publicados, a critério do Corpo Editorial. Fotografias coloridas poderão ser publicadas, a critério do Corpo Editorial, devendo o(s) autor(es) cobrir os custos de publicação das mesmas. As notas científicas deverão apresentar contribuição científica ou metodológica original e não poderão exceder 10 páginas digitadas, incluindo até 3 ilustrações (figuras ou tabelas). Notas científicas seguirão as mesmas normas de publicação dos artigos completos. Artigos de revisão podem ser publicados, a convite do corpo editorial. Serão fornecidas, gratuitamente, 20 separatas dos trabalhos nos quais pelo menos um dos autores seja sócio quite da SBSP. Para os demais casos, as separatas poderão ser solicitadas por ocasião da aceitação do trabalho e fornecidas ao preço de custo.

Instruções aos autores

Preparar todo o manuscrito com numeração seqüencial das páginas utilizando: Word for Windows versão 6.0 ou superior; papel A4, todas as margens com 2 cm; fonte Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento duplo. Deixar apenas um espaço entre as palavras e não hifenizá-las. Usar tabulação (tecla Tab) apenas no início de parágrafos. Não usar negrito ou sublinhado. Usar itálico apenas para nomes científicos, palavras e expressões em latim, diagnoses de táxons novos e nomes e números de coletores.

Formato do manuscrito

Primeira página - Título: conciso e informativo (em negrito e apenas com as iniciais maiúsculas); nome completo do(s) autor(es) (em maiúsculas); filiação e endereço completo como nota de rodapé, indicando autor para correspondência e respectivo e-mail; título resumido. Auxílios, bolsas recebidas e números de processos, quando for o caso, devem ser referidos no item Agradecimentos.

Segunda página - ABSTRACT (incluir título do trabalho em inglês), Key words (até 5, em inglês) RESUMO (incluir título do trabalho em português), Palavras-chave (até 5, em português). O Abstract e o Resumo devem conter no máximo 250 palavras.

Texto - Iniciar em nova página colocando seqüencialmente: Introdução, Material e métodos, Resultados / Discussão, Agradecimentos e Referências bibliográficas.

Citar cada figura e tabela no texto em ordem numérica crescente. Colocar as citações bibliográficas de acordo com os exemplos: Smith (1960) / (Smith 1960); Smith (1960, 1973); Smith (1960a, b); Smith & Gomez (1979) / (Smith & Gomez 1979); Smith et al. (1990) / (Smith et al. 1990); (Smith 1989, Liu & Barros 1993, Araujo et al. 1996, Sanches 1997).

Em trabalhos taxonômicos, detalhar as citações de material botânico, incluindo ordenadamente: local e data de coleta, nome e número do coletor e sigla do herbário, conforme os modelos a seguir: BRASIL: MATO GROSSO: Xavantina, s.d., H.S. Irwin s.n. (HB 3689). SÃO PAULO: Amparo, 23-XII-1942, J.R. Kuhlmann & E.R. Menezes 290 (SP); Matão, ao longo da BR 156, 8-VI-1961, G. Eiten et al. 2215 (SP, US).

Abreviaturas de nomes de autores de táxons devem seguir Brummit & Powell (1992). Abreviaturas de obras em trabalhos taxonômicos devem seguir o BPH.

Citar referências a resultados não publicados ou trabalhos submetidos da seguinte forma: (S.E. Sanchez, dados não publicados).

Citar números e unidades da seguinte forma:

- Escrever números até nove por extenso, a menos que sejam seguidos de unidades ou indiquem numeração de figuras ou tabelas.
- Utilizar, para número decimal, vírgula nos artigos em português ou espanhol (10,5 m) ou ponto nos artigos escritos em inglês (10.5 m).
- Separar as unidades dos valores por um espaço (exceto para porcentagens ou para graus, minutos e segundos de coordenadas geográficas); utilizar abreviações sempre que possível.
- Utilizar, para unidades compostas, exponenciação e não barras (Ex.: mg.dia-1 ao invés de mg/dia, $\mu\text{mol.min}^{-1}$ ao invés de $\mu\text{mol/min}$).

Não inserir espaços para mudar de linha, caso a unidade não caiba na mesma linha.

Não inserir figuras no arquivo do texto.

Referências bibliográficas - Indicar ao lado da referência, a lápis, a(s) página(s) onde a mesma foi citada.

Adotar o formato apresentado nos seguintes exemplos:

ZAR, J.H. 1999. Biostatistical analysis. Prentice-Hall, New Jersey.

YEN, A.C. & OLMSTEAD, R.G. 2000. Phylogenetic analysis of *Carex* (Cyperaceae): generic and subgeneric relationships based on chloroplast DNA. In *Monocots: Systematics and Evolution* (K.L. Wilson & D.A. Morrison, eds.). CSIRO Publishing, Collingwood, p.602-609.

BENTHAM, G. 1862. Leguminosae. Dalbergiae. In *Flora Brasiliensis* (C.F.P. Martius & A.G. Eichler, eds.). F. Fleischer, Lipsiae, v.15, pars 1, p.1-349.

DÖBEREINER, J. 1998. Função da fixação de nitrogênio em plantas não leguminosas e sua importância no ecossistema brasileiro. In *Anais do IV Simpósio de Ecossistemas Brasileiros* (S. Watanabe, coord.). ACIESP, São Paulo, v.3, p.1-6.

FARRAR, J.F., POLLOCK, C.J. & GALLAGHER, J.A. 2000. Sucrose and the integration of metabolism in vascular plants. *Plant Science* 154:1-11.

PUNT, W., BLACKMORE, S. & LETHOMAS, A. 1999. Glossary of pollen and spore terminology. <http://www.biol.ruu.nl/~palaeo/glossary/glos-int.htm> (acesso em 10/04/2003).

Citar dissertações ou teses somente em caráter excepcional, quando as informações nelas contidas foram imprescindíveis para o entendimento do trabalho e quando não estiverem publicadas na forma de artigos científicos. Nesse caso, utilizar o seguinte formato:

SANO, P.T. 1999. Revisão de *Actinocephalus* (Koern.) Sano - Eriocaulaceae. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Não citar resumos de congressos.

Tabelas - Usar os recursos de criação e formatação de tabela do Word for Windows. Evitar abreviações (exceto para unidades).

Colocar cada tabela em página separada e o título na parte superior conforme exemplo:

Tabela 1. Produção de flavonóides totais e fenóis totais (% de matéria seca) em folhas de *Pyrostegia venusta*.

Não inserir linhas verticais; usar linhas horizontais apenas para destacar o cabeçalho e para fechar a tabela.

Em tabelas que ocupem mais de uma página, acrescentar na(s) página(s) seguinte(s) "(cont.)" no início de cada nova página, à esquerda.

Figuras - Submeter um conjunto de figuras originais em preto e branco e três cópias com alta resolução.

Enviar ilustrações (pranchas com fotos ou desenhos, gráficos mapas, esquemas) no tamanho máximo de 23,0 x 17,5 cm, incluindo-se, aí, o espaço necessário para a legenda. Não serão aceitas figuras que ultrapassem o tamanho estabelecido ou que apresentem qualidade gráfica ruim. Figuras digitalizadas podem ser enviadas, desde que possuam nitidez e que sejam impressas em papel fotográfico ou "glossy paper". Figuras em meio digital devem vir em formato. TIF com, pelo menos, 600dpi de resolução e nunca devem ser colocados no MS Word ou em Power Point.

Gráficos ou outras figuras que possam ser publicados em uma única coluna (8,5 cm) serão reduzidos; atentar, portanto, para o tamanho de números ou letras, para que continuem visíveis após a redução. Tipo e tamanho da fonte, tanto na legenda quanto no gráfico, deverão ser os mesmos utilizados no texto. Gráficos e figuras confeccionados em planilhas eletrônicas devem vir acompanhados do arquivo com a planilha original.

Colocar cada figura em página separada e o conjunto de legendas das figuras, sequencialmente, em outra(s) página(s).

Utilizar escala de barras para indicar tamanho. A escala, sempre que possível, deve vir à esquerda da figura; o canto inferior direito deve ser reservado para o número da(s) figura(s).

Detalhes para a elaboração do manuscrito são encontrados nas últimas páginas de cada fascículo. Sempre que houver dúvida consulte o fascículo mais recente da RBB.

O trabalho somente receberá data definitiva de aceite após aprovação pelo Corpo Editorial, tanto em relação ao mérito científico quanto ao formato gráfico. A versão final do trabalho, aceita para publicação, deverá ser enviada em uma via impressa e em disquete, devidamente identificados.

Anexo II. Normas para publicação na Revista Brasileira de Plantas Medicinais



A RBPM é uma publicação semestral e destina-se à divulgação de trabalhos científicos originais, revisões bibliográficas e notas prévias. Os trabalhos deverão contemplar as grandes áreas relativas ao estudo multidisciplinar de plantas medicinais, tais como: Fitoquímica; Botânica; Etnobotânica; Etnofarmacologia; Farmacologia; Farmacognosia; Fitoterapia; Tecnologia de Alimentos; Biotecnologia; Metabolismo Vegetal; Horticultura e Conservação de Recursos Genéticos.

Manuscritos que envolvam ensaios clínicos, deverão vir acompanhados de autorização de Comissão de Ética constituída, para realização dos experimentos. Os artigos devem ser inéditos e não devem ser submetidos a outro periódico antes ou durante o processo de análise pela Comissão Editorial da revista. Excetuam-se dessa limitação os trabalhos apresentados em congressos ou similares, na forma de resumos, os resultados apresentados em dissertações, teses ou divulgados preliminarmente, em forma sucinta, ou relatórios técnicos. Os artigos podem ser redigidos em português, inglês ou espanhol, sendo sempre obrigatória a apresentação do resumo em português e em inglês, independente do idioma utilizado. Os trabalhos devem ser enviados em 3 vias (original e duas cópias), em espaço simples, com margens de aproximadamente 3 cm e os arquivos gravados em disquete de 3 1/2". (inclusive figuras). A digitação do trabalho deverá ser feita no "Word for Windows" (em letra Arial 10) e editores gráficos compatíveis, como Excel, Harvard Graphics, etc.

A aceitação dos trabalhos depende da decisão da Comissão Editorial. Artigos muito extensos, fotografias e gráficos coloridos podem ser publicados, a critério da Comissão Editorial, se o autor se comprometer, mediante entendimentos prévios, a cobrir parte das despesas de publicação. Juntamente com o trabalho deverão ser enviadas cinco etiquetas auto-adesivas, contendo nome do autor e endereço completo para envio de correspondência. Deverá ser incluído também o número do telefone/fax do autor, para contatos mais urgentes.

REVISÕES BIBLIOGRÁFICAS E NOTAS PRÉVIAS:

Revisões e Notas prévias deverão ser organizadas basicamente em: Título; Autores; Agradecimentos (opcional); Resumo e Abstract; Palavras-chave e Key Words; Texto e Referência Bibliográfica.

ARTIGO COMPLETO (Formato)

O texto deverá ter a seguinte seqüência: título, autor(es), resumo, palavras-chave, abstract, key words, introdução, material e método (casuística), resultado e discussão, agradecimento (se houver), referência bibliográfica, tabelas e figuras (inseridas no texto).

TÍTULO: Deverá ser claro e conciso, escrito apenas com a inicial maiúscula, centralizado, na parte superior da página. Se houver subtítulo, deverá ser escrito em seguida ao título, apenas com a inicial maiúscula, podendo ser precedido de um número de ordem em algarismo romano. Os nomes comuns das plantas medicinais devem ser seguidos pelo nome científico (binômio latino e autor) entre parênteses. A nota de rodapé deverá ser a seguinte: Recebido para publicação em (espaço para dia, mês, ano) e aceito para publicação em (espaço para dia, mês, ano).

AUTORES: O sobrenome principal dos autores deverá ser colocado por extenso, seguido das iniciais do nome e demais sobrenomes em letra maiúscula, abaixo do título. Após o nome de cada autor deverá ser colocado um número que deverá também aparecer na linha abaixo, em itálico, com as seguintes qualificações: instituição, endereço da instituição (cidade, sigla do estado, CEP). Os autores com mesmo endereço deverão apresentar o mesmo número. Indicar o autor que deverá receber toda a correspondência.

RESUMO: Deverá constar da mesma página onde estão o título e os autores, quatro linhas

abaixo dos autores. O resumo deverá ser escrito em um único parágrafo, contendo objetivo, resumo do material e método e principais resultados. Não deverá apresentar citação bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Abaixo do resumo, na margem esquerda deverá ser colocada a frase "Palavras Chave", escrita em negrito. Na mesma linha colocar uma lista de até cinco palavras.

ABSTRACT: Apresentar o título e o resumo em inglês, no mesmo formato do redigido em português, com exceção do título, que virá após a palavra Abstract, apenas com a inicial em maiúscula.

KEY WORDS: Abaixo do Abstract deverão ser colocadas as palavras-chave em inglês.

INTRODUÇÃO: Na introdução deverão ser incluídos uma breve revisão de literatura e os objetivos do trabalho. As citações de autores no texto deverão ser feitas de acordo com os seguintes exemplos: Silva (1996); Pereira & Antunes (1985); (Souza & Silva, 1986) ou quando houver mais de dois autores Santos et al. (1996).

MATERIAL E MÉTODO (CASUÍSTICA): Deverá ser feita uma apresentação completa das técnicas originais empregadas ou com referências de trabalhos anteriores que as descrevam. As análises estatísticas deverão ser igualmente referenciadas.

Na metodologia, deverão ser indicados os seguintes dados da espécie estudada: Nome popular; nome científico com autor e indicação da família botânica; Nome do botânico responsável pela identificação taxonômica; Nome do herbário onde a exsicata está depositada e respectivo número da exsicata (Voucher Number); época e local de coleta, bem como a parte da planta utilizada.

RESULTADO E DISCUSSÃO: Poderão ser apresentados separados ou como um só capítulo, contendo no final conclusão sumariada.

AGRADECIMENTO: Todos os agradecimentos deverão ser colocados neste capítulo (quando houver).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: Todos os trabalhos mencionados no texto deverão ser ordenados alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor, sem numeração. As referências devem seguir as normas da ABNT. Exemplos:

Periódicos:

AUTOR(ES). Título do artigo. Nome da Revista, por extenso, volume, número, página inicial - página final, ano.

Livros:

AUTOR. Título do Livro. Edição. Local de publicação: Editora, Ano. Total de páginas.

Capítulos de livros:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do Capítulo. In: AUTOR (ES) do LIVRO. Título do Livro: Subtítulo. Edição. Local de Publicação: Editora, data. Página inicial - página final.

Não citar resumos e relatórios de pesquisa a não ser que a informação seja muito importante e não tenha sido publicada sob outra forma. Comunicações pessoais devem ser colocadas no rodapé da página onde aparecem no texto e evitadas se possível. Devem ser utilizados apenas artigos originais, evitando-se citações do tipo: Almeida (1994) citado por Souza (1997).

TABELAS: Devem ser enviadas em formato TABELA, inseridas no texto, com letra do tipo Arial 10, espaço simples (retrato). A palavra TABELA deve ser em letras maiúsculas e seguida por algarismo arábico e título.

FIGURAS: As ilustrações (gráficas, fotográficas, desenhos, mapas) devem ser designadas como FIGURA, em letras maiúsculas, seguida por algarismo arábico e título, inseridas no texto.

Obs.: Serão fornecidas gratuitamente 05 separatas, podendo ser solicitado maior número, ao preço de custo, ao editor durante as provas.

Observação: São de exclusiva responsabilidade dos autores as opiniões e conceitos emitidos nos trabalhos. Contudo, reserva-se à Comissão Editorial, o direito de sugerir ou solicitar modificações que julgar necessárias.